

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS
OS NOVOS CONDOMÍNIOS NO SUBÚRBBIO CARIOCA E SUA INFLUÊNCIA NA CULTURA DO TERRITÓRIO



Claudio Jorge da Silva Soares
Orientadora: Caterine Reginensi
Campos do Goytacazes / 2019.



**JUNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS
– PPGPS**

**OS NOVOS CONDOMÍNIOS NO SUBÚRBIO CARIOCA E SUA INFLUÊNCIA NA
CULTURA DO TERRITÓRIO**

CLAUDIO JORGE DA SILVA SOARES

**CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
FEVEREIRO – 2019**

OS NOVOS CONDOMÍNIOS NO SUBÚRBIO CARIOCA E SUA INFLUÊNCIA NA CULTURA DO TERRITÓRIO

CLAUDIO JORGE DA SILVA SOARES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientadora: Caterine Reginensi¹

¹ Profa. Dra. Odile Elise Augusta Reginensi

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
FEVEREIRO – 2019

FICHA CATALOGRÁFICA

--

OS NOVOS CONDOMÍNIOS NO SUBÚRBIO CARIOCA E SUA INFLUÊNCIA NA CULTURA DO TERRITÓRIO

CLAUDIO JORGE DA SILVA SOARES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Caterine Reginensi² (Orientador)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof. Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo (Membro Externo)
Universidade Federal Fluminense– UFF

Prof.^a Dr.^a. Simone Teixeira
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof.^a Dr.^a. Teresa de Jesus Peixoto Faria (Suplente)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof.^a Dr.^a. Soraya Silveira Simões (Membro Externo/Suplente)
Universidade Federal do Rio de Janeiro– UFRJ

² Profa. Dra. Odile Elise Augusta Reginensi

A Nilton Bitoca e Bezinha que
me deram a vida e me ensinaram
a andar com retidão e altivez.
Sou Flamengo, Mangueira, cozinheiro,
solidário, adoro praia, samba e cerveja,
tudo por influência deles. Também aprendi
que nunca é tarde para recomeçar,
porque cada dia vale a pena.

AGRADECIMENTOS

À minha companheira Wilma e minha filhota Marinoca, que acompanharam de maneira solidária e paciente a construção desse processo solitário da escrita. Aos meus Mestres da vida e da academia (em especial ao corpo docente do CCH), cada um com seu valor, contribuiu para esse resultado. Aos meus irmãos, entusiastas dessa evolução e a meus parceiros dos sambas e das esquinas, da praia e dos morros. Todos sabem o quanto sou grato e o quanto os prezo, como joias preciosas.

Valeu!

Deixe-me ir
Preciso andar
Vou por aí a procurar
Rir pra não chorar

Quero assistir ao sol nascer
Ver as águas dos rios correr
Ouvir os pássaros cantar
Eu quero nascer
Quero viver

Preciso me encontrar
Cartola

RESUMO

SILVA, Claudio Jorge Soares da. **Os novos condomínios no Subúrbio Carioca e sua influência na Cultura do território**. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, FAPERJ 2019.

Este trabalho visa descrever o avanço de um novo modelo de moradia no subúrbio carioca. As premissas que norteiam essas indagações residem na preocupação com as alterações socioeconômicas e culturais que essas novas construções, denominadas “enclaves fortificados” por Caldeira (1997), podem trazer para esse contexto. Analisando o território, onde estão se instalando esses empreendimentos, percebe-se que os condomínios clube se proliferam, ocupando o espaço onde se instalavam as fábricas do enorme complexo industrial, que era o subúrbio. Com a globalização da economia, a guerra fiscal entre estados e municípios e a violência crescente, parte considerável dessas indústrias sucumbiu, mudaram-se para outros bairros e cidades deixando enormes vazios urbanos. A adoção de um modelo de desenvolvimento baseado nas globais *cities* (COMPANS-1999) transformou esses espaços num importante ativo imobiliário. Esse é um processo global, se reproduz em diversas metrópoles e tem Barcelona como modelo. Diversos pesquisadores e urbanistas o criticam por imiscuir o interesse público com o privado. Dentre os críticos, destaca-se o geógrafo David Harvey, que o batizou como “Cidade Empresa”. A partir de uma análise bibliográfica e pesquisa etnográfica, pretendo analisar os efeitos da ocupação do território e suas interações com o espaço social vivido (Iefrébvre,2000). Analisar também se esse modelo habitacional contribui para a apartação de seus habitantes com o restante do território. Nesse sentido, contextualizar a chegada da população pobre ao subúrbio, faz parte do entendimento, como as transformações urbanísticas se deram na Cidade e suas consequências socioeconômicas, que foram derivadas da demolição de vilas e cortiços da região central da cidade, abordadas na obra 150 anos de subúrbio carioca (Oliveira; Fernandes/2010). Por fim, pretendo analisar os efeitos de outro traço marcante do subúrbio: a sua cultura. Expressada na literatura de Lima Barreto, nas telas de Heitor dos Prazeres, na música de Cartola e muitos outros artistas. Cultura que vem sendo gestada há mais de dois séculos, desde a chegada da família real ao Rio. E que na concepção Gramsciana (Chauí,2006), serve como instrumento na luta de classes.

Palavras-chave: Subúrbio, Cultura, Políticas sociais.

ABSTRACT

SILVA, Claudio Jorge Soares da. **The new condominiums in the Carioca suburb and its influence on the culture of the Territory**. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, FAPERJ 2019.

This paper aims to describe the advance of a new model of housing in the suburbs of Rio. The premises that guide these questions lie in the concern with the socioeconomic and cultural changes that these new constructions, called "fortified enclaves" by Caldeira (1997), can bring to this context. Analyzing the territory, where these ventures are being installed, it is noticed that the club condos proliferate, occupying the space where the factories of the enormous industrial complex, that was the suburb, were installed. With the globalization of the economy, the fiscal war between states and municipalities and the increasing violence, a considerable part of these industries succumbed, they moved to other districts and cities, leaving enormous urban voids. The adoption of a development model based on global cities (COMPANS-1999) has transformed these spaces into an important real estate asset. This is a global process, reproduces itself in several metropolises and has Barcelona as a model. Several researchers and urbanists criticize him for interfering with the public and private interests. Among the critics is the geographer David Harvey, who named it "City Enterprise". From a bibliographic analysis and comparative ethnographic research, I intend to analyze the effects of the occupation of the territory and its interactions with the lived social space (lefrévre, 2000). This housing model contributes to a separation of its inhabitants with the rest of the territory. In this sense, contextualizing the arrival of the poor population in the suburbs, is part of the understanding, how the urban transformations occurred in the City and its socioeconomic consequences, which were derived from the demolition of towns and tenements of the central region of the city, of suburban carioca (Oliveira; Fernandes / 2010). Finally, I intend to analyze the effects of another striking feature of the suburb: its culture. Expressed in the literature of Lima Barreto, in the screens of Heitor dos Prazeres, in the music of Cartola and many other artists. Culture that has been brewing for more than two centuries, since the arrival of the royal family in Rio de Janeiro. In Gramsciana's conception (Chauí, 2006), it serves as an instrument in the class struggle.

Key-words: Suburb, Culture, Social policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trem do choro no dia Nacional do Choro.....	22
Figura 2 – Imagem do contraste entre os condomínios e as demais construções do bairro.....	27
Figura 3 – Habitações das famílias removidas das antigas comunidades Catacumba, Praia do Pinto e Ilha das Dragas.....	34
Figura 4 – Habitações da Cidade de Deus.....	35
Figura 5 – Exemplo de “Enclaves Fortificados” segundo Caldeira (1997).....	41
Figura 6 – Exemplo de “Enclaves Fortificados”	41
Figura 7 – Sem Tetos acampados no bairro do Flamengo.....	43
Figura 8 – O Artesão vendendo os cestos e a Quitandeira vendendo frutas.....	46
Figura 9 – O Bota Abaixo.....	49
Figura 10 – Desfile das escolas de samba na Praça XI.....	50
Figura 11 – Imagem do Bar Suvaco de Cobra – Penha, RJ.....	53
Figura 12 – Imagem dos 382 degraus da escadaria da Igreja da Penha. Fonte: Blog Histórias do Samba e do Choro.....	55
Figura 13 – Sambistas do Estácio na Festa da Penha.....	59
Figura 14 – Imagem da roda de samba no Cacique de Ramos.....	65
Figura 15 – Imagem da Hospedaria dos imigrantes no Porto de Santos.....	73
Figura 16 – A imagem denuncia as desproporções do IDH e nossas desigualdades, nascidas com a dificuldade de acesso à terra.....	75
Figura 17 – Imagem da Praia de Mariangu.....	77
Figura 18 – Imagem aérea do IAPI da Penha e da Fazendinha Ambiental da Penha, ao fundo o canal do Fundão o Aeroporto Tom Jobim e a Ilha de Pedra.....	79
Figura 19 – Imagem aérea do Note Shopping, onde pode-se perceber a quantidade de empreendimentos imobiliários e de serviço no seu entorno.....	81
Figura 20 – Imagem de diversos condomínios que surgem no subúrbio da Leopoldina. Fonte: material publicitário das empresas.....	82

Figura 21 – Imagem ilustrativa do sistema <i>Bus Rapid Transit</i>	84
Figura 22 – Imagem da Praça Santa Emilianiana na Penha.....	87
Figura 23 – Imagem do <i>Deck 7 Beer Club</i> em Olaria.....	88
Figura 24 – Imagem aérea do Complexo industrial do Curtume Carioca.....	93
Figura 25 – foto do pátio interno do Condomínio Viva Penha. Essa foto, tirada a meu pedido por um dos moradores, retrata bem a preocupação da vereadora Sônia Rabello com o patrimônio visual da igreja. No alto, à esquerda, é possível perceber a imagem da igreja da Penha ofuscada pela altura de um dos blocos do Condomínio.....	94
Figura 25 – Imagem da Rua do Couto entre os condomínios Viva Penha e Meu Lugar Penha.....	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das respostas às entrevistas.....	Páginas 103-104
--	-----------------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP3: Área de Planejamento 3. A cidade do Rio de Janeiro é dividida em cinco áreas de Planejamento dispostas de acordo com a sua localização sócio espacial.

PEU: O Plano de Estruturação Urbana (PEU) é o instrumento normativo básico de intervenção urbanística para um bairro ou conjunto de bairros.

UERJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Praça XI: Praça Onze de Junho, inicialmente batizada como Rocío Pequeno, foi construída em 1810, por ordem do rei Dom João VI. Foi rebatizada como Praça XI de Junho em homenagem aos soldados que lutaram na batalha do Riachuelo da guerra do Paraguai. É considerada a matriz da nossa hibridização cultural, pois lá residiram Negros, Judeus, Portugueses, Italianos e Espanhóis.

DIP: Departamento de Imprensa e propaganda, criado no governo de Getúlio Vargas, quando este institui o Estado Novo em 1937.

PRAÇA XV: Praça quinze de Novembro. A Praça existe desde o século XVI, situada próxima ao Paço Imperial, foi um grande porto de desembarque de escravos até a inauguração do Cais do Valongo. Já se chamou Praça Dom Pedro II, mas ironicamente o nome foi mudado para Praça XV de Novembro em decorrência da Proclamação da República.

IAPC: Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários. Essa foi a forma de organização previdenciária das categorias profissionais que vigoraram até a criação do INPS (Instituto Nacional de Assistência e Previdência Social) que unificou o sistema. Esses institutos ampliaram sua atuação para o financiamento habitacional e foram responsáveis pela construção de inúmeros conjuntos habitacionais do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro.

IAPETEC: Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas.

IAPI: O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, foi criado em 1936.

CEHAB – GB: Companhia Estadual de Habitação do Estado da Guanabara, depois com a fusão passou a ser do Estado do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ).

FAFEG: Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara.

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

SUS: Sistema Único de Saúde. Criado pela Constituição de 1988, o SUS unifica o atendimento médico em todo o país, integrando o atendimento de todos os entes federados, criando um sistema dotado de valores como: Universalidade, Equidade e integralidade, possibilitando a todo cidadão o tratamento médico em todo o território nacional.

ISP: Instituto de Segurança pública. Criado em 1999, tem como missão Produzir informações e disseminar pesquisas e análises com vistas a subsidiar a implementação de políticas públicas de segurança e assegurar a participação social na construção dessas políticas.

OUC: Operação Urbana Consorciada. É um instrumento urbanístico que excepciona a Lei de Uso e Ocupação do Solo e é utilizada para requalificar uma área da cidade **ou** para implantar e/**ou** ampliar

infraestruturas urbanas. Foi implementada em diversos bairros da região do centro da cidade do Rio de Janeiro.

CEPAC: Certificados de Potencial Adicional de Construção, são valores mobiliários emitidos pela Prefeitura do Município, utilizados como meio de pagamento de contrapartida para a outorga de Direito Urbanístico Adicional dentro do perímetro de uma Operação Urbana. Essas operações estão consignadas no Estatuto das Cidades.

PPP: Parceria Público Privada. É um contrato de prestação de obras ou serviços não inferiores a R\$ 20 milhões, com duração mínima de 5 e no máximo 35 anos, firmado entre empresa privada e o governo federal, estadual ou municipal.

IHGB: Instituto Histórico Geográfico do Brasileiro. É a mais antiga e tradicional entidade de fomento da pesquisa e preservação histórico-geográfica, cultural e de ciências sociais do Brasil, fundado em 21 de outubro de 1838. Teve como um dos seus membros D. João VI.

MASP: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, localizado na icônica avenida Paulista, na capital paulistana. É considerado uma das principais instituições culturais do Brasil, abrigando ininterruptas exposições artísticas de grandes nomes da arte moderna e contemporânea.

ISEB: O Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi um órgão criado em 1955, no Rio de Janeiro, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, dotado de autonomia administrativa, com liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra. Era destinado ao estudo, ensino e à divulgação das ciências sociais.

MEC: Ministério de Educação e Cultura. Funcionou com essa denominação até o Governo de José Sarney, quando então vou a desvinculação, com a criação do Ministério da Cultura.

CPC: Centro Popular de Cultura. O Centro Popular de Cultura foi uma organização associada à União Nacional de Estudantes (UNE). Foi criado em 1962 no Rio de Janeiro, no Brasil. Foi extinto pelo Golpe militar no Brasil em 1964.

UNE: União Nacional dos Estudantes. Fundada em 11 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, o então Conselho Nacional de Estudantes conseguiu consolidar o grande projeto, já almejado anteriormente algumas vezes, de criar a entidade máxima dos estudantes. Reunidos durante o encontro, os jovens a batizam como União Nacional dos Estudantes (UNE). Desde então, a UNE começou a se organizar em congressos anuais e a buscar articulação com outras forças progressistas da sociedade.

PNC: A Política Nacional de Cultura, instituída em 1975, é considerada um documento fundamental para compreender as ações e as políticas dos governos militares dirigidas à cultura, em virtude de englobar desde os fundamentos legais da ação do governo nesta área, até as diretrizes que norteiam o trabalho do Ministério de Educação e Cultura (MEC).

PIB: Produto Interno Bruto, representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período.

PROUNI: Programa Universidade para Todos é uma iniciativa do governo federal para facilitar o acesso de alunos carentes ao ensino superior. Criado em 2004, no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, oferece bolsas de estudos de 50% ou 100% da mensalidade em faculdades particulares.

SISU: O Sistema de Seleção Unificada é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), pelo qual instituições públicas de educação superior oferecem vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

GREIP: Grêmio Recreativo e Esportivo dos Industriários da Penha . Oferece atividades de : yoga, dança de salão, balé, dança do ventre, ginástica, alongamento, pilates, hidroginástica, natação, vôlei, futsal, handebol, capoeira e atividades para pessoas com deficiência (recentemente foi fechado pela administração municipal).

IBAMA: É sigla do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, que é um órgão federal responsável pelas políticas de proteção do meio ambiente no Brasil.

BNH: Banco Nacional da Habitação, durante anos o órgão Federal responsável pela política e financiamento habitacional no Brasil. Hoje virou nome de diversos bairros em diversas cidades brasileiras que se originaram de conjuntos habitacionais construídos com recursos do **BNH**.

CIEP: Centros Integrados de Educação Pública, popularmente apelidados de Brizolões. Foi um projeto educacional de autoria do antropólogo Darcy Ribeiro, que os considerava "uma revolução na educação pública do País".

BRT: Bus Rapid Transit, que em português significa Transporte Rápido por Ônibus. há também uma sigla em português para este tipo de transporte que é VLP, (veículo leve sobre pneus). Ônibus articulado que transitam em vias segregadas. Foi a solução rápida e econômica para atender as condicionantes de infraestrutura, para as Olimpíadas do Rio de Janeiro.

KM: Abreviatura que significa quilômetros.

PV: Partido Verde. É um partido político brasileiro. Surgiu no cenário político da década de 1980 baseado nas tendências ambientalistas, tendo entre seus articuladores artistas, intelectuais, ativistas, ecologistas. ... Seu código eleitoral é o número 43, sua cor é o verde e seu símbolo é um V.

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro. O partido foi fundado em 1980 e recebeu o código eleitoral de número 15. Sua orientação política é centrista.

IPPUR: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ- instituto especializado que integra o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Ao longo de seus 40 anos de existência o PUR/IPPUR formou aproximadamente 350 mestres e 100 doutores em Planejamento Urbano e Regional.

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, também denominada Universidade do Brasil, é a primeira e maior universidade federal do Brasil e um dos centros de excelência em ensino e pesquisa no país e na América latina.

CCH: Centro de Ciências do Homem. Centro que concentra todas as atividades de ensino e pesquisa da UENF voltados para as investigações sociais.

UENF: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Universidade idealizada e criada pelo antropólogo Darcy Ribeiro, tem seu campus no formato de um cocar, criação de Oscar Niemayer. Seu corpo docente, desde sua criação é formado só por professores Doutores, hoje ocupa a posição de 16ª Universidade mais importante do país.

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento. É um plano do governo federal que visa estimular o crescimento da economia brasileira, através do investimento em obras de infraestrutura (portos, rodovias, aeroportos, redes de esgoto, geração de energia, hidrovias, ferrovias, etc.). Vigorou durante os Governos do PT, entre os anos de 2007 e 2016.

OAB/RJ: Ordem dos Advogados do Brasil, uma instituição destinada a reunir e representar a classe profissional dos advogados em todo território brasileiro. Tiveram um papel destacado na resistência a ditadura e restabelecimento da democracia. RJ significa a seccional do Estado do Rio de Janeiro.

MNU: Movimento Negro Unificado. É uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. Fundada no dia 18 de junho de 1978, e lançada publicamente no dia 7 de julho, deste mesmo ano, em evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em pleno regime militar.

RAIS: Relatório de Informações Sócio Econômicas é solicitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego brasileiro às pessoas jurídicas e outros empregadores anualmente. Foi instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, uma organização pública responsável pelos levantamentos e gerenciamentos dos dados e estatísticas brasileiras, entre eles o censo demográfico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 Delimitação da Pesquisa.....	23
2. O desafio de fazer Etnografia sem experiência e sem bagagem teórica adequada.....	24
3. Estrutura da dissertação.....	25
4. Noções sobre território e a influência da nossa “Emergente Modernidade Tardia” no desenvolvimento da cultura do subúrbio.....	28
CAPÍTULO I – A PESQUISA	Erro! Indicador não definido. 34
1.1 Conceitualização sobre, o que é um condomínio.....	34
1.2 Os condomínios como modelo urbanístico e delimitador sócio espaciais na cidade do Rio de Janeiro.....	35
1.3 Condomínio Viva Penha e Cortume Carioca, a herança de conflitos com a vizinhança.....	36
1.4 Os resultados da pesquisa exploratória do primeiro condomínio clube do bairro da Penha.....	45
1.4.1 O Percurso de Moradia, a Renda e as Relações Sociais.....	50
1.4.2 A Relação com a cultura e o Padrão de Consumo Shopping Center.....	51
1.4.3 As Relações com a Vizinhança e a Percepção Sobre a Instalação do Condomínio no Território.....	51
1.5 Histórias de Vida e Cotidiano com os Vizinhos.....	53
1.6 Será essa uma tendência?.....	54
CAPÍTULO II– A CHEGADA DA FAMÍLIA IMPERIAL E AS TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	59
2.1 O trem como agente do desenvolvimento e propagador da ocupação do subúrbio.....	62
2.1.1 A industrialização brasileira e as tatuagens no subúrbio.....	63
2.2 O crescimento da zona sul interferindo na paisagem suburbana.....	64
2.3 A política influenciada pelo “Mito da Marginalidade”.....	67
2.4 Governos Militar e Civil: arrogância e autoritarismo na relação com os pobres.....	68
2.5 A abertura democrática, o novo papel das gestões municipais e o avanço da globalização econômica.....	69
2.6 A produção do espaço.....	70
2.7 Os Novos Enclaves Fortificados.....	71
2.8 A ausência de uma política pública municipal de habitação popular em diálogo com os movimentos que discutem o tema.....	75

CAPÍTULO III – A CULTURA DO SUBÚRBIO, DAS FESTAS E DAS ARTES E A DISPUTA DO IMAGINÁRIO COLETIVO76

3.1 A influência da praça xi moldando a cultura no subúrbio.....	76
3.2 Festa da penha o encontro da diáspora africana em comunhão com o sincretismo.....	82
3.3 A Política De Pedra e Cal e o nosso atraso institucional na formulação de Políticas Públicas para a Cultura.....	87
3.4 O Subúrbio mostra que vai além da batucada dos tantãs.....	93
3.5 A reprodução estereotipada do subúrbio.....	95

CAPÍTULO IV – COMO O SUBÚRBIO PASSOU DE PATINHO FEIO, A IMPORTANTE ATIVO ECONÔMICO PARA O MERCADO IMOBILIÁRIO.....99

4.1 A Trajetória do mercado de terras na cidade do Rio de Janeiro.....	100
4.1.1 A lei de Terras como instrumento de fortalecimento do poder oligárquico.....	100
4.2 A Forte ação das Empresas Imobiliárias junto aos poderes constituídos.....	105
4.3 As Mutações no Subúrbio que transformam o território de fábricas, no território onde se fabrica o Imaginário.....	110
4.3.1 A chegada da Pós-modernidade ao subúrbio.....	112
4.4 Jogos e Diversão entre a Tradição e o Contemporâneo.....	114

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 119

REFERÊNCIAS 121

ANEXOS.....125

INTRODUÇÃO

A singularidade da Cidade do Rio de Janeiro, construída a partir da contribuição de múltiplos elementos ao longo de mais de quatro séculos, pode estar ameaçada por um processo de esvaziamento econômico e um crescimento desordenado da Zona Oeste da Cidade. Em parte, provocado pelas remoções, fruto das obras realizadas na região do Porto e outras áreas mais nobres, para os grandes eventos da Cidade Global (COMPANS, 1997). Mas também, pelo crescimento dos “CONDOMÍNIOS CLUBE” no subúrbio Carioca. O processo de esvaziamento econômico provocado na década de 1980 e as diversas crises dos anos 1990, aliados a um processo de criminalização dos pobres, provocaram uma fuga em massa das indústrias instaladas no subúrbio, em busca de maiores vantagens competitivas em outros bairros ou cidades (terrenos cedidos pelas administrações municipais, concessão de isenção de impostos, mão de obra barata e logística de transporte mais eficiente). O que significou ampliação dos lucros para as empresas, para o subúrbio significou desemprego, caos no trânsito e no transporte público, por conta dos deslocamentos para outros centros empregadores, assim como redução do bem-estar daqueles que se locomoviam para o trabalho caminhando ou de bicicletas e, muitas vezes, almoçavam em casa. (GAFFNEY, 2013).

Mas no capitalismo, onde há crise para uns existe oportunidades para outros, e com a melhoria da infraestrutura urbana, promovida pelos investimentos feitos na cidade ao longo dos últimos 12 anos, em decorrência dos inúmeros eventos internacionais que a cidade do Rio de Janeiro sediou, a indústria imobiliária viu uma oportunidade para a aplicação do excedente de capital (HARVEY, 2005) e perpetuação dos ganhos. O terreno estava pronto para a exploração.

O subúrbio da Leopoldina, segundo dados expostos na pesquisa, possui uma população de classe média com ganhos acima da média da AP3³ (Zona Norte) com um padrão de consumo adaptado ao estilo *shopping center* de concentração de oferta de produtos, segurança e sem contato com o mundo externo, absolutamente compatível com o modelo residencial a ser ofertado, tem terreno disponível para construção, com preços mais competitivos dos que os praticados na Zona Sul e toda região da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Baixada de Jacarepaguá. E por conta dos múltiplos eventos internacionais que

³ Área de Planejamento 3, na divisão espacial da prefeitura esta área se refere aos bairros da Zona Norte e representa a maior população da cidade com 38% de seus moradores, existem outra 4 AP: AP 1 área dos bairros do Centro, AP2 bairros da Zona Sul mais Maracanã Tijuca e Grajaú (Zona Sul ideológica), AP 4 Barra da Tijuca, Baixada de Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes e AP5 bairros da Zona Oeste.

a cidade sediou, já havia promovido à alteração do PEU⁴, ampliando a capacidade de ocupação do solo urbano para construções de edifícios de até 12 andares.

Esse modelo de moradia que o Subúrbio Carioca vem experienciando, tem promovido transformações ao longo da última década, o que corrobora para realização de pesquisas preocupadas com o modo como as alterações socioeconômicas e culturais que as novas construções, denominadas por Caldeira (1997) “enclaves fortificados”, podem trazer para esse contexto. Sobretudo considerando que a construção mais sólida e perene do subúrbio em mais de dois séculos é a cultura que foi sendo tecida no território.

Diante do exposto, neste trabalho, busco fomentar questionamentos quanto ao avanço desse novo modelo de moradia no subúrbio carioca, bem como verifico os possíveis efeitos da ocupação do território por essa população de classe média, sobre a qual não se tem conhecimento da origem e suas interações com o espaço social já constituído. A temática elencada nesse trabalho emerge de uma experiência de estudos desenvolvidos no âmbito do curso de Sociologia Urbana que realizei no 1º semestre de 2015 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Contextualizar a origem dessa classe média suburbana, contemplando a evolução urbana na metrópole, também compõe o repertório de preocupações com esse tema, pois faz parte do entendimento de como as transformações urbanísticas se deram na cidade do Rio de Janeiro e suas preocupações socioeconômicas no que concerne à inter-relação dos moradores no espaço social. Sobretudo, tomando por base o longo processo para superação do estigma de ser Suburbano pela população que habita o outro lado do Túnel⁵, tema explorado em “O Rapto da Categoria Subúrbio” (FERNANDES,1995), que demonstra como foi feito a construção preconceituosa desse imaginário, através de narrativas que colocavam o subúrbio como o não lugar. Isso contribuiu sobremaneira, para a discrepância de investimento públicos na região, para a produção de espaço urbano em relação ao território da elite econômica e política da cidade.

Os efeitos da construção da cidade Global, também são observados. Apresento o processo incessante de perseguição desse objetivo desde 1992, com o primeiro lançamento da candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos jogos Olímpicos e os impactos sobre a cidade e os cidadãos de todos os eventos que a cidade sediou durante os últimos 12 anos, o

⁴ O Plano de Estruturação Urbana (PEU) é o instrumento normativo básico de intervenção urbanística para um bairro ou conjunto de bairros.

⁵ Expressão usualmente utilizada para se referir aos Suburbanos.

processo de afrouxamento nas regras de fiscalização da utilização do solo urbano e o processo de gentrificação provocado por essa ação.

Também tento explorar como se deu a superação desse estigma e quais instrumentos foram utilizados para que o Suburbano crescesse com a autoestima elevada, desenvolvendo orgulho e pertencimento do solo em que habita. Nesse sentido imergir na cultura suburbana foi inevitável, assim como me reencontrar com o passado. Aí pesquisador e pesquisado habitaram o mesmo corpo e me apeguei no texto da professora Soraya Simões (2015) que trata da questão do distanciamento entre o pesquisador e o seu objeto⁶. Lembrei-me das manhãs de domingo no Beto's Bar ao som de Zé da Velha e Silvério Pontes, das quartas no Cacique de Ramos, Futebol nos campos de Olaria, Feira em Irajá aos domingos, enfim, uma chuva de recordações de um Suburbano nato, que ama a Cidade Maravilhosa, que já residiu na Zona Sul e mantém excelentes relações por lá até hoje, mas que tem orgulho do seu solo. Neste sentido, minhas experiências pessoais e minha vivência cotidiana aparecem camufladas nas interlocuções de Milton Santos (2000), David Harvey (2005) e Saskia Sassen (2016) e outros autores, de quem me aproprio para a construção da minha narrativa.

Figura 1 – Trem do choro no dia Nacional do Choro (23/04)



Fonte: bafafa.com.br

Outro momento da pesquisa, para o qual eu não estava preparado, foi quando me dei conta que estava pesquisando a história da vida dos meus pais, que se conheceram na Favela da praia do Pinto. Meu pai trabalhava no Jôquei Clube e frequentemente ia à Praia do Pinto beber uma cerveja com os amigos⁷ depois do expediente e lá conheceu minha mãe, recém-

⁶ Simões observa que a própria presença do pesquisador já constitui uma alteração no objeto e que há uma relatividade no discurso de isenção, pois a própria pesquisa já é uma manifestação de interferência.

⁷ Muitos tratadores de cavalos e outros profissionais do Jockey Club residiam na Praia do Pinto.

chegada do Espírito Santo, que vinha para o Rio tentar a sorte, em busca de melhores dias e foi residir na casa dos irmãos mais velhos, que lá já moravam. Confesso que quando pensei em desenvolver esse tema, nenhuma dessas recordações me vieram à cabeça. Mas, à medida que fui desenvolvendo, descobri minha profunda relação com essa pesquisa.

Este texto, embora um estudo acadêmico, irá, muitas vezes, tratar o subúrbio como sujeito, um ser dotado de personalidade, como se não fosse constituído de múltiplas facetas e contradições. Mas essa é a forma como os suburbanos se referem ao espaço em que residem. Talvez isso possa vir a ser inspiração para um novo estudo. Aqui também, em muitos momentos, podem aparecer traços melancólicos de um subúrbio que não volta mais (amolador de facas, bondes, cinemas de rua, raspa-raspa, matraca...), mas, o objetivo é confrontar a construção socialmente vivida do subúrbio, com a modernidade, muitas vezes imposta pelo capital (mercado).

Delimitação da Pesquisa

A pesquisa tem um marco temporal na contemporaneidade, mas foi buscar na chegada da família real à cidade do Rio de Janeiro o início do processo de ocupação mais denso dos bairros do subúrbio e, também, os efeitos da remoção de negros e pobres da região central da cidade, sobre a cultura, que foi forjada durante esse período no subúrbio. Encontrou no nosso processo tardio de industrialização, outros elementos que corroboraram com a geografia do subúrbio, com suas vilas operárias e fábricas. Fui buscar também no Brasil Imperial, a nossa busca pela modernidade e o nosso atraso na produção de políticas públicas culturais que pudessem contribuir para um projeto de nação que levasse em consideração toda a diversidade cultural existente no vasto território nacional.

O marco geográfico da Pesquisa é o bairro da Penha, no subúrbio da Leopoldina. Mas como dissociá-lo de todo processo de formação do subúrbio e das influências sofridas pelos fazedores de cultura da Praça XI e Estácio, que vieram residir nos bairros do subúrbio com o fim da Praça XI e a paulatina expulsão de negros e pobres da região Central da cidade, numa tentativa de branqueamento de nossa sociedade. Por isso, em muitos momentos, a pesquisa vai tratar de maneira genérica os bairros suburbanos e, em outros momentos, falará especificamente da Penha, sobretudo da Festa da Penha e do subúrbio da Leopoldina, mais especificamente quando tratar do avanço das construções dos condomínios clube relacionados à cultura suburbana. Pois o objetivo principal de pesquisa é perceber quais os possíveis efeitos

da ampliação dos condomínios no subúrbio sobre a cultura já construída, mas sem apontar um resultado definitivo por entender tratar-se de um processo em construção, portanto sujeito as hibridizações apontadas por Canclini (2003) e que as tradições fazem parte de um processo de construção social (HOBABAWM, RANGER, 1984).

O desafio de fazer etnografia sem experiência e sem a bagagem teórica adequada

Antes de descrever os processos metodológicos, que permitem justificar a qualidade dos dados científicos obtidos, é necessário um importante esclarecimento: As paralizações ocorridas no ensino superior dos órgãos vinculados ao Estado provocaram, na UENF, uma inversão na grade curricular. Isto fez com que algumas turmas de primeiro semestre só tivessem as aulas de metodologia no terceiro semestre, quando muitos projetos já haviam concluído suas pesquisas de campo. Esse foi o meu caso.

Não encarei isso como um fato negativo, mas como mais um desafio a ser superado. Nesse particular, pude contar com os aconselhamentos da minha orientadora, professora doutora Caterine Reginensi⁸, experiente pesquisadora de campo, com extenso currículo em pesquisa etnográfica. Parte significativa da bibliografia metodológica utilizada, que me ajudaram a focar nos aspectos mais relevantes depois das pesquisas realizadas, foram fruto de sua orientação e dedicação.

A pesquisa se caracteriza como qualitativa exploratória, embasada nos estudos bibliográficos de textos e documentos que compõem a bibliografia do curso “Políticas Sociais” no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual Do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Utiliza como método condutor a observação participante, com perguntas semiestruturadas, compondo um tópico guia que serviu para orientar as entrevistas que foram realizadas dentro do condomínio Viva Penha e com moradores do entorno. Além disso, foi feito um extenso trabalho de pesquisa bibliográfico e documental, material fotográfico e muitas outras informações, frutos da empiria do pesquisador a partir de sua longa vivência no território, como a relação com artistas e coletivos de cultura da região, por exemplo.

⁸ A escolha da orientadora tem uma relação direta com o tipo de pesquisa que gostaria de realizar e também as influências bibliográficas que já carregava da antropologia como instrumento de pesquisa. Pode contar com o seu empenho em visitar o campo junto comigo, possibilitando que in loco eu fosse definindo os caminhos a serem traçados, para o desenrolar da pesquisa.

Estrutura da Dissertação

Busquei estruturar a pesquisa em cinco partes de forma condensada, com a introdução fazendo a apresentação do trabalho e expondo as preocupações do pesquisador com o seu objeto, assim como também demonstrar as dificuldades de ser nativo e pesquisador ao mesmo tempo, sujeito aos prazeres e contradições desta missão.

No primeiro capítulo, busco identificar com a chegada da Família Imperial ao Rio de Janeiro o início de um processo tortuoso, mas vigoroso de construção da Polis, as influências (contraditórias) da cultura francesa, na moda comportamento (etiqueta social), na música. Assim como a busca desesperada pela modernidade e o choque cultural com a cultura negra já estabelecida no Rio de Janeiro do início de século XIX. Mostro as tentativas de branqueamento da nossa sociedade, no império e na república, assim como as transformações urbanísticas que pretendiam mostrar o Brasil moderno, sem as marcas do período colonial. Nesse capítulo faço uma breve análise do nosso processo tardio de industrialização e as suas marcas que ficaram impregnadas na geografia do subúrbio. Faço uma retrospectiva dos modelos de moradia, passando por cada período histórico e formatos administrativos, das crises políticas, da ditadura e da redemocratização do país, até as políticas mais recentes de inclusão social e seus impactos sobre a política habitacional.

O segundo capítulo é reservado à cultura e sua contribuição para a construção de um lugar de memória e elevação da autoestima do ser suburbano. Como essa construção secular foi superando estigmas, se hibridizando e construindo um modelo de autoafirmação que ultrapassou as fronteiras do subúrbio e hoje disputa as narrativas, estabelecendo um lugar de fala sob a perspectiva do subúrbio. Falo sobre o surgimento de uma juventude, dotada de capital cultural, que assume as funções do Estado através dos coletivos de cultura, na condução do seu *modus vivendi* e como isso altera a visão externa sobre a cultura do subúrbio, colocando os fazedores de cultura da região no papel de protagonistas do curso de suas vidas.

Neste capítulo, apresento uma retrospectiva do processo de criação de uma política pública no governo de Getúlio Vargas, que governou entre 1930/45. Esse período inaugura um tempo de articulações institucionais em favor da cultura, mesmo que tendo objetivos de utilização desse instrumento como propaganda política do regime político de Vargas, que após 1937 estabelece o Estado Novo⁹, onde cria o DIP¹⁰ com o objetivo de intervir na

⁹ Regime criado por Vargas, inspirado no Fascismo italiano e no Salazarismo português, regime autoritário com forte intervenção estatal e perseguição ao comunismo, através de prisões e tortura de adversários.

propaganda em favor do novo regime. Apresento a evolução que se seguiu na produção nacional até 1964, quando foi dado o golpe militar e suas consequências, até o reestabelecimento da democracia. Apresento a Festa da Penha como o local de convergência da cidade, onde a sincretização foi moldando o protagonismo negro na cultura suburbana e abrindo espaço para a expressão de outras expressões da cultura a partir da dança, culinária e moda.

Apresento também, os lugares de memória da cultura suburbana e seus protagonistas, como esses lugares foram importantes na construção do imaginário e na disputa por novas narrativas que afirmassem o subúrbio como um lugar de pertencimento.

O terceiro capítulo trata do território e suas mutações com a saída do modelo fabril de desenvolvimento, suas implicações nas mudanças urbanísticas e na assimilação de um novo padrão de comportamento, baseado no modelo de consumo dos *shoppings centers*, num modelo disciplinador que Foucault chama de produção de corpos dóceis domesticados para o trabalho e consumo (2010). Como esse modelo contribuiu para o surgimento dos “Enclaves Fortificados”, como um modelo de moradia a ser implantado. Quais são as implicações da implantação desse modelo de moradia com a cultura do território, seus conflitos e convergências. E como a indústria imobiliária se apropriou da construção cultural do subúrbio como meio de agregação de valor aos seus empreendimentos.

Por último, o quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada dentro do condomínio Viva Penha e com moradores e comerciantes do entorno. Nele, apresento um quadro com as respostas mais relevantes, faço um comentário com as minhas impressões pessoais do que pude pesquisar, além de apresentar três histórias de vida de moradores com o ponto de vista de cada um a respeito da instalação do condomínio no território, quais os motivos que lhes atraíram para esse tipo de moradia e como é a relação com a vizinhança. Analiso também, com base em entrevistas com especialistas em urbanismo e na questão habitacional, se essa é uma tendência para futuros empreendimentos na região, pois, empiricamente caminhando pelo território, o que percebi foi um crescente número de condomínios sendo comercializados e outros em construção, transformando a paisagem do subúrbio num ambiente arquitetônico que representa dois mundos distintos, e unos no mesmo território: casas do início do século XX e fim do século XIX com os muros, cercas e

¹⁰ Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão criado no Estado Novo com o objetivo de regular a publicidade entorno do governo. Tinha a função de censura dos meios de comunicação e artes, atuava de forma dirigista em favor do governo.

vigilância dos “Enclaves Fortificados” com sua cultura baseada na meritocracia, num formato *fast food*.

Figura 2 – Imagem do contraste entre os condomínios e as demais construções do bairro



Fonte: Acervo pessoal.

Mas, de maneira controversa a uma primeira impressão pré-concebida, pude, nas pesquisas, observar uma disposição dos moradores do condomínio com os demais moradores do bairro em construir um ambiente de harmonia, embora em alguns casos o primeiro contato tenha sido de estranhamento. Mas, pelo fato de que em sua maioria, os moradores dos condomínios serem oriundos do próprio subúrbio, a probabilidade de haver uma suburbanização dos condomínios é muito grande.

Noções sobre território e a influência da nossa “Emergente Modernidade Tardia” no desenvolvimento da cultura no Subúrbio Carioca

Antes de iniciarmos o primeiro capítulo, pretendo relatar a constituição da cultura do subúrbio. E começo essa discussão com uma definição sobre o conceito de território, elaborado pelo geógrafo Milton Santos (SANTOS/2000). Segundo ele, a noção de “Território Nacional” é o abrigo de todos. Enquanto o “Território Transnacional” atende aos interesses do mercado, aprofundando desigualdades sócio espaciais.

Ao propor a divisão do espaço geográfico entre mundo e sociedade nacional e local, Santos promove a distinção entre mundo ocupado pelos interesses das grandes corporações e que comandam, disciplinam, normatizam e impõem uma racionalidade a partir do processo de globalização. Esse mundo se contrapõe à ideia de território vivido, palco da sociabilidade, do compartilhamento de saberes e afetos.

Mas, para Santos, hoje o mercado atravessa tudo, sem fronte e entendimentos. Então, o território acaba compartilhado por interesses conflituosos. E é nesse lugar, o território compartilhado, que Santos identifica, como único capaz de produzir resistência aos atores hegemônicos que, de maneira egoísta, representam o mundo (mercado). Pois, é nesse lugar de existência e coexistência que ocorrem as formas efetivas de comunicação, de troca de informações e construção de políticas, onde de alguma forma é possível se reconstruir as bases de vida comum e criar normas locais que se contraponham aos interesses perversos do mercado. Onde as uniões podem estabelecer novas formas de produção e consumo baseadas em relações que superem o mero interesse econômico.

Por atribuir ao território o papel de resistência da sociedade civil, Milton Santos entende que o território deve ser investigado e interrogado, para, a partir dessa compreensão e entendimento, se possa replicar a experiência de resistência para outras dimensões territoriais em busca de outro modelo de globalização.

O processo de ocupação do Subúrbio Carioca nos estimula a pesquisar as suas origens e, nesse sentido, percebemos que a chegada da Família Imperial ao Rio de Janeiro impôs uma série de transformações culturais e urbanísticas na cidade. A família que fugia do Império Napoleônico, contraditoriamente trazia consigo o ideário de modernidade parisiense como modelo de desenvolvimento. Isso foi o bastante para as primeiras influências na moda e na arquitetura da cidade. É verdade que a instalação do Monarca na cidade do Rio de Janeiro também proporciona a construção de aparelhos e equipamentos de Estado, que indicavam a intenção de construção de um projeto de nação. Com ele chegam a Biblioteca Nacional, os Correios, o Banco do Brasil, a Casa da Moeda, o Jardim Botânico, criação da Guarda Real Militar, do curso de Medicina, de ligação marítima com as principais capitais do mundo. Mas foram as reformas urbanas e a introdução de regras de costumes que mais contribuíram para afastar do Centro da Corte os “indesejados” (que foi como ficaram conhecidos parcela da população que residia na região Central da cidade) e iniciar um processo mais denso de ocupação das terras do subúrbio (ABREU, 1997).

Até a denominação subúrbio ganha outra conotação, como descrito pelo professor Nelson da Nobrega Fernandes em “O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio”. Nesse livro,

Nobrega descreve como a palavra subúrbio que até então não fazia parte do vocabulário usual. A palavra usada para descrever as regiões fora do Centro era Arrabaldes¹¹. Subúrbio passa a ser utilizada de maneira pejorativa para indicar o local para onde se deslocavam os “Indesejáveis” do Centro. Essa denominação, inclusive se choca com outras interpretações, como a Norte-Americana, por exemplo. Nas cidades estadunidenses os “Suburbs” indicam áreas residências que ficam no entorno das áreas centrais, onde se concentra o comércio e a produção. Lá, as ruas do subúrbio são planejadas, as casas são amplas, é lugar destinado às classes médias e outros trabalhadores que tenham interesse num estilo de vida mais tranquilo, com características de cidade interiorana, mas que fique próximo à cidade. São muito poucos os pontos de interseção e semelhança entre os dois subúrbios. No Brasil, a coisa aconteceu de outra forma. O subúrbio foi se construindo sob o signo do abandono dos serviços públicos, como denunciado nas diversas crônicas de Lima Barreto, no samba de Geraldo Pereira e nas telas de Heitor dos Prazeres.

Mais ou menos é assim o subúrbio, na sua pobreza e no abandono em que os poderes públicos o deixam. Pelas primeiras horas da manhã, de todas aquelas bibocas, alforjas, trilhos, morros, travessas, grotas, ruas, sai gente, que se encaminha para a estação mais próxima; alguns, morando mais longe, em Inhaúma, em Caxambi, em Jacarepaguá, perdem amor a alguns níqueis e tomam bondes que chegam cheios às estações. Esse movimento dura até às [sic] dez horas da manhã e há toda uma população da cidade, de certo ponto, no número dos que nele tomam parte. São operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, inferiores de milícias prestantes, funcionários públicos e gente que, apesar de honesta, vive de pequenas transações, de dia a dia, em que ganham penosamente alguns mil-réis.
(BARRETO, Clara dos Anjos, 1956, p. 118)

No Rio de Janeiro do Império, a região do Centro, concentrava não só o comércio e serviços, mas também as moradias. E com o crescimento da atividade mercantil e com a necessidade de ter que se apresentar como moderna, a cidade precisava encontrar uma forma de definir o local de trabalho, de negócios e de residência. Aos poucos, novos caminhos foram abertos em direção à Lagoa Rodrigo de Freitas (caminho da Piacaba, que passava pelo Humaitá), a Glória, Flamengo e Botafogo. Nessa região, logo se instalaram a burguesia mercantil e outros homens de negócios. Enquanto isso, outros caminhos em direção a São Cristóvão, Rio Cumprido e Vila Isabel foram abertos com aterros, e lá foram se instalando as nascentes indústrias de transformação com a abertura dos portos. A ampliação da atividade mercantil também provocou o aumento da violência e a necessidade de afastar do Centro as

¹¹ ¹¹ (palavra de origem Árabe que indica o que está no entorno ao centro)

classes perigosas, que “enfejavam” a cidade (RODRIGUES, 2009) e provocavam tumulto. Por isso, a necessidade de utilizar a força policial como unidade de controle social e limpeza da região.

Muitos foram os eventos em que essas classes perigosas se manifestaram contra as ações do Estado: Em 1870 são instituídas as inspeções sanitárias de rotinas, que tinha por objetivo verificar as áreas internas e quintais das residências para observar as condições de higiene. Isto, óbvio, provocou a reação dos moradores. Em 1876 as obras previstas no contrato de fornecimento de água implicavam em muitas desapropriações, mais manifestações.

As manifestações e o contraste de símbolos culturais, vistos como atrasados em convivência com o comércio de produtos europeus ou europeizados provocavam a insatisfação da aristocracia. As quitandeiras ambulantes negras, os salões de aplicação de bichas e ventosas, o mercadinho africano que não podia conviver lado a lado com as casas de roupas brancas de Madame Couton, ou as casas de moda Notre Dame e Salgado Zenha. Além das livrarias Garnier, Faro e Cruz Coutinho que, junto com os cafés e confeitarias, juntavam o fino da modernidade no Centro num estilo de vida europeizado (BROCA, 1975 *Apud* RODRIGUES, 2009).

Figura 8 – O Artesão vendendo os cestos e a Quitandeira vendendo frutas



Fonte: Biblioteca digital de teses e dissertações da USP.

Todas as mudanças efetuadas que tinham o objetivo de adequar a cidade ao estilo de vida moderno, acabaram por traçar o destino do subúrbio. O ano de 1890 tem impacto

determinante e diretamente ligado ao objeto desta pesquisa. Nesse ano, o próspero açougueiro Custódio Nunes aluga um lote de uma fazenda na Penha para abater os animais que ele comercializava (esse tipo de atividade havia sido proibido no Centro do Rio em 1879 com a criação do matadouro de Santa Cruz).

Dois anos depois, Custódio compra a fazenda e, em 1920, com o nome Irmãos Goulart S/A, expande as atividades do matadouro para os bairros de Olaria e Ramos, onde adquire terras para a criação de bois, porcos, cordeiros e galinhas. Esse é o ano de instalação das primeiras unidades industriais do Cortume Carioca, que foi se instalar na Penha exatamente pela facilidade de adquirir matéria prima do matadouro que lá já estava instalado. E o Condomínio Viva Penha foi construído na área de uma das unidades industriais do Cortume Carioca.

Na cidade “Europeia” que nasce, os espaços de pretos e pobres são controlados pela polícia, e as restrições à permanência dessa população na região central da cidade vão se tornando maiores, com as leis e regulamentos que a administração da cidade vai editando. Em 1884 é proibido o funcionamento de estábulos no Centro da Cidade, isso vai impactar com a futura libertação dos escravos, pois as atividades de lida com os animais de carga eram próprias dos negros e pobres.

Mas a própria libertação dos escravos vai impactar pouco nessa região da cidade, uma vez que já era comum o convívio com eles nessa região, pelo contrário, muitas das empresas de prestação de serviços públicos vão se apropriar dessa mão de obra disponível. Alguns vão se ocupar de serviços na infraestrutura, como Tigres¹², como carregadores no cais do porto, no comércio e na nascente atividade de manufatura. Os demais serão controlados pela polícia, que a essa altura já era especialista na repressão aos “indesejáveis” (RODRIGUES, 2009). Muitos, que tinham alguma identidade rural, optaram em ocupar encostas nos morros do subúrbio que ainda mantinham uma imagem pacata identificada com a vida rural.

Entretanto, houve aqueles que, desafiando a modernidade e a autoridade repressora, permaneceram no Centro executando serviços que eram malvistas por parte da aristocracia. A esses, João do Rio¹³ dedicou parte da “Alma encantadora das Ruas¹⁴”, ao elencar uma relação de profissões que sobreviviam da miséria do mundo subterrâneo, para o qual a modernidade

¹² Trabalhadores braçais que carregavam nas costas, durante a noite, tinas de excrementos que eram despejados na Baía de Guanabara.

¹³ João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, Jornalista, Cronista, Tradutor e Teatrólogo. Vive e relatou o ápice das transformações da cidade em busca da modernidade no início do século XX.

¹⁴ Terceiro livro de João do Rio, em cuja terceira parte, “O que se vê na Rua”, é uma descrição minuciosa de várias profissões que ocupavam as ruas do centro do Rio na virada do século XIX para o XX.

civilizatória da burguesia havia fechado os olhos: “O artificialismo cosmopolita constrói a cidade maravilhosa sem incluir as formas de transformação dos homens” (João do Rio).

A transição da Monarquia para a República ampliou a velocidade das transformações. O Brasil precisava se livrar das marcas coloniais, e de Cândido Barata Ribeiro (1892/1983) até Pedro Ernesto (1931/1936), a Cidade viveu um período de efervescências com o urgente apagamento da recente história colonial e a necessidade de modernização de um país em construção, que se abria para o mundo. Mas o marco desse período foram as obras implementadas por Pereira Passos (1902/1906), inspiradas nas transformações urbanas de Paris, tocadas pelo Barão Haussmann¹⁵, que traçou todo o processo de ocupação na região central da capital francesa, orientando espacialmente o lugar reservado para cada atividade econômica e social da cidade, assim como construindo uma cidade que pudesse estar imune às manifestações públicas e barricadas (muito comuns na ocasião, por conta das manifestações de protesto dos trabalhadores).

Figura 9 – O Bota Abaixo.



Fonte: Fatos e História wordpress.com

¹⁵ Georges-Eugène Haussmann, nomeado prefeito de Paris por Napoleão III. Governou durante 17 anos a capital francesa (1853/1870), remodelando a cidade. Ficou conhecido como o “artista demolidor”.

CAPÍTULO I – A PESQUISA

Papo no Play: Nesse capítulo apresento os resultados da pesquisa não com uma perspectiva conclusiva, mas como um retrato momentâneo, onde alguns aspectos chamaram mais atenção. A repulsa de alguns vizinhos, o olhar suspeito de outros, mas uma disposição sincera de muitos moradores do condomínio em se integrarem ao território.

1.1 Conceituação sobre o que é um condomínio?

A palavra Condomínio deriva do *Latim Condominium* e significa: domínio de mais de uma pessoa simultaneamente de um bem ou partes de um bem, domínio compartilhado. Os primeiros registros datam da Grécia Antiga, onde muitas pessoas se reuniam em grandes construções para vender mercadorias ou até morar em conjunto. Os condomínios se popularizaram e começaram a se moldar como conhecemos hoje a partir do fim da I Guerra Mundial (1918) e a II Revolução Industrial, onde o êxodo rural levou muitas pessoas para as cidades em busca de melhores condições de vida, gerando uma crise habitacional nas áreas urbanas. A verticalização das moradias em forma de condomínios foi a alternativa encontrada para reduzir custos e ampliar a oferta de moradia.

1.2 Os condomínios como modelo urbanístico e delimitador sócio espaciais na cidade do Rio de Janeiro

Segundo Ferreira dos Santos (1981), os condomínios derivam de dois modelos distintos do urbanismo: o racionalismo progressista e o organicismo culturalista. O modelo racionalista, que serviu de inspiração para traçar o formato urbano da cidade do Rio de Janeiro e, em particular do subúrbio Carioca, orienta de maneira definida, aonde vai cada um dos setores da sociedade; áreas industriais próximas das áreas de residência dos operários, áreas definidas aos negócios em outro espaço, áreas de lazer e assim por diante. Nesse modelo, as áreas mais valorizadas, que abrigam os bens mais valorizados, são destinadas às elites.

Já o modelo culturalista, semelhante aos *Suburbs Americanos*, valorizam a realidade local, com maior foco no ser humano e nas relações sociais. Esse modelo propõe uma cidade constituída de pequenas comunidades. Diante dessa definição, percebe-se o quanto o modelo racionalista progressista influenciou o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, desde os primeiros condomínios populares construídos em Marechal Hermes por Floriano Peixoto, no início de século XX (Fernandes 2008). Esse modelo, que cria formas de distinção de moradia

entre as classes sociais e, portanto, amplia o estigma em relação aos pobres, continua a ser uma referência na construção de habitação popular até os dias atuais.

Enquanto isso, as classes mais abastadas, interessadas em afirmar a distinção social, foram sendo atendidas pelo mercado privado, seduzidas a se isolarem em condomínios fechados exclusivos. Esses condomínios, que ocupavam os lugares mais valorizados da cidade, chegaram ao subúrbio, mas trazendo a mesma carga ideológica de distinção social. Não mais pela condição econômica, mas agora pelo formato arquitetônico do modelo de moradia, que os isola e distingue dos demais moradores através dos muros.

Mas aqueles que voluntariamente optam por morar em condomínios, também optam em se submeter a uma vida regida por um modelo disciplinador do convívio intramuros, modelo fartamente explicado nos estudos Foucaultianos (2008) que abordam a biopolítica¹⁶. O acesso aos serviços exclusivos como: cozinha *gourmet*, academia de ginástica, sala de cinema, segurança 24 horas, piscina, salão de festas, brinquedoteca, lavanderia, entre outros. São regulados por uma série de regras de convivência estabelecidas em contrato e regimento interno.

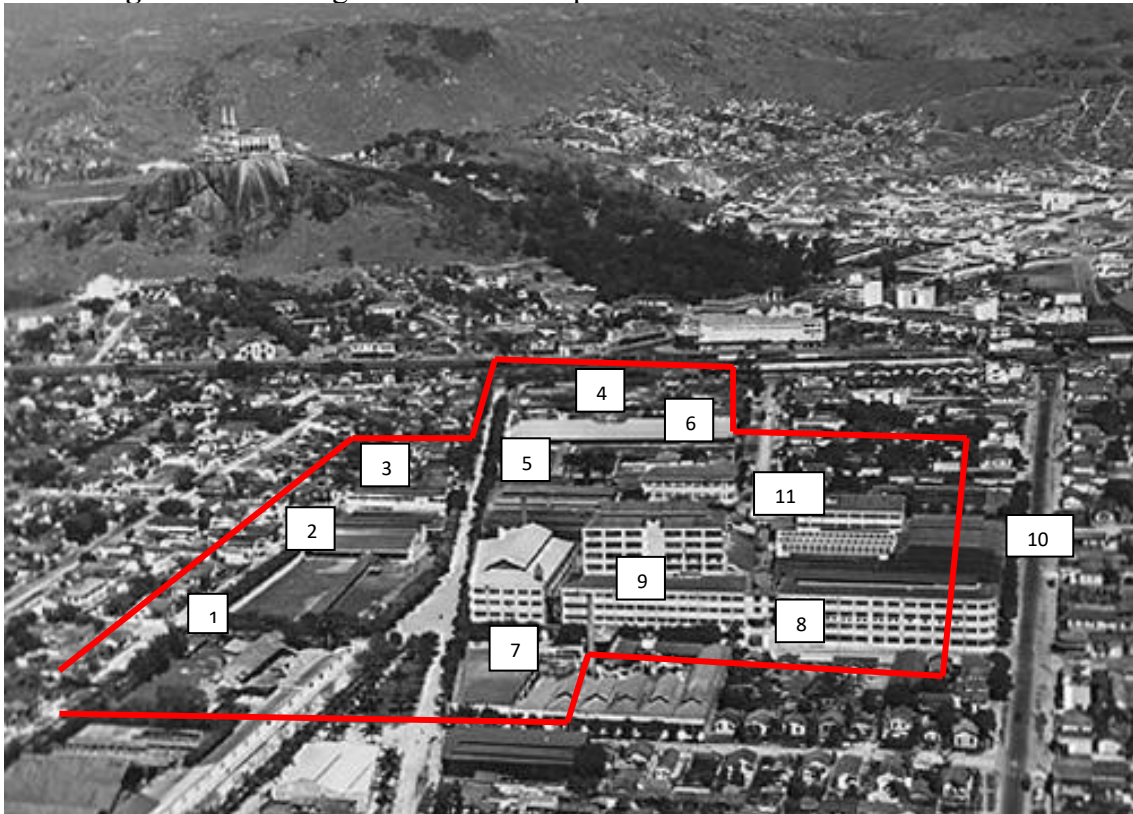
Ao contrário dos condomínios isolados da Zona Oeste e Baixada de Jacarepaguá, que garantem uma espécie de “Guetificação dos ricos”, os condomínios no subúrbio estão inseridos no seio da malha urbana, convivendo com os conflitos inerentes às disputas cotidianas do direito à cidade, mas, contrariando essa luta, seus moradores optam na maioria das vezes pela reclusão intramuros, se refugiando na segurança vigilante dos condomínios, dando validade ao “Medo Líquido” de Bauman (2008) e se diferenciando dos demais moradores do território pelo *status* social adquirido, por ser morador de um condomínio fechado. Esse é um dos aspectos que diferenciam os condomínios do subúrbio Carioca do modelo estudado pela antropóloga Teresa Caldeira (2011) na cidade de São Paulo.

¹⁶ O pensador francês Michel Foucault (morto em 1984) dedicou sua obra ao estudo dos mecanismos de controle do comportamento social do homem por parte dos poderes constituídos. Ele aborda, sobretudo, importantes métodos de disciplinarização e controle utilizados pelas indústrias para obterem maior produtividade e evitarem manifestações reivindicatórias. Para Foucault a biopolítica pretende abarcar a questão da normalização biológica dos seres humanos em relação à governamentalidade (outro conceito dele).

1.3 Condomínio Viva Penha e Curtume Carioca, a herança de conflitos com a vizinhança

Os Condomínios clube Viva Penha e Nova Penha foram construídos em 2014 no terreno do antigo Curtume Carioca,¹⁷ no bairro da Penha. Aqui é preciso fazer uma explicação do que significava o Curtume Carioca, para o subúrbio da Leopoldina.

Figura 24¹⁸ – Imagem aérea do Complexo Industrial do Curtume Carioca



Fonte: Infolog.

Legenda:

- 1- Supermercado intercontinental
- 2- Condomínio Meu Lugar – Penha
- 3- Galpão permanece de pé e abriga um conjunto de lojas que servem como stand de vendas dos condomínios do entorno
- 4- Condomínio Vivendas da Penha – conjunto construído na década de 1980 com 10 blocos de 18 andares (conhecidos como pombal)
- 5- Condomínio Novolar (em construção)
- 6- Igreja Monte Moria
- 7- Galpão permanece abandonado
- 8- Igreja Universal do Reino de Deus
- 9- Área permanece vazia
- 10- Assembleia de Deus Vitória em Cristo (templo com capacidade para 6 mil pessoas)
- 11- Condomínio Viva Penha e Nova Penha (10 blocos de 12 andares)

¹⁷ A grafia é essa mesmo, credita-se ao fato de ser Suíça.

¹⁸ Essa foto ajuda a ter a dimensão do tamanho do complexo industrial, que ocupava diversas quadras no bairro da Penha, do lado oposto ao da Igreja da Penha. Nesse espaço hoje existem três condomínios (e um quarto em construção), três igrejas evangélicas, um supermercado e dos 104.000 m² originais ainda restam cerca de 30 mil em galpões, que estão parcialmente ocupados por moradores sem teto.

O Cortume era um complexo industrial que foi à falência no ano de 1998. Foi fundado em 1920 e ocupava uma área de 107.55^a m². Em 1927 passou a pertencer a uma empresa Suíça chamada C. F. Bally, que injetou capital na empresa e a transformou na maior empresa da América Latina do setor de beneficiamento de couro, chegando a empregar diretamente 3.500 funcionários. Por influência do Cortume, a região da Leopoldina recebeu muitas outras empresas que atuavam na fabricação de bolsas, cintos, sapatos e outros derivados de couro. Durante esses 78 anos de funcionamento, o Cortume viveu uma relação de amor e ódio com a população em seu entorno, por conta, sobretudo, da poluição atmosférica que provocava com a utilização intensiva de produtos químicos no beneficiamento do couro, outros bairros num arco de cerca de 3 km (Bonsucesso) eram atingidos pelos efeitos da poluição.

Não foram poucas as manifestações de moradores do entorno pedindo a saída do complexo industrial do bairro, ou um maior controle da emissão de gases tóxicos. E, por conta do maior rigor na fiscalização sanitária a partir da década de 1980, por parte dos agentes públicos e também pela entrada de produtos sintéticos no mercado, a empresa foi perdendo mercado e acabou falindo na década de 1990, deixando uma enorme área que foi se degradando com o passar dos anos. Algumas unidades foram ocupadas para moradia, outras para outros fins, mas a área ocupada hoje pelos condomínios só teve o seu destino selado em 2011, quando a Câmara de Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro votou o PEU¹⁹ da Penha – Lei complementar nº114 de 26 de Dezembro de 2011, que após uma batalha nos tribunais²⁰, foi considerado constitucional e sancionado. Essa lei ansiada pela indústria imobiliária trazia em seu texto a autorização para o aumento de gabarito dos edifícios na região, ampliando para 12 andares. Esse detalhe fez toda a diferença na ocupação dos terrenos e outras unidades industriais do Cortume, que passaram a ser alvo de cobiça das empresas imobiliárias, pois agora poderiam construir edifícios mais altos, ampliando a possibilidade de maior retorno financeiro.

A entrevista feita pelo jornal Extra do dia 27 de outubro de 2011, da dimensão do nível de disputa na Câmara de Vereadores. Para a vereadora Sônia Rabello (PV), a forma como ocorreu à votação viola o princípio constitucional da publicidade:

¹⁹ Projeto de Estruturação Urbana define entre outras coisas o gabarito de cada região da cidade.

²⁰ A associação de moradores ingressou com uma ação de inconstitucionalidade, pois questionava, que o rito para a votação em plenário não havia sido concluído, uma vez que uma das assembleias com os moradores não tinha ata. A essa oposição se somava a vereadora Sônia Rabello do PV (professora urbanista e advogada) que conhecia bem a área e tinha preocupação com a preservação do patrimônio visual da Igreja da Penha.

“Não há por que ter votado o PEU em regime extraordinário, depois das 18h, se não havia urgência para essa votação. Boa parte dos vereadores e ninguém da população daquela área e da cidade tinham municipal de Urbanismo, Sérgio Dias defende que tanto a área com gabarito de oito pavimentos como a de 12, no Curtume Carioca, vão garantir a revitalização da região”.

“- De 1988, quando o PEU determinou o limite de quatro andares, até agora, não houve qualquer empreendimento na Penha. O limite não atraía investimentos imobiliários. Os 12 pavimentos darão maior viabilidade econômica aos empreendimentos. Ali haverá uma compensação ambiental dos empreendimentos, já que a fábrica de couro que funcionou no local despejou resíduos químicos, disse”.

“- Conselheiro do Instituto dos Arquitetos do Brasil do Rio e então secretário municipal de Urbanismo quando da elaboração do primeiro PEU da Penha, em 1988, Flávio Ferreira é contra o conceito de que a verticalização é que revitaliza um bairro”.

“A Igreja da Penha é um ícone com força semelhante à do Cristo e à do Pão de Açúcar. Por isso, o PEU de 1988 limitou o número de quatro andares. A revitalização de um bairro passa pela melhoria do transporte, das ruas, dos parques, das calçadas, não pelo número de andares”.

Procurada, a assessoria da Arquidiocese do Rio não retornou às ligações. O presidente da Câmara, Jorge Felipe (PMDB), que votou a favor da proposta, disse que só houve sessão extraordinária porque foi pedida em requerimento por mais de 17 vereadores, e que esse tipo de documento é soberano, conforme o regimento interno da Casa.

Figura 25 – Foto do pátio interno do Condomínio Viva Penha. Esta foto, tirada a meu pedido por um dos moradores, retrata bem a preocupação da vereadora Sônia Rabello com o patrimônio visual da igreja. No alto, à esquerda, é possível perceber a imagem da igreja da Penha ofuscada pela altura de um dos blocos do Condomínio.



Fonte: acervo pessoal.

Mas, ao empresário que tem interesse e quer construir e obter seu lucro, essa disputa é o que menos importa. E, nesse contexto surge o empreendimento Nova Penha e Viva Penha, dois condomínios que ficam lado a lado e dispõem dos mesmos serviços. Foram construídos pela construtora Calçada Engenharia e seguem o mesmo modelo arquitetônico, configurando um único complexo murado que toma conta de um quarteirão inteiro de ruas, mas com portarias independentes e cada qual com suas equipes de serviço de limpeza e manutenção, segurança, portaria, guarda-vidas na piscina, professor de educação física na academia de ginástica. Ocupam uma área de aproximadamente 40.000m² que comporta 10 blocos de 12 andares, com apartamentos de 1 e 3 quartos e cerca de 960 unidades habitacionais, dotadas de toda estrutura de um clube: *lounge*, salões de festas, piscinas, quadras de esporte,

brinquedoteca, espaço *gourmet*, churrasqueira, playground, jardim e praças, academias de ginástica, sala de cinema, estacionamento coberto, vigilância 24 horas, com equipe de segurança e portaria, monitoramento por central de câmeras, clube indoor.

O fato concreto é que, hoje, com a adoção de políticas públicas que ambicionam transformar o Rio de Janeiro em cidade global, palco de grandes eventos internacionais, polo de atração do capital volátil (HARVEY/2011) das grandes corporações, os bairros do subúrbio viraram uma excelente opção para a especulação imobiliária. Como isso aconteceu? Com a implantação das UPP's²¹, mal ou bem, durante alguns anos, cessou-se o problema de circulação de armamento pesado pela cidade e as obras de infraestrutura garantiram uma melhor mobilidade. As políticas sociais do governo federal no período possibilitaram uma mobilidade social, provocada pela ascensão pelo conhecimento e pela maior distribuição de renda (MERCADANTE; ZERO, 2018), ampliando a população em condições de pagar por imóveis melhores, financiados por uma nova política pública habitacional. E com a saída das indústrias rumo a outras cidades e estados, o subúrbio passa a oferecer essas áreas totalmente infraestruturadas.

Mas a persistir a implantação de condomínios, corremos o risco de perder a “Alma Encantadora” de nossas ruas (JOÃO DO RIO, 2005)? Buscar respostas a essas indagações é o que a pesquisa pretendeu encontrar. Assim como outros questionamentos que fazem uma interface entre as mudanças urbanísticas e a cultura local.

É claro que as obras deixaram a cidade mais bela. Mas para quem? A alegação da modernidade e recuperação econômica, não pode sobrepor ao interesse dos moradores na manutenção do seu estilo de vida e estado de pertencimento. E, ao permitir a instalação, como vem acontecendo em São Cristóvão, Cachambi, Olaria, Penha, Vicente de Carvalho, Irajá, Madureira e muitos outros bairros do subúrbio, sem uma contrapartida urbanística, desses condomínios, verdadeiros “Enclaves Fortificados”, como descritos no trabalho de Caldeira (1997), semelhante ao ocorrido em São Paulo e Goiânia, a prefeitura abre margem para esses questionamentos. Eles podem comprometer o estilo de vida dos moradores do subúrbio, com a perda das esquinas, do comércio de rua, dos botecos, das rodas de samba, das cadeiras na calçada.

Enfim, a instalação desses condomínios ocupando quarteirões inteiros, cercados e com todos os serviços à disposição dos moradores, podem acabar com a vida comunitária do

²¹ Minha referência às UPP'S não tem por objetivo fazer nenhum juízo de mérito de suas implantações e eficácia, mas, apenas constatar a sensação de segurança gerada nessas regiões no período. (MACHADO da SILVA 2009).

subúrbio, que é elemento basilar da alma do povo carioca. Além de significar o fim de carreira de muitos dos nossos cronistas, que, como Rubem Fonseca desvendaram a alma do carioca. Fico imaginando o que seria de obras como: “de frente pro crime” (Tá lá um corpo estendido no chão...) de João Bosco e Aldir Blanc sem o cenário que, aos poucos, vai deixando de existir. Teremos que recorrer à outra composição: “Saudades da Guanabara” (...Tire as flechas do peito do meu padroeiro, que São Sebastião do Rio de Janeiro ainda pode se salvar...) de Moacir Luz, Aldir Blanc e Paulo César Pinheiro. (SOUZA, 2003).

Portanto, se debruçar sobre esse tema, ajudando a desvendar quem é essa população de classe média, quais são seus hábitos e costumes, pode nos ajudar na compreensão que, para além das mudanças na estética urbana, podemos também ter uma mudança comportamental, tanto positiva quanto negativa.

A opção para esse estudo de caso foi fazer uma série de entrevistas qualitativas individuais, de maneira a apreender impressões e comportamento, e história de vida de cada um dos entrevistados, ou seja, o mundo particular de cada indivíduo, de maneira que, na composição desse mosaico, se possa entender um pouco mais sobre os indivíduos daquele território. Também optamos em coletar impressões com outros atores do território fora dos muros (comerciantes, moradores mais antigos, agentes públicos) com o objetivo de entender os processos que tornaram possível a instalação do condomínio e qual era a relação dos novos moradores com os já estabelecidos, possibilitando dessa forma aferir o nível de interferência dos novos moradores na cultura local.

Munido do meu pequeno arsenal teórico, parti com os ensinamentos de Roberto Da Matta em mente: “Temos que considerar a interação complexa entre o investigador e o sujeito investigado, que compartilham, mesmo que muitas vezes não se comuniquem, de um mesmo universo de experiências humanas” (DAMATTA, 1991, p. 23).

A experiência de Gilberto Velho e Karina Kuschnir expostas no trabalho “Os Desafios da Proximidade” (2003). Onde o antropólogo, mesmo morando no bairro (Copacabana), se distancia do seu objeto de estudo, também contribuíram para a realização da pesquisa.

Este roteiro tinha que estar muito bem articulado ao objeto a ser pesquisado, pois minha experiência de jornalista em entrevistas, nada tem a ver com uma pesquisa, com objetivos acadêmicos. O exercício de entrevistar alguém para uma pauta jornalística proporciona desenvoltura, desinibição, sagacidade, mas está distante de superar as estratégias montadas pelos pesquisados, para omitir alguma informação ou dissimilar algo, como

apontado por Martin Bauer e George Gaskell em Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som (2003). Ainda assim, era preciso ir a campo com alguma segurança.

O primeiro passo foi pensar no morador e montar uma estratégia para alcançá-lo. Acionei uma rede de contatos. Meu objetivo era conseguir algum parceiro que pudesse abrir as portas do Condomínio Viva Penha para essa pesquisa e, após algumas tentativas frustradas, esse parceiro apareceu. Morador do condomínio e genro de um grande amigo meu, me ajudou abrindo as portas do condomínio, marcando entrevistas e apoiando o trabalho. Isto me possibilitou andar com maior desenvoltura dentro do condomínio, mas ainda assim sob a vigilância atenta dos seguranças, que só me permitiam entrar com a autorização do meu contato e fazer as observações que considerei mais relevantes.

Mas a primeira entrevista não foi feita no condomínio. Foi realizada com uma comerciante, moradora do condomínio em seu estabelecimento comercial, que fica uma quadra à frente. Ali, pude fazer uma espécie de ensaio. Verificar se a ordem das perguntas estava correta, a forma como abordar alguns temas, quanto tempo para cada assunto, a pausa necessária entre um tema e outro, enfim, uma série de observações que acabaram ajudando nas demais entrevistas.

O objetivo da pesquisa não podia ser abordado diretamente, afinal de contas ninguém vai dizer conscientemente que se acha interferindo na cultura local. Por isso, para obter essas informações, elaborei um tópico guia que me servia como um recurso de urgência, caso alguma questão fosse deixada de lado ao longo do processo de abordagem e também que servisse como um convite para que o entrevistado falasse com maior liberdade sem interferências.

Tópico Guia:

Utilizei três blocos de análise para a formulação da pesquisa:

Um primeiro bloco contendo perguntas que garantam a identificação e qualificação com informações sobre:

- 1- Nome, idade, sexo, estado civil, formação escolar, profissão, se tem filhos, procedência e renda (baseada na renda média familiar por salários mínimos).
- 2- Trajetória de moradia. Onde morava antes da Penha nos últimos 10 anos. Continua a frequentar os mesmos lugares da última residência (antigo bairro)?
- 3- Onde mantém relações do dia-a-dia? E para que tipo de coisa: serviços, lazer, médico...?
- 4- Qual é o meio de deslocamento?

O segundo bloco com perguntas relacionadas aos hábitos culturais, tais como:

- 1- O que costuma fazer no horário livre, quando não está trabalhando ou estudando?
Costuma ficar em casa com TV a cabo *ou Netflix*?
- 2- Com que frequência?
- 3- Quais os locais do bairro costuma frequentar para atividades culturais/lazer?
(Apresentar algumas que acontecem com frequência)
- 4- Quais são as fontes de informação?
- 5- Qual a importância que dá às atividades culturais?
- 6- Com quais pessoas costuma sair?
- 7- Quais são as maiores carências culturais na região?
- 8- Tem conhecimento da importância cultural da região no cenário cultural da cidade?
- 9- Conhece seus agentes (artistas, produtores e locais)?
- 10- Exercita alguma atividade cultural?
- 11- O que costuma fazer no Carnaval? (²²Religião)

Por fim, um último bloco com informações sobre o empreendimento investigado.

- 1- Quais foram os maiores atrativos para morar no Viva Penha?
- 2- Trocaria por outro bairro?
- 3- Em termos de serviço (tanto do condomínio, quanto da municipalidade), está contemplado?
- 4- Como considera o impacto da instalação do condomínio para a vizinhança?
- 5- Como é a vida no condomínio? Quais são os serviços e equipamentos que mais utiliza?
- 6- Qual é a relação com o bairro? O que o faz transitar por suas ruas (Compras, banco, feira, lazer...)?
- 7- O que mais gosta no bairro?
- 8- Tem parentes ou amigos no Viva Penha?
- 9- Como lida com estigma do Suburbano? Positivo ou negativo?

Pedia para participar em um evento do condomínio como observador.

Proponho uma visita guiada aos lugares culturais da Região.

²² Ao final colocar data, lugar da entrevista e observações do campo (anotar a parte em um caderno).

Pelas dificuldades impostas por esse tipo de trabalho etnográfico, na maioria das vezes é impossível fazer uma seleção prévia dos entrevistados, pois nem sempre é possível convencer as pessoas da validade de um trabalho acadêmico para suas vidas, a ponto delas nos permitirem entrar em algumas intimidades e abordarmos alguns assuntos considerados tabus, que podem causar vergonha, defesa e alguma hesitação nas respostas da abordagem.

Considerando isso, ainda assim, procurei mesclar os entrevistados com faixas etárias variáveis e também levando em consideração as questões de gênero. A classe social me parecia já ter um corte definido, por todos estarem vivendo num mesmo condomínio, recém-construído e com um valor pouco variável por unidade (embora no decurso das entrevistas, eu tenha percebido uma ligeira diferença entre algumas famílias). Talvez esta seja uma vantagem de optar em utilizar a metodologia da observação participante no trabalho. Ela nos permite, além das entrevistas, observar o periférico, o não dito, aquilo que não foi enunciado.

Foram realizadas dezoito entrevistas com moradores dentro do condomínio, que consumiram oito visitas e dezenas de horas de gravação e trabalho. Consumiram 103 páginas de transcrições com igualmente dezenas de horas de trabalho. Além disso, foram entrevistados outros atores como: comerciantes e moradores do entorno e alguns especialistas em cultura, urbanismo e economia regional.

Um importante fator que tive que contornar, foi o fato de além de ser pesquisador eu era também nativo. Embora não more no condomínio, moro há muitos anos no bairro da Penha e, de certa forma, também estava entre os nativos a serem pesquisados. Embora eu seja adepto da formulação da professora Soraya Simões (IPPUR/UFRJ) quando ela afirma, em artigo apresentado no seminário “As Margens da Cidade Falam” no CCH da UENF em 2015, que no processo etimológico “O mundo do outro em alguma medida é o seu também”. Afirma ainda, que a própria presença do pesquisador no campo já altera a realidade local e que muitas vezes o discurso do nativo é alterado pelo fato do pesquisador ser o outro. O que muitas vezes deixa o Nativo mais a vontade para falar coisas que não teriam tanta repercussão com um igual. Logo a ideia do distanciamento entre Etnógrafo e Nativo é muito relativa. Esse exemplo também pode ser observado em “Sociedade de Esquina”, onde o conceito de interacionismo é aplicado por Willian Foote-Whyte em sua pesquisa em Corneville/Boston durante quatro anos. Mas nesse caso, me submeti aos cuidados ensinados por Gilberto Velho em “A Utopia Urbana”, onde o antropólogo, mesmo morando no bairro pesquisado (Copacabana), consegue se distanciar do seu objeto de estudo e desenvolver sua pesquisa participante, mesmo estando sujeito aos efeitos do indicado pela professora Soraya.

É praticamente impossível evitar o contato na convivência diária no território. Filas de banco, feira, supermercado e trem são pontos de encontro para os quais a vida intramuros ainda não encontrou solução (pelo menos na Penha). Logo, ali estava o pesquisador como nativo ao lado de outro nativo, trocando impressões como iguais. Isto muito me lembrava a experiência de Foote-Whyte em Sociedade de Esquina.

5.4 Os resultados da pesquisa exploratória do primeiro condomínio clube do bairro da Penha

A forma de apresentação dos resultados da pesquisa será através das respostas às perguntas formuladas no tópico guia, agrupadas por tema, com cores diferentes para cada um deles. Dessa forma, vamos poder apresentar um quadro dos temas abordados e as respostas a elas conferidas. No final deste capítulo, apresentaremos um quadro mais sintético dessas mesmas respostas, de maneira mais objetiva. As dez entrevistas elencadas nesse quadro, foram aquelas que, em minha opinião, representam melhor a diversidade de opiniões sobre os variados temas abordados. As entrevistas com os moradores foram realizadas entre os dias 17 de Fevereiro de 2018 e 12 de Março de 2018.

Quadro 1 – Síntese das respostas às entrevistas

Moradores	Trajatória de Moradia	As relações do dia a dia	Os impactos e as relações com a vizinhança	As práticas de lazer e cultura na localidade
Raquel Cristina	Moradora de Bangu desde criança	Resolve quase todas as coisas na Penha mesmo	Tem boa relação, até por ter comércio no bairro. Inclusive colabora com as festas da igreja e com o jornal local	Frequenta a festa da Igreja da Penha desde criança, costuma ir às pizzarias e restaurantes da região. Também conhece os points da região.
Antônio Pedro	Morou 32 anos em Ramos até se mudar para o condomínio	Considera a Penha o bairro mais completo em ofertas de serviços na região, resolve tudo na Penha.	Considera a relação com a vizinhança positiva, pois o condomínio ajudou a ampliar a oferta de empregos na área e valorizou uma área que era degradada.	Costuma frequentar cinema e teatro com a esposa em outros bairros, mas frequenta restaurante e barzinhos na Penha.
Miguel Franca	Nascido e criado na Penha mesmo, assim como pai e irmãos. Morava antes de ir para o condomínio, do outro lado da linha do trem ²³ .	Faz tudo na Penha mesmo: faculdade, compras, banco. Eventualmente vai ao Centro de trem.	Acredita que a instalação do condomínio ajudou a valorizar a área e que vai atrair novos investimentos para as redondezas.	Canta numa banda de rock com os amigos do “outro lado”, que se apresenta pela região em igrejas hospitais...
Antônia Maria	Morou quando criança em Ramos, depois de casada morou por dois anos na Penha, posteriormente adquiriu um imóvel em Rocha Miranda, onde morou até ficar viúva, quando então os filhos a levaram para o recreio dos Bandeirantes.	Embora tenha sentido alguma dificuldade na aparência do comércio, sente-se contemplada. Mas, na parte de saúde, faz tratamento fora do bairro. Como já usava BRT no Recreio, continua a ser atendida por esse meio de transporte para se locomover.	“ Na verdade tudo isso me agradou bastante eu estou gostando de estar aqui, é uma região que tem vida”.	Gosta de ficar em casa lendo e bordando. Também gosta dos noticiários na tv. Quando criança lembra de morar próxima a casa de Pixinguinha, em Ramos, e de vê-lo passeando pelas ruas. Gostava de ir à Festa da Penha.

²³ Existe um preconceito com os moradores que moram do outro lado, pois é o lado onde fica o Complexo da Penha (conjunto de Favelas que divide o bairro da Penha e Olaria).

Israel Silva	Nascido e criado na Pavuna, mas por força do trabalho já morou em outras cidades e estados, tendo sempre o Rio como ponto de parada.	A comodidade de poder resolver todas as coisas do dia a dia a pé lhe agrada muito. Vai ao mercado, bancos, farmácia, lotérica.	Acha que a instalação do condomínio pode trazer uma nova dinâmica de melhoria dos serviços públicos nas ruas do entorno. Vê como positiva a instalação do condomínio.	Sente falta de cinema e teatro no bairro. Supre essa ausência frequentando os Shoppings Nova América e Carioca. Mas gosta da variação de ofertas gastronômicas na região e de poder frequentá-las sem precisar usar carro.
Clara Vargas	Nascida e criada em Olaria, onde morou até casar em 2014, quando se mudou para a Ilha do Governador.	“Aqui você tem tudo, que você precisa, né? Tem farmácia, supermercado, restaurante, feira livre, tudo que você precisa, você tem perto, então isso é muito bom”.	Avalia que a construção do condomínio serviu como polo catalizador para outros investimentos imobiliários e de serviços e isso pode ajudar a atrair pessoas diversas para o bairro, criando um ambiente democrático e multicultural.	Gosta de poder sair com a família a pé para frequentar os barzinhos e restaurantes próximos ao condomínio. Já frequentou muito a Lona Cultural de Vista Alegre, para ir a shows, mas sente falta de uma maior divulgação das opções culturais da região.
Denise Jussier	Mora na Penha os seus 35 anos de idade, antes do Viva Penha, morava no condomínio Vivendas da Penha (Conjuntos de prédios de 18 andares, construídos em outro terreno do Cortume Carioca na década de 1980), que fica em frente ao Viva Penha.	Considera a parte de serviços o que há de mais legal na Penha, pois consegue resolver tudo perto de casa sem utilizar carro.	Considera que a instalação do condomínio impactou bastante o bairro, do ponto de vista positivo. Considera que supriu as expectativas de que acompanhava a obra.	Para lazer e cultura recorre ao Shopping Nova América, gosta de samba e carnaval, conhece as atividades culturais da região, mas hoje prefere ficar dentro do condomínio, para ciúmes dos antigos vizinhos do condomínio onde residia anteriormente.
Regina Menezes	Sempre morou na Penha em imóveis do pai, o último foi numa rua residencial próxima a Rua Lobo Junior. Esse imóvel também pertence ao pai, que foi morar em outro. Mora com o marido.	Passa a maior parte do tempo no trabalho como analista de laboratório na Fiocruz. No tempo que lhe sobra para as atividades no bairro, considera que os serviços que ele tem lhe contemplam.	“Eu acho que melhorou muito, principalmente dos homens de barraquinha de comida, de comida mesmo, tem muita aqui. Então, em questão disso, eu acho que melhorou muito, eu acho que todo mundo tá mais feliz, porque tem mais segurança na rua, você fica mais seguro pra andar, eu	Frequenta os Shoppings Nova América, Carioca e Norteshopping em busca de cinema e teatro. Além de se dirigir à Zona Sul em busca de eventos ao ar livre. Considera a região da Leopoldina muito carente de equipamentos culturais. As demais atividades de lazer pratica dentro do condomínio mesmo.

			acho que isso tudo melhorou bastante”.	
Cláudio Francis	Morou durante muitos anos no Méier, depois de casado foi morar “do outro lado da Penha”, de onde se mudou para o condomínio com a esposa e três filhos.	Consegue resolver quase tudo na Penha mesmo, mas quando tem alguma coisa mais importante se dirige ao Centro da cidade, para onde se desloca de carro.	Considera que pelo antigo estado de degradação da área, a instalação do condomínio trouxe benefícios, pois possibilitou a atração de outros empreendimentos imobiliários e com isso um maior fluxo de pessoas nas ruas, o que de certa forma aumenta a segurança.	Sente falta de ter um Shopping na área que pudesse ofertar em um só lugar os equipamentos culturais, uma vez que os dois shoppings da Penha são muito acanhados, não dispondo desses equipamentos. Acha que a igreja (ADVEC) na qual é pastor supre um pouco essa carência.
Carol Borges	Natural de Belém do Pará, morou em Brasília antes de se mudar para a Penha. Morava antes de ir para o condomínio Viva Penha na Rua Belisário, na própria Penha.	Olha, eu não tenho muito o que reclamar não! Eu gosto daqui. Porque nós temos o mercado! Segurança, pra esse lado, até que não acho ruim. Eu acho um pouco mais para o lado de lá. Mas desse lado eu não acho ruim não. Eu gosto daqui!	Acha que o condomínio contrasta bastante com o casario do entorno. Diz já ter ouvido que lá dentro é o alto Penha (em relação ao padrão de vida). Mas acredita que as opiniões externas se dividem entre aqueles que aceitam o condomínio e os que sentem inveja e repulsa.	Costuma frequentar restaurantes na Penha, mas também vai ao polo gastronômico de Vista Alegre. Para outras atividades culturais se desloca para a Zona Sul e shoppings. Considera carente a região da Leopoldina de ofertas culturais. Embora goste de samba nunca foi a quadra do Cacique de Ramos que fica bem próximo, mas já foi ao ensaio da Imperatriz Leopoldinense (Escola de samba) também no bairro de Ramos.

Fonte: elaborado por mim.

1.4.1 O Percurso de Moradia, a Renda e as Relações Sociais

As falas dos entrevistados apresentadas não deixam dúvidas da heterogeneidade da composição dos moradores residentes no condomínio Viva Penha, com moradores que inclusive vieram de outros estados e outras regiões da cidade. Mas também apresenta uma maioria de moradores oriundos do próprio subúrbio, que, em sua maioria, são pessoas que viram na oferta de serviços e condições de pagamento do empreendimento uma oportunidade de adquirirem um imóvel, realizando dessa forma o antigo sonho da casa própria e, ao mesmo tempo, passarem a ter a comodidade ofertada por um condomínio clube. Essa composição heterogênea pode ser considerada importante por não compor um bloco homogêneo de pensamento e nem de classe social, embora as faixas salariais e de renda familiar expressas na pesquisa, estejam todas muito próximas, variando entre 6 e 12 salários mínimos. Um fator que deve ser levado em consideração é a formação acadêmica. Todas as pessoas entrevistadas tinham formação superior, ou estavam concluindo. Esse fato pode contribuir para a afirmação que um dos fatores que tem possibilitado essa expansão dos condomínios clube pelo subúrbio, é a mobilidade social provocada durante os 16 últimos anos do Governo. Este fato, conjugado com uma maior distribuição de renda, baixas taxas de desemprego, uma economia aquecida e facilidades na aquisição de crédito imobiliário, podem ter contribuído para o estímulo dessa expansão. Além, é claro, de alguns fatores da economia regional que impulsionaram a ampliação da infraestrutura nessa região: a descoberta do pré-sal (que atraiu milhares de profissionais para o Rio em busca dos empregos gerados), o surgimento das UPP's (unidades de polícia pacificadora), a realização de grandes eventos mundiais (esportivos e culturais) na cidade nos últimos 12 anos e o PAC (programa de aceleração do crescimento). Por fim, contribuíram o esgotamento da capacidade de absorção na Zona Sul da Cidade (com poucos terrenos disponíveis) e a acumulação de terrenos na mão de poucos proprietários na Barra da Tijuca e Recreio (que transformou parte de Jacarepaguá em Barra, pela especulação), o que Rose Compans em entrevista para esse trabalho chamou de segmentação do mercado imobiliário na Cidade do Rio de Janeiro. Mas esse tema vou detalhar um pouco mais ao final desse capítulo.

As respostas para as perguntas formuladas dão conta que a opção de morar na Penha, também ocorreu por causa da oferta de serviços já instalados no território, que oferecem maior comodidade aos moradores, não necessitando de grandes deslocamentos, possibilitando que, mesmo no entorno do condomínio se possam resolver quase todas as questões relacionadas ao dia-a-dia. Esse interesse recupera um pouco o estilo Flâneur de Baudelaire (O

poeta da cidade moderna) de passear pelas ruas observando as pessoas, as lojas e a urbe se fazendo, como lócus de realização pessoal, certamente contrasta com o comportamento dos residentes nos Enclaves Fortificados descritos por Teresa Caldeira (1997). Neles, a comodidade de ter todos os serviços intramuros é o que caracteriza o surgimento de um modelo de sociedade apartada e desigual. Isolada por um esquema de segurança que garante aos seus moradores a sensação de estarem em ambiente seguro e sem contato com pessoas indesejadas. No caso carioca, estamos diante de um grupo social que viu a oportunidade de residir em um ambiente seguro, mas sem abrir mão do convívio com a comunidade do entorno e nem dos serviços que são prestados fora dos muros do condomínio.

1.4.2 A Relação com a cultura e o Padrão de Consumo Shopping Center

Nesse recorte da entrevista podemos perceber a variedade de nuances e entendimentos em relação à cultura na região, assim como a falta de conhecimento em relação às atividades culturais que permeiam o território, que tem uma agenda múltipla distribuída em diversos bairros da região e, aqui na Penha em particular, em diversas áreas do bairro. Locais públicos ou de interesse público, que contemplam uma gama variada de faixas etárias e de estilos. Isto me parece preocupante, uma vez que, partes significativas dos moradores do condomínio são oriundas do próprio subúrbio. Mas a explicação para tal fato pode ser encontrada em muitas das respostas que indicam, sugerem a falta de um Shopping Center que possa lhes garantir a concentração de equipamentos culturais em um só espaço. Segundo Caldeira (1997) são jovens casais em sua maioria que cresceram moldados pela fobia da violência que, ao se desenvolverem profissionalmente deixaram de lado a organização comunitária e caminharam no sentido da individualização dos interesses, abrindo mão da solidariedade orgânica de Durkheim (BRAGA/2004). E, como afirma Luiz Antônio Simas (2017)”, a cultura suburbana é diaspórica”, ou seja, é uma cultura construída nas tensões das ruas, que incorpora os elementos da diáspora africana e, portanto, não atende aos interesses dos que buscam por espaços privados para satisfazer o seu interesse pessoal.

1.4.3 As Relações com a Vizinhança e a Percepção Sobre a Instalação do Condomínio no Território

Este bloco de perguntas e repostas das entrevistas, objetivaram observar a opinião dos moradores a respeito da sua inserção no território. Como eles se viam e como eram vistos

pelos nativos, além de confirmar uma tendência na mobilização de populações em busca desse tipo de moradia: a segurança. Ela aparece em 100% das entrevistas como um fator que foi levado em consideração, quando da escolha do condomínio como local de moradia. Esse medo hoje pode ser inserido como mais um fato social relevante, daqueles pensados por Durkheim (2000) e que deve ser estudado. Ele está para além do que apontado por Zigmund Bauman²⁴ em *Modernidade Líquida* (2001)²⁵ e *Medo Líquido* (2006)²⁶. Não são apenas sensações motivadas pelas formas não concretas da vida social. A desestrutura do Estado interfere diretamente para que esse medo se transforme em fato social, no sentido de impelir as pessoas a se refugiarem dentro de um condomínio fechado, em busca da proteção que o Estado não proporciona. Os números do ISP (Instituto de Segurança Pública) apontam para isso. A distribuição per capita do aparato de segurança pública na Região Metropolitana do Estado denuncia a forma desigual como os cidadãos do Subúrbio, Baixada Fluminense e São Gonçalo são tratados. Isto já foi abordado no trabalho de diversos pesquisadores, entre eles Zuenir Ventura (1994), Marcos Alvito e Alba Zaluar (2006) e Luiz Antônio Machado da Silva (2009). Outros fatores contribuem para essa sensação de insegurança, um deles é o hiato existente nas relações sociais entre moradores de favelas e moradores do asfalto. A amplificação promovida pela mídia, que associa os moradores de comunidades e aglomerados subnormais a criminalidade, acaba por promover essa apartação. Isso pode ser constatado todos os dias nos noticiários espetaculosos, que incentivam as ações policiais nas comunidades, criando um caldo de cultura que acaba por transformar todos os moradores em facínoras. Aliado a isso, o fato de na região da Leopoldina o número de moradores de favelas ter crescido no último censo em 11%, enquanto a população não favelada diminuiu em 1% indicando uma retração nos bairros formais, ampliando com isso a sensação de insegurança na região.

Contrariando as informações descritas acima, os entrevistados no condomínio acreditam que o investimento trouxe um grande benefício para o bairro como um todo, tendo incrementado o comércio, com novas lojas (sobretudo a instalação de redes gastronômicas e lojas de grife), maior segurança nas ruas e forçando a chegada de serviços públicos de maior qualidade. Por isso, uma parcela não percebe a forma como os restantes dos nativos os olham,

²⁴ Zigmund Bauman, sociólogo e pensador polonês, morto em 2017. Teve sua obra dedicada ao comportamento humano relacionado aos dilemas da contemporaneidade.

²⁵ *Modernidade Líquida*, refere-se a contemporaneidade, caracterizada pela fluidez, volatilidade, liquidez e insegurança. É o conjunto de relações e instituições em operação na sociedade moderna.

²⁶ É o medo fruto da ansiedade da vida moderna, caracterizada pela fluidez e liquidez, que provocam a insegurança. Este conceito aborda o comportamento humano diante do mundo contemporâneo.

com a desconfiança de quem não os têm como iguais. Prova disso são as entrevistas e depoimentos que colhi na parte externa do condomínio:

Para o advogado e ativista social Marcos, que é morador há 58 anos da Penha e há 29 anos mora a uma quadra do condomínio, a chegada do condomínio gerou uma grande expectativa no sentido de trazer novos moradores que pudessem contribuir com a luta social na região não se confirmou. O fato de o condomínio oferecer uma vida social intramuros impede essa relação, numa espécie de negação do direito à cidade, reivindicado por David Harvey, Milton Santos e Henri Lefebvre²⁷ entre outros. Mas ainda assim, Marcos afirma que a relação, com os poucos que tem contato, é boa.

Já para o comerciante João, que há 32 anos mantém um comércio ao lado do condomínio e há 2 anos se mudou para o próprio condomínio, as expectativas eram outras. Ele imaginava que a instalação do condomínio iria trazer um grande incremento para o seu negócio, mas isso ainda não se confirmou. Mas ele mantém a esperança, pois como morador, conversa com os vizinhos e percebe que muitos foram afetados pela crise econômica e por isso optam em fazer eventos comunitários dentro do próprio condomínio, se cotizando para as despesas da festa. Prova disso, segundo ele, é que as agendas de aluguel do salão de festas e da cozinha *gourmet* estão sempre lotadas.

Enquanto João mantém as esperanças, a comerciante Inez, que há 31 anos mora na Penha, e que abriu um bar na rua do condomínio, disse que investiu muito na expectativa de ter um retorno garantido, mas percebe que o seu movimento é proporcionado pelos moradores das outras ruas do bairro, especialmente os do condomínio Vivendas da Penha (conjunto de apartamentos formado por seis blocos com 18 andares, construído na década de 80) e hoje não alimenta mais expectativas em relação ao aumento dos negócios por conta dos moradores do Viva Penha. Segundo Inez, “Eles são uns duros e esnobes, que olham os outros moradores com preconceito”.

1.5 Histórias de Vida e Cotidiano com os Vizinhos

A seguir, vou reproduzir três histórias de vida de moradores entrevistados para esse trabalho. São duas histórias de moradores do condomínio Viva Penha e uma de um morador

²⁷ Pensadores, que mesmo com formações acadêmicas e nacionalidades diferentes, desenvolveram ou longo de suas carreiras preocupações, descritas em suas obras, com a questão do território e a disputa do espaço público entre cidadãos e o capital.

do condomínio Vivendas da Penha. Essas histórias ajudam a elucidar as contradições expressas nos discursos dos moradores e vizinhos:

Começo pelo ativista social Marcos Dutra, morador do condomínio Vivendas da Penha. Marcos tem 58 anos, todos eles residindo na Penha, 29 no Complexo de favelas da Vila Cruzeiro (do outro lado) e outros 29 morando no Vivendas da Penha. O próprio Vivendas da Penha, construído nos anos 80 num terreno do Curtume Carioca, fruto de uma luta intensa dos moradores para que as instalações da indústria se mudassem do bairro por conta da poluição que provocava. Marcos, filho de família pobre, fez curso técnico e ainda jovem ingressou na Companhia do Metropolitano do Rio, onde exerceu várias funções, chegando à presidência da empresa. Também foi presidente do sindicato dos trabalhadores da empresa. Como dirigente sindical, se elegeu deputado estadual por dois mandatos, sempre atuando junto aos moradores da Penha e, em especial, da Vila Cruzeiro, de onde saíram alguns dos seus assessores. Em paralelo às atividades parlamentares, se formou em direito e sempre exerceu uma militância nas lutas por igualdade racial, tendo sido Superintendente de Igualdade Racial no Governo do Estado, Coordenador Estadual da Comissão da Verdade Sobre a Escravidão no Brasil e Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB/RJ. Toda essa trajetória foi construída sem arredar o pé da Penha e sem deixar de se envolver nas lutas cotidianas do bairro. Marcos é divorciado e pai de duas filhas, uma das quais, hoje casada, também reside no condomínio Vivendas da Penha. Hoje, ele divide suas responsabilidades de dirigente nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), com uma função recém-assumida, de Diretor do Coletivo Cultural 100% Suburbano, que tem como missão promover a cultura no subúrbio da Leopoldina a partir dos seus agentes, artistas e produtores. Alguns dos cidadãos, como Marcos, com quem conversei ao longo deste trabalho, embora afirmem não ter preconceitos contra os moradores do condomínio Viva Penha, o vêem com preocupação em relação à cultura da meritocracia que valoriza o individualismo, que está expressa nos discursos de muitos de seus habitantes. Avaliam que esse é um discurso desmobilizador das lutas coletivas por avanços sociais. E é este conceito de cultura, mais amplo, que tento explorar nesse trabalho. Conceito que expressa para além das manifestações artísticas, o comportamento dos cidadãos. E, nesse caso, como demonstrado na trajetória de Marcos, é o conceito que rege o dia a dia dos moradores desse território.

É interessante observar que dentro do condomínio Viva Penha a renda per capita não é superior a dos moradores do entorno, mesmo em alguns casos tendo trajetórias de vida diferentes. É o caso de Marcos (que acabei de narrar) e Antônio Pedro. Marcos é aposentado e exerce assessoria de direitos humanos como advogado para algumas organizações sociais. Sua

renda no final do mês gira em torno de oito salários mínimos. Muito semelhante à renda de Antônio, que mora dentro do condomínio Viva Penha. Antônio tem 35 anos, é filho de classe média do bairro de Ramos, gosta de samba (já fez parte de um conjunto), se formou em educação física e abriu no próprio bairro de Ramos um estúdio de pilates e outras atividades físicas. Casou-se há três anos com uma moça também de Ramos, cujo pai foi um preso político na ditadura militar, e que hoje é da velha guarda da Imperatriz Leopoldinense. Um amor batizado pelo samba, mas não unido pelo compromisso ideológico. Antônio se define como um liberal. Talvez o papel de empresário, dono do seu próprio negócio tenha lhe empurrado para essa posição. É morador do Viva Penha há dois anos, onde também atua como instrutor na academia de ginástica. Além disso, às terças e quintas, ministra, dentro do condomínio aulas de exercícios funcionais como *personal training*. Com todas essas atividades, sua renda é semelhante á de Marcos. Portanto, podemos inferir que a diferença de comportamento em relação à cultura, não está baseada na renda nem no capital cultural, mas talvez inserida no Medo Líquido, descrito por Bauman; uma sensação dispersa de sentimentos pouco poupáveis, que atemoriza a determinadas pessoas de acordo com sua orientação ideológica e trajetória de vida, que as fazem mais suscetíveis ao discurso da opinião pública. Isto faz com que dentro do próprio condomínio Viva Penha residam pessoas que pensam e se comportam de forma diferenciada, não compondo o pensamento monolítico e uniforme. É o caso de Ana Helena, 41 anos, farmacêutica, que trabalha na Bio Manguinhos (fábrica de medicamentos da Fiocruz). Ana sempre morou no subúrbio, com trajetória nos bairros da Penha Circular, Vila da Penha e Irajá. Recém-casada, pela segunda vez, tem um filho adolescente e mora no condomínio Viva Penha há três anos. Gosta de samba, mas hoje foge do carnaval no Rio. Para ela, as pessoas que moram no condomínio estão, sobretudo, fugindo da violência, embora reconheça que o sistema de vigilância 24 horas do condomínio não os livrem 100% da violência das ruas. Ana cultiva a vida solidária do suburbano e que não a trocaria por outra, mesmo reconhecendo a diferença em investimentos públicos, que faz o subúrbio receber investimentos menores que a zona sul.

[...] Eu gosto de gente, eu gosto dessa solidariedade que tem aqui. Esse abraço que você tem aqui... de qualquer problema que você tem na casa, você consegue contar com as pessoas. E a rua que eu morei, Francisco Enês, a vida toda... da Penha, pegando a Lobo Junior, até chegando no valão em Brás de Pina. Você conseguia ter isso. O que você precisasse de vizinhança, de amizade, de recorrer. Acho que... a vida toda eu tive ali.

As narrativas deixam claro que a questão da segurança pública exerce uma influência muito grande na decisão das pessoas adquirirem um imóvel em condomínio. Neste caso, a

omissão do Estado em ofertar um direito básico ao cidadão, vai ditando a mudança de comportamento das pessoas e também a configuração urbana da cidade, alterando o desenho urbanístico de ruas e, conseqüentemente, favorecendo um discurso ideológico que prega a meritocracia como comportamento desejável e aceitável pela sociedade, mesmo numa das mais desiguais, como a nossa.

Figura 25 – Imagem da Rua do Couto entre os condomínios Viva Penha e Meu Lugar Penha



Fonte: ambos, construídos em terreno de antigas instalações do Cortume Carioca. Estas imagens fornecem a dimensão de como as ruas próximas aos muitos galpões que ainda restam das unidades industriais, podem ficar. Indicam também que aqueles que fogem da violência se refugiando nos ambientes intramuros, acabam, mesmo sem querer, contribuindo para um ambiente coletivo de insegurança, considerando que o projeto arquitetônico desses condomínios, reserva para as ruas somente os muros.

Os efeitos da instalação dos condomínios Nova Penha e Viva Penha (compõem um mesmo complexo, numa única quadra), por enquanto, se limitam à ampliação na oferta de produtos e serviços e a atração de algumas marcas de rede de gastronomia para se instalarem no entorno (Espeto Carioca e Spa das Sobrancelhas, por exemplo). Numa expectativa que, na maioria dos casos, ainda não se realizou (como se pode observar nas entrevistas acima). Muitos dos feirantes com quem conversei (numa feira que funciona aos domingos a uma quadra do condomínio, na Rua Belizário Pena) me disseram que, embora houvesse uma grande expectativa em relação à inauguração do condomínio, como a ampliação das vendas e conseqüentemente dos lucros, não sentiram isso com o decorrer do tempo. Também serviu para atrair a instalação de outros condomínios no mesmo formato - Meu Lugar Penha (já inaugurado) e Novolar (em fase de fundação) – que também ocupam áreas degradadas do antigo

Cortume Carioca, ampliando uma estética intramuros que não ajuda ao diálogo com o restante do bairro. Uma das queixas dos moradores antigos é que não se podem trocar as ruas com galpões degradados da antiga unidade fabril por ruas vazias com muros, que, para aqueles que “vivem a cidade”, numa expressão modernista de Baudelaire (1987), representa um esvaziamento do seu espaço de convívio. Ou seja, a modernidade líquida de Bauman (2001), que atrai os moradores para o condomínio, é a mesma que faz parte dos nativos a olharem com desconfiança para o mesmo. O que, na visão deles, é símbolo de ostentação e status (aqui presente conceitos de Durkheim) e, portanto, significa a apartação de uma população que está acostumada a viver em comunhão e enfrentar as dificuldades de maneira cooperativa. Aqui reside um dilema ao manterem seu estilo de vida, fechado e pouco participativo. Os moradores do condomínio tendem a ampliar essa visão negativa de parte dos nativos, mas, por outro lado, se optarem em ter uma vida comunitária, contribuindo com sua opinião e presença na vida do bairro, eles abrem mão do maior atrativo que os levou para o condomínio.

1.6 Será esta uma tendência?

Os novos condomínios que surgem na paisagem do subúrbio Carioca, no formato dos “Enclaves Fortificados” descritos por Teresa Caldeira (1997), podem se tornar uma tendência. Mas isso ainda não é uma verdade peremptória. É preciso a conjunção de alguns fatores para que isso ocorra.

Segundo a professora e urbanista Rose Compans (ouvida para esse trabalho, em 12/03/2018), a saturação de alguns mercados e a concentração de terras, na região da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes na mão de poucos empresários, inflacionou o custo da terra e, conseqüentemente, o custo de construção de imóveis nessas áreas. Isso demonstra o grande interesse em promover áreas fronteiriças de Jacarepaguá à Barra da Tijuca, ampliando sobremaneira a construção de condomínios no formato “Enclaves Fortificados” nas proximidades do antigo autódromo de Jacarepaguá, e, vendendo esses imóveis como se localizassem na Barra da Tijuca. Aqui cabe uma reflexão a respeito das considerações do professor Carlos Vainer no artigo Cidade de Exceções (2011), onde ele detalha os padrões adotados para as flexibilizações da legislação urbanística, no sentido de atender o interesse do capital e as regras da “Cidade Empresa”. Essa flexibilização vem sendo adotada em outros bairros e regiões e explica a expansão imobiliária em direção à Vargem Grande como se fosse Recreio dos Bandeirantes. Compans, que é pesquisadora do urbanismo na cidade onde atua

como funcionária concursada na secretaria de assuntos fundiários, já havia de maneira premonitória, apontado esses efeitos em artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos em 1999. Nesse artigo, ela aponta os riscos de se permitir tais flexibilizações e, seguindo um mesmo caminho de Saskia Sassen (1991), alerta para os riscos da emergência da economia de fluxos, num padrão de desenvolvimento global em que tudo é possível em nome do progresso. Na entrevista, ela segue descrevendo o modus operandi das empresas do ramo imobiliário na Cidade do Rio de Janeiro e nos fala das dificuldades encontradas pelas pequenas e médias empresas em construir num cenário com poucas áreas disponíveis.

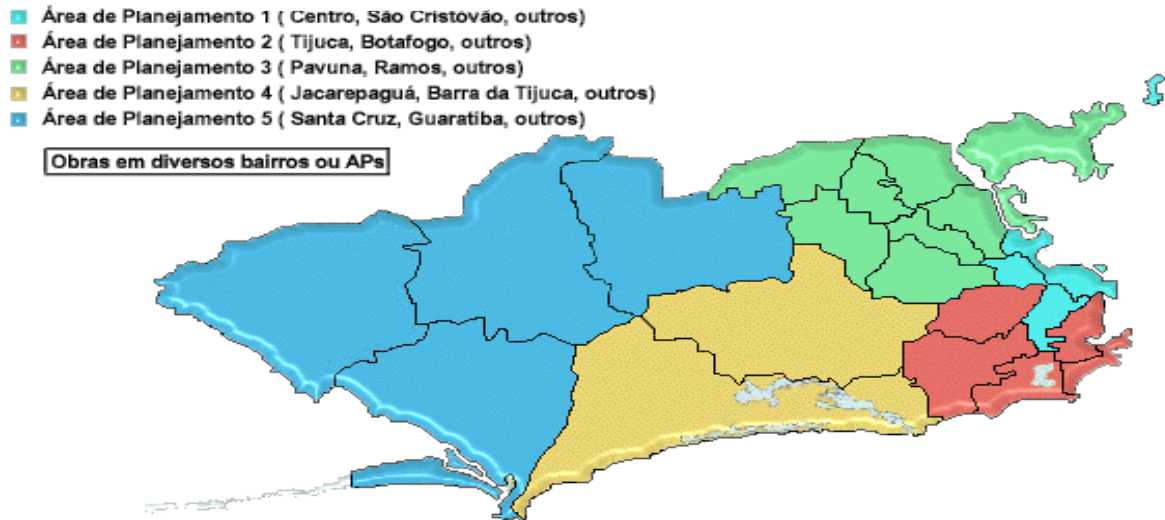
“E como na Zona Sul da cidade e Tijuca já havia muitas dificuldades em se encontrar terrenos disponíveis para construção, por conta da alta densidade. Alguns empresários paulistas, que tinham expertise nesse modelo de construção, baseados em experiências bem-sucedidas dos Irmãos Araújo em Campo Grande, resolveram investir na Zona Norte. Primeiramente, no bairro do Campinho (Que venderam como se fosse Jacarepaguá), depois Meier, para daí, ganhar o restante do subúrbio.”

Ela explica também que o sucesso da instalação das Unidades de polícias pacificadores (UPP'S) e das obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) contribuiu para que grandes empreiteiras criassem outras menores para atuar nesse setor - Obras com financiamento do Governo Federal do projeto Minha Casa Minha Vida, para famílias com renda média entre 3 e 6 salários mínimos. Esse fato transformou a região da AP3 num verdadeiro canteiro de obras com construções em diversos bairros.

Vale dizer que os investimentos no subúrbio se dão mesmo depois que alguns bairros sofreram uma pequena retração da população formal e um substancial aumento da população de aglomerados subnormais (favelas), mas que ainda mantêm uma taxa de renda média, que no caso da Área de Planejamento 3 (a cidade do Rio é dividida em 5 áreas de planejamento e a AP3/Zona Norte é a maior com 38% da população da cidade, sendo o subúrbio da Leopoldina a região com a maior população dentro da área da AP3) é a segunda maior da Cidade, com uma participação de 30% da massa salarial a região do subúrbio da Leopoldina é a maior da AP3 segundo os dados da RAIS/2013 (relação anual de informações sociais), coletados pelo geógrafo Hugo Costa para o artigo no Blog Urbe Carioca, baseados em dados do censo 2010 (IBGE).

De acordo com Hugo Costa o fator mais importante, é que na AP3 a taxa de uso do solo é de 83,87% (excluindo afloramentos rochosos, hidrografia e áreas sedimentares), sendo

que 62,1% são para uso residencial, transformando a AP3 na área de planejamento com maior taxa para esse fim no município, onde residem 38% da população da Carioca.



Mas ainda que haja a combinação desses dois fatores positivos (alta utilização do uso do solo para fins residenciais e renda disponível), os anos de degradação do espaço público e as baixas taxas de investimento per capita em infraestrutura (mesmo com os recursos aplicados na região em função dos grandes eventos na cidade) na região, estimularam as famílias de maior renda a migrarem para outros locais (em sua maioria foram para a região da Baixada de Jacarepaguá, não por acaso a que cresceu mais no último censo/2010), levando o seu consumo de bens e serviços e transformando a cidade num verdadeiro caos urbano, devido ao “Rodoviário Guanabarinó”, apontado por Carlos Fernando de Andrade (2009), que inviabiliza a mobilidade na cidade. Essa migração, segundo Hugo, amplia o desequilíbrio no nível de dinamismo econômico entre as diversas regiões, criando uma disparidade na distribuição de renda na cidade.

Outro fator apontado por Hugo e que é o principal motivador dessa pesquisa, diz respeito aos investimentos em equipamentos de cultura e lazer, que poderiam vir para a região em função dos grandes eventos que a cidade recebeu nos últimos anos (Jogos Pan-Americanos, Jogos Mundiais Militares, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo de Futebol, Olimpíadas e dois Rock In Rio). Esses eventos geraram investimentos na Cidade de muitos bilhões de reais, mas desse montante muito pouco chegou à região, que é a que tem a menor oferta de áreas de lazer e cultura da cidade (12%), embora na região residam mais de um terço dos Cariocas. Enquanto isso a AP2 (Zona Sul e Tijuca) que corresponde a 16% da população ficam com 20% da oferta de áreas de lazer e cultura. Outro agravante, é que as

praias da AP3 que até a década de 80 ainda recebiam um razoável público, se tornaram inviáveis por conta dos níveis de poluição registrados.

Diante do exposto, podemos chegar à conclusão de que mesmo com as potencialidades e problemas apontados a região da Leopoldina segue sendo uma alternativa para oferta de moradia e vida digna para a população Carioca, mas se vai se transformar em tendência ou não o modelo de construção do Enclaves Fortificados nessa região, são respostas que competem ao Estado, que é o formulador de políticas públicas e é quem deve mediar os conflitos sociais no sentido de promover o tão almejado *Welfare States*. Nesse sentido a crise econômica por que passa o país não aponta para uma saída mediada pelo Estado, pois este a cada dia vai dando mostras da sua incapacidade gerencial da cidade e isso de alguma forma devolve para as empreiteiras o direito de irem moldando o formato da Urbe de acordo com os seus interesses.

CAPÍTULO II – A CHEGADA DA FAMÍLIA IMPERIAL E AS TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (um apanhado histórico sobre a formação do subúrbio).

Nesse capítulo proponho apresentar as transformações decorridas com a chegada da família imperial à cidade do Rio de Janeiro. Também estão nas linhas abaixo, o percurso de evolução urbana da cidade, relacionado ao ambiente político, assim como a pretensão de transformar o Rio numa cidade Global, numa corrida pela recuperação do protagonismo econômico perdido para São Paulo. Por fim apresento os efeitos da economia sobre o tecido urbano do subúrbio e sua relação com o capitalismo global.

A cidade do Rio de Janeiro guarda uma similaridade com o processo de exploração de riquezas brasileiras por parte da coroa Portuguesa. Nesse processo os exploradores partiram do litoral para interior. Com o Rio de Janeiro a história se repete, é uma cidade em que o centro fica as margens da Bahia de Guanabara e não na região central do município. Esse centro geográfico que é representado pelos bairros do subúrbio, era área de produção agrícola e os núcleos urbanos existentes eram dispersos uns dos outros.

Mas nem sempre foi assim, segundo Fernandes e Oliveira (2008) ainda no processo de ocupação da cidade pela família real em 1808, a entourage que acompanhava os monarcas representava um terço da população residente na cidade e, obviamente, mesmo com as expropriações das melhores residências não foi possível abrigar a todos. Assim deu-se início o processo de ocupação dos arrabaldes (termo de origem Árabe que define o que está no entorno), bairros como Catumbi, Rio Comprido, Tijuca e Alto da Boa Vista passam a ser ocupados pela burguesia, sem contar os bairros da Glória e Flamengo, que já nessa época contavam com alguma infraestrutura (FERNANDES, 1995).

O bairro de São Cristóvão embora, frequentemente, não oferecesse condições de transportes terrestres apropriados, pois o deslocamento entre o Centro da cidade e São Cristóvão era feito por uma área de charco e em dias de chuva tornava-se impossível o trânsito por charretes, mas dispunha de um porto, o que facilitaria os deslocamentos por embarcação rumo ao centro, sendo bastante utilizado pela família Real para ir ao Paço Imperial na Praça XV de Novembro.

Esse era um período em que o Rio de Janeiro ocupava apenas uma pequena parcela do seu território. Que em 1808 se restringia á 71 ruas, 27 becos, sete travessas e cinco ladeiras, que abrigava no Centro da cidade 90% dos 60.000 habitantes da população total da cidade (FERNANDES, 2008). Portanto a chegada de 15 mil pessoas significou um transtorno

profundo e estimulou a ocupação de outras regiões da cidade, provocando obras de drenagem e aterro de brejos e da Lagoa de Capuerçu no entorno do Centro.

A crescente pressão pelas restrições do tráfico de escravos e restrições ao escravagismo foram ampliando a população que vivia de pequenos expedientes na região central, ocupando as encostas dos primeiros morros, em cortiços, que faziam a fortuna de prósperos homens de negócios portugueses, entre eles o Conde D'Eu (GOMES, 2008). Com a Abolição da escravatura e o surgimento da Belle Époque, o Rio de Janeiro precisava se modernizar, apagar as marcas do período imperial e mostrar que podia se equiparar as maiores cidades europeias. É nesse contexto que o engenheiro Francisco Pereira Passos comanda uma verdadeira revolução urbana na cidade, com o título “O rio civiliza-se”, ele baixa decretos, portarias e regimentos e aprova leis. Tudo no intuito de promover as transformações inspiradas no Barão Haussmann (BAUDELAIRE, 1987), que havia transformado o centro da capital francesa de acordo com os interesses dominantes.

E aqui não foi diferente, segundo o professor Nelson da Nóbrega Fernandes (1995) surge aí as primeiras intervenções desiguais em que o poder público com medidas fortes promove transformações urbanísticas que privilegiam uma parte da cidade em detrimento da outra (FERNANDES, 1995), e foi o que aconteceu. Pereira Passos institui o “bota a baixo” demolindo vilas e cortiços nas apertadas e insalubres ruas do centro do Rio de Janeiro, para que pudessem dar lugar a avenidas largas e conseqüentemente possibilitar um maior arejamento do centro da cidade (AZEVEDO, 2003). Aí entra também outro componente marcante, que foi a forte campanha sanitária empreendida pelo médico Oswaldo Cruz.

As obras progrediram, mas não sem a oposição e denúncia de um dos mais célebres suburbanos: Lima Barreto. O autor de “Triste fim de Policarpo Quaresma”, morador do bairro de Todos os Santos (próximo ao Méier), jornalista e escritor, não se conformava com a política segregacionista que criava uma desigualdade nos investimentos públicos em infraestrutura. Não se abre um jornal, uma revista, um magazine, atualmente, que não topemos logo como propostas de deslumbrantes e custosos melhoramentos e obras. São reformas suntuárias na cidade; coisas fantásticas e babilônicas, jardins de Semíramis, palácios de mil e uma noites e outras coisas semelhantes que eles propõem sejam feitas, no mais breve espaço de tempo possível. Houve um até que aventou a ideia do ministério da agricultura e prefeitura municipal construir um prado de corridas no Leblon, visto gastar-se tanto dinheiro em coisa inútil. É claro que [...] se o artigo fosse assinado, o seu autor merecia ser lapidado pelos miseráveis e pobres que não têm um hospital para se tratar, pelos mendigos e estropiados que não possuem asilo onde se abrigar.

A função primordial dos poderes públicos, sobretudo o municipal, para o incubador de semelhante ideia, é fornecer passatempos a quem os já têm de sobra. Nesse caminho, a prefeitura deve desapropriar as “montras” da Rua do Ouvidor e da Avenida, para ampliá-las, embelezá-las, de forma a poder aumentar o número de bonecas de cera, vestidas a capricho. Tudo delira e todos nós estamos atacados de megalomania. De quando em quando, dá-nos essa moléstia e nós nos esquecemos de obras vistas, de utilidade geral e social, para pensar só nesses arremedos parisienses, nessas fachadas e ilusões cenográficas. Não há casas, entretanto, queremos arrasar o morro do castelo, tirando habitação de alguns milhares de pessoas. O mundo passa por tão profunda crise, e de tão variados aspectos, que só um cego não vê o que há nesses projetos de loucura, desafiando a miséria geral. [...] É caso de apelar para os ditados. Vão dous: cada louco com sua mania; sua alma, sua palma (BARRETO, Careta, 28/08/1920).

2.1 O trem como agente do desenvolvimento e propagador da ocupação do subúrbio.

Nesse período (virada do século XIX/XX), as ligações entre Centro e o subúrbio já eram feitas pelos atuais três ramais ferroviários: Dom Pedro II, Auxiliar e Leopoldina (havia ainda um quarto, Rio D’ouro, que teve enorme papel no escoamento da produção agrícola de Nova Iguaçu e Caxias, além de ajudar no abastecimento de água no período imperial. Mas que posteriormente foi desativado e incorporado ao leito da linha 2 do metrô na década de 1970) que cortam o Subúrbio, dividindo os bairros em dois lados e criando com isso subdivisões econômicas dentro de um mesmo bairro ou região.

A ligação ferroviária, inclusive, exerceu uma forte influência na ocupação definitiva do subúrbio e a desenhar a atual configuração dos bairros e seus usos, pois foi a partir das linhas de trem que na década de 1930 o Governo da Capital Federal (Antônio da Silva Prado Junior) publicou um decreto de regulamentação e uso do solo na região do subúrbio, baseado nas três linhas férreas existentes. Em cada intervalo entre as linhas e entre essas a montanha e o mar couberam um tipo de uso específico (Residencial, Comercial, Industrial e misto). Esse decreto visava disciplinar as atividades, mas, sobretudo criar as condições necessárias para o incipiente processo de industrialização brasileiro. Nessa época, o Rio de Janeiro era o Estado mais industrializado do Brasil e grandes partes destas indústrias estavam instaladas no subúrbio e na Zona Oeste (Companhia Progresso Industrial do Brasil/ Fábrica Bangu).

Este capítulo sobre a importância do trem para o subúrbio carioca poderia estar posicionado em diversos outros capítulos desse trabalho, tamanha a relevância desse tipo de transporte para o suburbano. Ele não se reduz às discussões sobre deslocamentos de um lugar ao outro, fala, sobretudo, sobre a identidade do Suburbano, seu modo de vida, sua cultura e identidade. Funciona na cidade como um marco identitário do subúrbio, assim como o calçadão de Copacabana está para a Zona Sul. Nos últimos anos, com a importação de novas composições (maquinas e vagões) com ar condicionado, maior regularidade nos horários e obras em estações que as tornaram mais confortáveis e seguras, os trens voltaram a transportar a vida suburbana, se contrapondo ao projeto rodoviário de desenvolvimento. Neles, podemos perceber o quanto as alterações socioeconômicas transformaram a vida dos suburbanos. Os vagões continuam a transportar o comércio ambulante, que faz dele um meio de vida e sobrevivência, os pregadores da palavra de Deus, punguistas, sambistas, Mães de Santo e pedintes. Mas hoje é perceptível o aumento de pessoas lendo livros durante a viagem, teclando seus *smartphones*, os poetas e músicos que se apresentam em *performances* e outros personagens que indicam uma alteração do público usuário, que comprovam as alterações socioeconômicas a que me referi e ao aumento do capital cultural no território, o que iremos tratar no capítulo referente à cultura.

2.1.1 A industrialização brasileira e as tatuagens no subúrbio

Esse processo de industrialização tardio tem a ver também com a aquisição de maquinas e equipamentos dos países centrais. A partir de 1930, Getúlio Vargas para favorecer a comercialização do café brasileiro, estabelece um acordo comercial que leva em consideração a implantação do modelo de produção fordista no Brasil. Contudo, a economia nacional que tinha como pilar a atividade agroexportadora, não possuía mão-de-obra que se adequasse a esse novo modelo de produção. Além disso, importamos o Fordismo quando ele já entrava em decadência nos países centrais, sendo superado pelo Toyotismo (modelo de produção mais eficiente), após a segunda guerra. Mas, ainda assim, esse modelo deixou suas marcas no subúrbio. Para além do complexo industrial, essas marcas estão impressas nas vilas operárias, que resistem até hoje em bairros como: São Cristóvão, Vila Izabel, Andaraí, Manguinhos, Del Castilho, Inhaúma e uma série de outros bairros que trazem como tatuagens impressas em sua paisagem e inauguram um período de expansão de um capitalismo mais organizado e longe do provincianismo vigente na disputa burguesa caracterizada como café com leite.

Esse processo de acumulação de capital é explicitado por Marx em “O processo de Produção do Capital” (2013), em que ele demonstra as formas de apropriação de riquezas por meio da exploração de mão-de-obra. Essa tensão permanente entre explorados e exploradores fez surgir um movimento sindical vigoroso e por conta disso os primeiros avanços na legislação trabalhista no Governo Vargas. Conforme Fernandes, (1987, p. 14 *apud* DRAIBE, 1987, p. 1).

Nas condições particulares do Brasil, dimensionadas recorrentemente pela conjugação orgânica de desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa, processou-se uma “revolução nacional”, no mesmo movimento que culminou, a partir do final dos anos 50 – sob o impacto da irrupção do capitalismo monopolista –, com a versão final do “Estado Capitalista Moderno: a forma típica, autocrática e sincrética do Estado capitalista nacional brasileiro.

Nesse mesmo sentido, Draibe (1987, p. 4) assinala que

[...] o papel do Estado no processo de industrialização e das transformações sociais em curso, a partir da Revolução de 1930, mereceu desde há muito tempo à atenção dos cientistas sociais e políticos. A natureza social do Estado que emergiu com a crise e a Revolução, os fundamentos de classe do poder e as condições políticas da particular autonomia de que parecia dotado constituíram as questões que se tratou de compreender através do conceito de Estado de Compromisso. Inegavelmente, coube aos autores que o definiram o mérito de ao mesmo tempo captar as particularidades de um momento da transformação capitalista no Brasil, que avançava em moldes bastante distintos do modelo democrático-burguês de revolução, e de abrir espaço à temática específica do Estado.

A autora destaca ainda que,

[...] Um Estado específico, distinto do Estado da tradição ocidental “clássica”: produto de uma prolongada crise agrária, da dependência dos setores médios urbanos e da pressão popular, o “Estado de Compromisso” expressa a ausência de hegemonia de qualquer um dos grupos dominantes e exerce o papel de árbitro entre estes interesses, respondendo por uma solução de compromisso e equilíbrio. A fonte de sua legitimidade são as massas populares urbanas e ela se estabelece por mecanismos específicos políticos de manipulação e auto-esforço que configuram, ao final, uma democracia de massas cujo traço distintivo, em última instância, é o Estado mostrar-se de forma direta, sem mediações, a todos os cidadãos e de, numa dinâmica própria, absorver e concentrar em si as possibilidades de mudança estruturais.

Esse período também pode ser interpretado pela obra de George Simmel “El Pobre”, em que ele aborda a necessidade de organização e socialização dos pobres para a superação

das suas dificuldades, assim como aborda a questão da caridade pública. O subúrbio carioca atendia todos os requisitos para a expansão do processo de industrialização: farta mão-de-obra próxima ao local de trabalho, o que facilita os deslocamentos casa- trabalho e vice-versa, feito na maioria das vezes a pé ou de bicicletas, possibilitando a alimentação em casa, o que do ponto de vista do Estado de Bem-Estar é o modelo perfeito (que representa o estoque necessário para o exercício da mais valia).

2.2 O crescimento da zona sul interferindo na paisagem suburbana

Esse modelo de expansão industrial também serviu como polo de atração de mão de obra, oriundo de diversas regiões do país, sobretudo do Nordeste - que chegavam à cidade em busca de trabalho na construção civil nos bairros da Zona Sul -, que crescia desde 1920 com a inauguração do Copacabana Palace e a construção do Túnel Novo (Engenheiro Coelho Cintra), mas também de outras regiões do Estado menos pujantes economicamente. Esse efeito de atratividade, aliado a um modelo crescente de remoção de pobres da Zona Sul, que cada vez mais se afirmava como lugar dos ricos e recebia a maior atenção dos investimentos públicos, contribuiu nos anos 1930 para um crescente processo de favelização das encostas e áreas desocupadas do subúrbio.

Contudo, o Governo Vargas encontrou, por meio do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC), Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados nas Empresas de Transportes de Cargas (IAPETEC) e Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), a solução para a construção de conjuntos habitacionais e o financiamento com baixo custo de lotes urbanos em áreas com pouco investimento em infraestrutura, evitando assim a expansão e, de alguma forma, até reduzindo o volume de algumas favelas já existentes.

Entretanto, essa política tem vida curta. Ela vigora durante o Governo Vargas e foi abandonada a partir de 1945 com a retomada dos governos democráticos até 1964 e, conseqüentemente, foi adotado um modelo econômico mais ligado ao receituário liberal. Essa política tem continuidade nos governos militares, que não tinham nenhum compromisso com uma política de Welfare State, pois estavam comprometidos exclusivamente com os grandes projetos de infraestrutura. Portanto, em criar condições para o exercício do capitalismo. Nesse contexto, Draibe e Riesco (2011) suscitam o seguinte questionamento: “Estaria emergindo, na região, um novo círculo virtuoso entre crescimento econômico, Welfare State e

democracia, uma nova onda de política desenvolvimentista progressista, enfim, um neo-desenvolvimentismo presidido por um Estado Neo-Desenvolvimentista de Bem-Estar?”.

Considerando esse questionamento com base nas informações coletadas na construção dessa pesquisa, percebe-se que, no modelo desenvolvimentista implantado na Era Vargas, não há espaço para o convívio com as favelas que manchavam o cenário cantado pela bossa nova na Zona Sul. É quando o Governador Carlos Lacerda empreende um grande programa de remoções de favelas e surgem os grandes conjuntos habitacionais no subúrbio como: Cidade de Deus, Vila Kennedy, Dom Jaime Câmara, Cidade Alta, Brás de Pina entre outros.

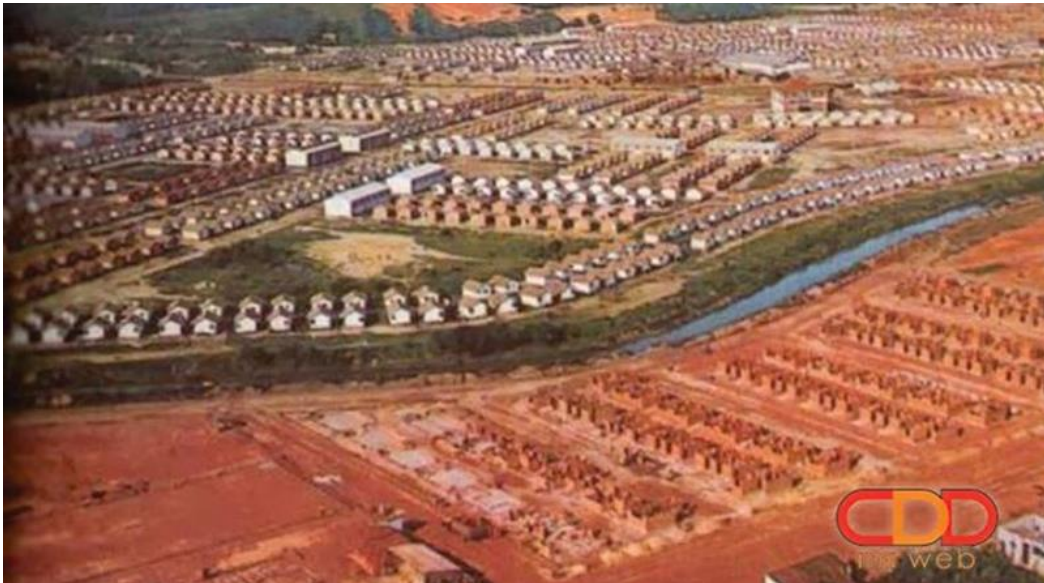
Figura 3 – Habitações das famílias removidas das antigas comunidades Catacumba, Praia do Pinto e Ilha das Dragas



Fonte: *Google Imagens*.

A Figura 2 ilustra as habitações que foram construídas na Cidade de Deus. Projeto elaborado pela Cehab-GB no Governo Carlos Lacerda, Governador do Estado da Guanabara, numa área de 70,14 ha, contendo 3053 habitações.

Figura 4 – Habitações da Cidade de Deus



Fonte: Google Imagens

Esse processo de remoção acontece em meio a muito protesto e resistências dos moradores das favelas mais visíveis, que ficavam no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas (Favela da Ilha das Dragas, Catacumba e Praia do Pinto). Os moradores, organizados pela Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG) reclamam da falta de diálogo e autoritária (PERLMAN, 1976). A alegação oficial era a poluição das águas causadas pelo despejo de dejetos na Lagoa. Mas o que se percebeu posteriormente à desocupação foi o espaço sendo ocupado pela burguesia, inclusive com a instalação do Clube Piraquê dentro do espelho d'água da lagoa.

2.3 A política pública influenciada pelo “Mito da Marginalidade”

O tempo mostrou que o argumento de poluição da Lagoa Rodrigo de Freitas como resultado do despejo do esgoto in natura, proveniente das favelas era falacioso, pois no lugar da favela da Catacumba surge um parque ecológico com o mesmo nome. Na favela da Ilha das Dragas, surge o Clube Piraquê (clube da elite econômica carioca), e no lugar da favela da Praia do Pinto surge o conjunto Selva de Pedra e parte do Clube de Regatas Flamengo. Mas a resistência não foi totalmente em vão, parte dos moradores passou a ocupar a Cruzada São Sebastião, que era um ambicioso projeto habitacional e previa a erradicação de 150 favelas da Cidade em 15 anos e foi pago por meio de financiamento aos moradores em 15 anos.

O Conjunto habitacional com 945 apartamentos no Leblon próximo ao local da remoção existe até hoje e revelou muitos jogadores de futebol. É importante ressaltar que a “Cruzada” só surgiu por interveniência de Dom Helder Câmara – então presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – junto ao Presidente da República Café Filho. Esse episódio evidencia que era possível reassentar as famílias próximas ao local, o que ainda hoje é reivindicado por profissionais das áreas de políticas públicas e urbanismo, pois isso ajuda na manutenção das relações sociais e no Estado de Bem Estar.

Mas ainda hoje é rotineiramente ignorado, muito por conta do mito da marginalidade (PERLMAN, 1976) que foi se desenvolvendo em torno da população pobre, sobretudo os moradores de favelas. Esse processo vem sendo estudado por acadêmicos como: Márcia Pereira Leite (1995), Lícia Prado Valladares (2005), Luiz Antônio Machado da Silva (2007), Alba Zaluar (1997) entre outros. Mas a força do “mercado” acaba por suplantar os esforços na compreensão dos problemas sociais e a busca por alternativas que tenham a sociedade como beneficiária.

2.4 Governos Militar e Civil: arrogância e autoritarismo na relação com os pobres

Os demais moradores, aqueles que não puderam permanecer na região por falta de alternativas, se mudaram para os novos conjuntos habitacionais no subúrbio. Esses conjuntos nascem com a marca do autoritarismo. Não há diálogo com os futuros moradores em relação ao modelo de construção e aos equipamentos públicos. O que vigorava é o mesmo pensamento arrogante do Programa Minha Casa, Minha Vida iniciado no segundo Governo Lula e continuado por Dilma, que tinha como marca fundamental, estabelecer medidas anticíclicas na crise econômica que pudessem ter confluência com ações sociais “se é para pobre, qualquer coisa está bom”. Esse é o pensamento do empreiteiro contratado, que obviamente é representante de um pensamento econômico que privilegia o capital.

Desse autoritarismo nasceram os conjuntos sem espaçamento adequado entre as residências, o que impede a ampliação e não assegura a inviolabilidade da privacidade. Esses conjuntos têm como marca, a falta de serviços públicos adequados e a distância em relação ao local de trabalho de seus habitantes, além de grande parte desses conjuntos ter se transformado, em verdadeiros enclaves urbanos, que abordarei adiante. Segundo Martins (2000, p. 269),

No tempo da ditadura, a sociedade inorganizada e privada de sua expressão política plena combateu o Estado autoritário, muitas vezes em nome de interesses particularistas, os interesses de grupos singulares e nem sempre majoritários, como a classe operária, os trabalhadores rurais, os jovens da classe média, grupos femininos e feministas, grupos de vizinhança e moradores etc. A sociedade habituada à dominação populista teve que construir aos poucos a compreensão do seu lugar subalterno em face do Estado e dos limites institucionais da circunstância histórica às suas reivindicações.

Por conseguinte, com base nessa constatação, entende-se que a Igreja teve um papel importante no sentido de agregação dos movimentos populares contra a forma autoritária com que os militares tratavam os temas interesse público, abrindo caminhos que levaram à distensão política e a consequente abertura democrática.

2.5 A abertura democrática, o novo papel das gestões municipais e o avanço da globalização econômica

Os anos 1980 são marcados pela redemocratização no Brasil, processo que atinge o seu ápice em 1988 com a promulgação da constituição, que promove um novo desenho no pacto federativo, delegando aos municípios de maior participação na repartição de recursos, assim como maiores responsabilidades na execução de políticas públicas. Os municípios passam a assumir diversas atribuições que até então eram de responsabilidade da União. Políticas públicas de saneamento, habitação, educação (ensino fundamental) e saúde (SUS) passam a residir nas preocupações dos gestores municipais, além é claro, das políticas de assistência e desenvolvimento social e trabalho e emprego, que ganham um incremento com as transferências fundo-a-fundo (o fundo nacional transferindo ao fundo municipal) para a execução de programas temáticos e focalizados.

Também é nos anos 1980 que o colapso dos países socialistas abre espaço para uma maior globalização da economia e, portanto, do capital e seus modos de atuação. Em novembro de 1989 é formulado o consenso de Washington (conjunto de regras básicas de condução da macroeconomia, formulados pelo economista John Williamson). Sob o Consenso de Washington, gerou-se na região (América Latina) um ambiente favorável às empresas e especialmente aos investidores estrangeiros. Mas, ao mesmo tempo, introduziu-se uma sorte de instabilidade intrínseca nas economias, relacionada aos altos índices de

endividamento, a maior dependência de fluxos financeiros externos e aos sistematicamente modestos níveis de crescimento.

O consenso é adotado como receituário por instituições financeiras de caráter global, que atuam como instituições de fomento das economias dos países em desenvolvimento e do chamado terceiro mundo (Banco Mundial, Banco Interamericano e Fundo monetário Internacional entre outras instituições). Essas instituições passam a exigir acordos de adoção desse receituário, que tem caráter excessivamente liberalizante da economia. Os efeitos nocivos da adoção de tais medidas podem ser observados ainda hoje em diversas nações, onde foram desenvolvidas políticas de retração da economia com caráter recessivo.

Foi o período das aquisições de empresas estatais (através de leilões, muitas vezes com financiamento do próprio Estado) e de desmonte do Estado como indutor do progresso e gestor das obras e serviços estruturantes.

Esses efeitos podem ser claramente observados por Caparros (2016), na obra *A Fome*. Tal obra aborda acerca da exploração mais perversa do capitalismo (expressado pelo mercado) sobre os cidadãos do Níger (País rico em minerais preciosos). O autor destaca que os acordos com empresas francesas retiraram toda a capacidade de exploração das riquezas minerais por parte do Estado, deixando este sem condições de realizar políticas públicas de redução das desigualdades e combate a desnutrição. Além disso, aponta outra mazela: as relações promíscuas entre Estado e capital privado, em que o segundo sempre obtém vantagens competitivas, subtraindo do Estado o seu poder de investimento e criando uma situação de dependência.

2.6 A produção capitalista do espaço

Essa capitulação do Estado em detrimento da iniciativa privada faz surgir um novo modelo de desenvolvimento de cidades. As cidades empresas, onde a administração aboliu suas preocupações com o *Welfare State* e passa a funcionar como uma empresa, preocupado, em primeiro lugar, em gerar lucro na relação com o mercado, estabelecendo acordos que criam “As Cidades de Exceção”, onde a iniciativa privada adquire direitos de uso e administração de parte do território, submetendo os cidadãos às suas regras (VAINER, 2016). Nesse cenário, os profissionais da gestão pública que atuam na área de políticas sociais são secundarizados em função do protagonismo exercido pelo pessoal da área financeira e econômica.

Na cidade do Rio de Janeiro, essa política é inaugurada com o Prefeito César Maia em 1993, logo depois das Olimpíadas de Barcelona, que, no âmbito mundial, é tratado como um caso de sucesso nessa política de cidades espetáculo. Esse modelo é marcado por obras monumentais e pela ação híbrida na gestão da cidade. No Município do Rio de Janeiro surgem as obras da Linha Amarela (projeto das linhas viárias policromáticas do Plano Doxiadis), Rio Cidade (Obra de urbanização dos bairros), primeiras ciclovias, Favela Bairro (obras de urbanização de favelas).

Destaco aqui, o Projeto Favela Bairro, pois ele exemplifica as desigualdades na aplicação de recursos públicos. Enquanto o Favela Bairro consumiu 900 milhões de dólares em 10 anos de execução e atingiu 168 comunidades, contrapondo-se a isso, apenas duas obras do padrão cidade empresa (Cidade das Artes e Museu do Amanhã) consumiram 815 milhões de reais, o que do ponto de vista per capita mostra a distorção no investimento. Podemos também recorrer à segurança pública para demonstrar que as distorções na distribuição dos recursos não se restringem às questões urbanísticas. Enquanto o 23º Batalhão de Polícia Militar (23º BPM) situado no Leblon tem um policial para cada 286 habitantes, no 9º BPM em Rocha Miranda a situação é de um (1) Policial Militar (PM) para cada grupo de 1.200 habitantes, segundo informações fornecidas pelo Instituto de Segurança Pública (INSP). Essa lógica se repete em quase todos os níveis de investimento público, que vão da educação até os espaços culturais.

A gestão do Prefeito Eduardo Paes representa um marco nesse tipo de investimento, com o objetivo de preparar a cidade para os mega eventos globais (Jogos Mundiais Militares, Jornada Mundial da Juventude, Rock in Rio, Copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas). O Prefeito transforma a cidade em um canteiro de obras, propôs alteração nas regras de construção e de fiscalização de obras privadas, aprovou a Operação Urbana Consorciada (OUC), as alterações no Plano De Estruturação Urbana (PEU), Certificado De Potencial Adicional De Construção (CEPACS). Tudo com vistas a facilitar a atuação da iniciativa privada e que, através das PPPs (parcerias público-privada), conduziram as transformações pretendidas para a cidade.

E com o discurso de recuperar a zona portuária, o Prefeito se utiliza daquilo que David Harvey chama de “transformação da cultura em commodities” e refaz uma leitura de mais de dois séculos de histórias naquela região, criando com o Projeto Porto Maravilha uma nova narrativa para a cidade e seus espaços territoriais de pertencimento.

2.7 Os Novos Enclaves Fortificados

Toda a lógica empreendida pela municipalidade no capítulo anterior, só vai ser possível graças às condições de estabilidade econômica do final dos anos 1990 e à pujança do início dos anos 2000, que possibilitaram o avanço do nível de urbanização em diversos bairros do subúrbio.

Essa conjunção de fatores abriu espaço para a ocupação de diversos galpões e áreas urbanas existentes, fruto da recessão dos anos 1980 e início dos anos 1990, que provocaram a falência de empresas como Ultramar Equipamentos em Del Castilho, Curtume Carioca na Penha, Tintas Águia em São Cristóvão (entre outras), pela guerra fiscal entre municípios, por novas tecnologias produtivas, pela globalização crescente, pela violência e pela ausência de uma política industrial na Cidade.

Nesse cenário, as obras de urbanização, a estabilidade econômica com crédito fácil, a adoção do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), a excessiva valorização dos imóveis na zona sul, a mudança nas leis que regulavam o gabarito nos bairros do subúrbio, aumentando o número de unidades por metro quadrado (PEU), compuseram a conjunção de fatores necessária para a ocupação dessas áreas por condomínios residenciais, que, até então, estavam restritos à Zona Sul, Oeste e poucos bairros da Zona Norte (Campinho e Méier).

Esse tipo de condomínio, que Tereza Caldeira (1997) chama de “Enclaves Fortificados” (por conta de se caracterizarem por seu sistema de segurança, com câmeras, muros altos e vigilância interna (Figuras 3 e 4) provoca uma falsa sensação de segurança, pois não é o meio que provoca a violência, e sim os indivíduos). Os condomínios da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes são um bom exemplo, com diversos casos de violência intramuros, hoje, se proliferam no subúrbio carioca.

Figura 5 – Exemplo de “Enclaves Fortificados” segundo Caldeira (1997)



Fonte: Imagens publicitárias da Construtora.

Na sequência (Fig. 4) apresento outro exemplo de “Enclaves Fortificados”, o Condomínio Clube Viva Penha, construído em 2014 no terreno do antigo Cortume Carioca (complexo industrial que foi à falência nos anos 1980).

Figura 6 – Exemplo de “Enclaves Fortificados”



Fonte: Imagens publicitárias da Construtora.

Numa área de aproximadamente 40.000m², que comporta 10 blocos e cerca de 960 unidades habitacionais dotadas de toda estrutura de um clube: lounge, salões de festas, piscinas, quadras de esporte, brinquedoteca, espaço gourmet, playground, jardim e praças, *fitnees*, clube indoor. São Cristóvão, Penha, Del Castilho, Todos os Santos, Irajá, Vista Alegre, Vicente de Carvalho, Madureira, Bento Ribeiro, enfim, conjuntos de bairros hoje convivem com os muros altos e as torres desses condomínios, que ofertam a seus moradores uma ordem de serviços que inibe a circulação pelo bairro. A interferência paisagística e o pouco diálogo com a cultura do território é outra marca desses empreendimentos. Além de uma certa “goumertização” estética e comportamental.

Todos sabem que a cultura não é monolítica e está em constante mutação, estabelecendo novos padrões estéticos, comportamentais. Que as tradições podem ser inventadas (HOBSBAWN; RANGER, 1983), mas trata-se de uma região com uma cultura moldada ao longo de dois séculos, com uma marca estética e comportamental muito forte e que está sob risco, por conta do interesse do “mercado” em pactuação com gestores municipais. Além disso, o que choca é perceber que as melhorias promovidas pelo poder público estão a serviço dos interesses privados.

A esse respeito, Castells (1998a) explicita que

O desemprego em massa e a instabilidade das situações de trabalho, inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a essas condições, a multiplicação de indivíduos que ocupam na sociedade uma posição de supranumerários, inempregáveis, inempregados ou empregados de modo precário, intermitente. De agora em diante, para muitos, o futuro é marcado pelo selo do aleatório.

Portanto, de maneira premonitória, Castel (1998), ao tratar da questão da cidadania dos cidadãos ingleses do século XVIII, acaba por apresentar o quadro desenhado pela atual política recessiva no Brasil em pleno século XXI. O que demonstra a validade e atualidade de seus estudos ainda. No caso brasileiro, mesmo com a oposição de muitos estudiosos, entre eles Ricardo Paes de Barros, o salário mínimo ao ser reajustado ainda significa uma das fontes de distribuição de renda mais eficientes. Mesmo considerando que a focalização em algumas das políticas sociais surtiram efeitos redistributivos importantes.

Figura 7 – Sem Tetos acampados no bairro do Flamengo



Fonte: Portal Terra.

2.8 A ausência de uma política pública municipal de habitação popular em diálogo com os movimentos que discutem o tema

Por que não foram utilizadas como recurso para as obras no subúrbio, as CEPACS e PPPs? Por que a Prefeitura não aproveitou essas áreas para o desenvolvimento de um projeto público de habitação popular, que pudesse abrigar moradores pobres da região? Talvez as respostas estejam na ausência de uma política habitacional por parte da gestão municipal. Proposta que seja discutida democraticamente com as diversas entidades que se debruçam sobre o tema, que leve em consideração os fatores descritos nesse texto pelos pesquisadores acadêmicos.

Na ausência do município, as empreiteiras assumem o papel do Estado, se apropriam do financiamento do Programa Minha Casa, Minha Vida e constroem de acordo com seus interesses, sem levar em consideração as condições sócio espaciais adequadas, muito menos fatores urbanísticos. Por isso, proliferam projetos dessa natureza na Zona Oeste, onde ainda há um estoque de terras com custo baixo, mesmo sabendo que isso implica em ter que submeter o cidadão a horas de locomoção e a Prefeitura a dotar a região de infraestrutura mínima para o desenvolvimento da região no entorno do empreendimento.

CAPÍTULO III – A CULTURA DO SUBÚRBIO, DAS FESTAS E DAS ARTES E A DISPUTA DO IMAGINÁRIO COLETIVO

Papo no Play: Pretendo apresentar neste capítulo, um retrato da realidade cultural do subúrbio a partir de uma construção histórica da Cidade e da influência que a formação da Cidade foi exercendo na cultura do subúrbio. Também procurarei mostrar a importância dos novos agentes culturais, investidos do capital cultural adquirido na relação acadêmica e da interação destes com o espaço vivido, em que a troca tem se mostrado o instrumento das transformações, que constrói novos protagonismos. E, neste cenário, a proliferação no território de uma cultura que se fecha como concepção arquitetônica do espaço e, como modelo idealizado de sociabilidade, caminha na contramão do processo em construção por parte da população, configurando um movimento contraditório num mesmo território.

3.1 A influência da Praça XI moldando a Cultura no Subúrbio

Enquanto os governantes tentam correr contra o tempo na construção da modernidade tardia, o povo vai tecendo a teia cultural da Cidade. A construção da Praça XI de Junho²⁸, em 1810 (ainda com o nome de Rocío Pequeno), e todo o aparato comercial e de serviços que se instalaram em seu entorno, propiciou a concentração de muitas pessoas que, em busca de trabalho e ocupação, fixaram residência na região. Esse caldeirão de etnias em que se transformou a Cidade Nova (onde ficava a Praça XI), com a presença de negros, judeus de diversos países europeus, portugueses, italianos e ciganos, produziu uma das páginas mais belas da nossa história, inseridas no contexto de hibridização (CANCLINI, 1990).

Um dado importante que deve ser observado, é que com toda a preocupação em adequar a Cidade ao padrão aristocrático, em nenhum momento se discutiu a questão cultural como um valor que se devesse levar em consideração, para a consolidação de um projeto de nação. Nesse período, juntamente com as influências europeias, o choro já dava os primeiros passos e diversos músicos brasileiros já executavam Lundus, polcas e maxixes com o sotaque dos trópicos. E, esse patrimônio, juntamente com a diversidade de outras manifestações culturais, permaneceu sem zelo e cuidado durante o Império e durante os primeiros 40 anos da República. Muito pelo contrário, foram quase sempre reprimidos, por estar associado à

²⁸ Rocío Pequeno, batizada como Praça XI em decorrência da vitória brasileira sobre a esquadra paraguaia em 11 de Junho de 1865. O local se transformou no epicentro da vida cultural Carioca.

escravidão, chaga que deveria ser fechada, se não por políticas públicas, que fosse pela repressão. O primeiro samba, composto por Donga²⁹, fala dessa relação conflituosa entre os sambistas, candomblecistas e umbandistas com as autoridades.

Foi só em 1930, com a revolução e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, que o Brasil tem a primeira experiência executiva no trato com a cultura nacional (RUBIM/2007) que pudesse, a partir das artes, nos conferirem um sentido uno de nação. Mas como o tempo não pára e a Praça XI fervilhava, durante esse tempo. A mescla de representações no território, temperadas pelas Baianas, Mães de Santo, por Cartomantes, Capoeiras, Prostitutas, Rufiões, Músicos, Comerciantes (SILVA/2015) e outros personagens da região, foi tecendo a partir de suas representações sociais o início de manifestações culturais autenticamente brasileiras.

A Praça XI figurou no cenário cultural da cidade como o epicentro das manifestações culturais, principal polo de resistência da cultura negra, onde nomes como Tia Ciata, Donga, João da Baiana, Tia Perciliana, Brancura, Bide e Marçal afirmavam a contribuição da cultura negra através do samba e do candomblé (SIMAS/2017).

Ali nasceu a primeira escola de samba: “Deixa Falar”. No seu entorno surgiu a primeira ocupação de encostas para fins residenciais (que ficou conhecida como Favela). Ali nasceram os ranchos carnavalescos (primo/irmão das escolas de samba) e foi palco de uma das convivências mais improváveis entre negros e judeus – que chegaram ao Rio através da política de branqueamento da nossa sociedade (Vilhena & Castro/2013) e, estimulada pelo Governo, que abria os portos para os europeus fugidos da guerra. Nesse território, cunhado por Heitor dos Prazeres como uma África em miniatura e depois batizado por Roberto Moura³⁰, como a Pequena África, foram compostos muitas das músicas que ainda hoje são ouvidas nas rádios.

É na região da Praça XI que o samba ganha novo andamento, o que permite que se sambe em evolução (facilitando os cortejos que dão início aos Entrudos, Ranchos e Sociedades³¹). Lá também, é onde um instrumento de culto religioso, utilizado na África Central para comunicação com os espíritos, vira instrumento de percussão nas rodas de samba. Conhecida na África como o ronco do leão, a *Pwita* ao chegar ao Rio, trazida por escravos bantos, ganhou nova afinação e passa a se chamar cuíca. E, transformou-se logo indispensável em qualquer roda de samba. Mas, outro fator que envolve a transformação da

²⁹ Ernesto Joaquim Maria dos Santos, conhecido como Donga, foi músico, compositor e violonista brasileiro. Autor do primeiro samba gravado: “Pelo Telefone”.

³⁰ Roberto Moura, jornalista, escritor e crítico musical. Morto em 2005.

³¹ Ver anexo I.

cuíca em instrumento de percussão também chama a atenção. É a capacidade de transformação do sagrado em profano e vice versa. Isso ocorre com a cuíca assim como em toda a tradição da diáspora Africana. E foi por essa capacidade que os cultos de candomblé resistiram à perseguição da polícia, se camuflando em rodas de samba (SIMAS/2017).

Figura 10 – Desfile das escolas de samba na Praça XI



Fonte: Jornal O Globo

Herivelton Martins³², quando soube por seu parceiro Grande Otelo³³, que iriam destruir a Praça XI para a ampliação da Avenida do Mangue (atual Presidente Vargas), compôs o maior sucesso do carnaval de 1941 (ano da demolição) e que até hoje faz sucesso nos bailes de carnaval:

Praça Onze
(Herivelto Martins)

Vão acabar com a Praça Onze
Não vai haver mais Escola de Samba, não vai
Chora o tamborim
Chora o morro inteiro
Favela, Salgueiro
Mangueira, Estação Primeira
Guardai os vossos pandeiros, guardai

³² Herivelto de Oliveira Martins, foi um dos maiores compositores brasileiros e foi também cantor, músico e ator. Ficou conhecido como criador do célebre conjunto vocal Trio de Ouro.

³³ Pseudônimo de Sebastião Bernardes de Souza Prata. Foi ator, comediante, cantor, produtor e compositor brasileiro.

Porque a Escola de Samba não sai

Adeus, minha Praça Onze, adeus
 Já sabemos que vais desaparecer
 Leva contigo a nossa recordação
 Mas ficarás eternamente em nosso coração

Com o fim da Praça XI e o consequente esvaziamento econômico da área, muitos dos seus moradores, entre eles ilustres personagens da cultura brasileira, encontram no subúrbio o seu abrigo. Isso pode ser constatado quando encontramos os descendentes de Heitor dos Prazeres numa roda de samba no IAPI, em Olaria, ou numa roda de choro em Ramos. Quando encontramos o neto de Donga, numa roda de samba na Penha, outro parente de João da Baiana em outro lugar, a estátua de Pixinguinha em Ramos, em frente ao bar da Portuguesa (próximo de onde ele residiu e onde, de pijamas, costumava ir beber e papear com os vizinhos). Sua casa permanece lá, hoje ocupada por uma família. O que demonstra que o trato com o nosso patrimônio, por parte das autoridades públicas da Cidade do Rio de Janeiro não modificou muito de lá para cá.

As marcas da cultura produzida na Praça XI encontraram no subúrbio um guardião, que reproduziu e mesclou com outras influências. Estão presentes no Jongo da Serrinha em Vaz Lobo, na obra de Nei Lopes³⁴, que juntamente com o Wilson Moreira³⁵ compuseram os mais belos sambas calangueados de inspiração dos avós e tios do segundo, que eram tocadores de caxambú e jongo (mais influência negra impossível); estão na obra e canto de Mestre Aniceto do Império Serrano³⁶, nas composições de Antônio Candeia³⁷, de Xangô da Mangueira³⁸, no bailado de Mestre Tijolo³⁹, de Neide da Mangueira⁴⁰, de Chiquinho e Maria Helena da Imperatriz Leopoldinense⁴¹, nas Quituteiras da feira das Yabas⁴².

³⁴ Nei Braz Lopes, compositor, cantor, escritor e estudioso das culturas africanas.

³⁵ Wilson Moreira Serra, cantor e compositor. Especializou-se em composições que retratavam a realidade do povo negro.

³⁶ Aniceto de Menezes e Silva Júnior, o Aniceto do Império foi um dos fundadores da escola de samba Império Serrano.

³⁷ Antônio Candeia Filho, Cantor, compositor e ativista de movimentos sociais.

³⁸ Olivério Ferreira, de nome artístico Xangô da Mangueira foi um sambista, cantor e compositor especializado em sambas de terreiro. Também foi durante 40 anos diretor de harmonia da Mangueira.

³⁹ Alexandre de Jesus, coreógrafo. Viajou o mundo com sua arte do bailado. Foi ignorado na Portela num primeiro momento, pois não havia coreografia solo para passista masculino. Isso se modificou quando Tijolo fez sucesso num show de teatro de revista de Carlos Machado, daí para frete estava permitido o bailado masculino nos desfiles das escolas de samba.

⁴⁰ Neide Gomes Santana foi primeira porta-bandeira da Mangueira de 1954 até 1980, período em que foi diversas vezes campeão do carnaval.

⁴¹ Maria Helena Rodrigues e José Francisco de Oliveira Neto, mãe e filho que durante 25 anos formaram o casal de mestre sala e porta bandeira da Imperatriz Leopoldinense, conquistaram 6 títulos na escola.

⁴² Projeto idealizado pelo cantor e compositor Marquinhos de Oswaldo Cruz, que uma vez por mês leva a gastronomia do subúrbio para a Praça Paulo da Portela em Oswaldo Cruz. Todas as barracas são comandadas por quituteiras das rodas de samba e das escolas da região, muitas são viúvas de grandes sambistas.

Também se refletem nas comemorações do dia Nacional do Samba (dia 2 de Dezembro), quando um grupo de sambistas ocupam diversas composições de trens com destino a Oswaldo Cruz, repetindo um gesto feito há muitos anos por outros trabalhadores que costumavam retornar para casa batucando no trem. Hoje, a festa que começou improvisada ganhou apoio institucional e figura no calendário da cidade, graças à persistência do compositor Marquinhos de Oswaldo Cruz, que mobiliza sambistas do Rio inteiro numa festa de conagração e tributo ao samba e seus baluartes.

E, motivados pelo sucesso do Trem do Samba, que ocorre todo dia 2 de dezembro, os coletivos de cultura 100% Suburbano e Choro Suburbano, que atuam na preservação do choro, se juntaram na organização do Trem do Choro, que parte da Central do Brasil pelo ramal de Gramacho até o bairro de Olaria, num trem de oito vagões batizados cada um com nome de um grande nome do Choro Carioca, e ocupados cada um por uma roda de choro dos quatro cantos da Cidade, numa festa que celebra a importância desse gênero musical, sem distinguir territórios.

O ponto de culminância é a Praça Ramos Figueira, no intitulado Reduto Pixinguinha, para onde todos partem da estação de Olaria em cortejo. Esse evento se realiza há oito anos, todo dia 23 de Abril, em comemoração ao dia Nacional do Choro⁴³, aniversário de nascimento de Pixinguinha e dia de São Jorge, “O santo Guerreiro”. Inspirado na trajetória de sucesso de Pixinguinha, Moacyr Luz compôs “Som de Prata”, um samba para homenageá-lo.

Essa Região do Subúrbio da Leopoldina se notabilizou como um dos celeiros do Choro Carioca, sobretudo depois que os irmãos Joyr (Violão de sete cordas) e Joel Nascimento (Bandolim) juntamente com outros seresteiros transformaram o Bar Santa Terezinha (1969) em Suvaco de Cobra. O pequeno bar de duas portas passou a ser itinerário de músicos como: Zé da Velha (Trombone), Dino Sete Cordas, Jorginho do Pandeiro, Rubinho do Pistom, Motinha do Cavaquinho. Ali, ganhou unicidade, e o que já se percebia intuitivamente, a Leopoldina é o lugar do choro. Por inspiração do lugar, Abel Ferreira, outro *habitué* do local, compôs “chorinho do Suvaco de Cobra”.

⁴³ Instituído por lei federal, por iniciativa do músico (bandolinista) Hamilton de Holanda.

Figura 11 – Imagem do Bar Suvaco de Cobra – Penha, RJ



Fonte: Blog Alma de Bar

“Som de Prata”, Moacyr Luz

Nasceu no Rio de Janeiro
Dia do santo guerreiro
Naquele tempo

que passou
Foi o maior mestre do choro
Tinha um coração de ouro
E que bom compositor
Foi carinhoso e foi ingênuo
E na roda dos boêmios
Sua flauta era rainha
E em samba, choro e serenata
Como era doce o som de prata, doutor

Só quem morre dentro de uma igreja
Virá orixá, louvado seja Senhor
Meu santo Pixinguinha
O embaixador dessa cidade
Meu Deus do céu, ai que saudade que dá
Do velho Pixinguinha

Que a flauta tinha
O embaixador dessa cidade
Meu Deus do céu, ai que saudade que dá
Do velho Pixinguinha
Veio da terra de Zambi
Sangue de Malê
De uma falange do rei Nagô
Filho de Ogum, de São Jorge, no Batuquegê
De Benguelê, de Iaô
Rainha Ginga
É que sua avó era africana
A rezadeira de Aruanda, vovó
Vovó Cambinda

Ele é de Benguelê
Ele é de Iaô
É do Batuquegê
Ele é do Rei Nagô
É sangue de Malê
É santo sim senhor

Toda essa influência da Praça XI se faz refletir na poesia de Cartola, que, assim como muitos outros compositores, cresceram tendo como inspiração as melodias e versos compostos pelos mestres do Estácio, que funcionava como um centro irradiador de poesia para toda a cidade. Até hoje, permanece viva na memória de muitos cariocas o duelo musical

travado entre Noel Rosa e Wilson Batista, que era Campista. Mas, ao chegar ao Rio, se estabeleceu no Estácio, onde foi adotado pelos mestres do local. Durante meses essa dupla de sambista compôs sambas desafiando a métrica e o talento do outro, para exaltação da sua região (Wilson o Estácio e Noel a Vila Isabel). Mas aqui, a dedicatória de Cartola resume o sentimento de um mestre na arte do samba, (compositor e fundador da Estação Primeira de Mangueira), em relação aos poetas do Estácio (um dos bairros da Cidade Nova, onde estava situada a Praça XI).

Muito velho, pobre velho,
Vem subindo a ladeira
Com a bengala na mão
É o velho, velho Estácio
Vem visitar a Mangueira
E trazer recordação

Professor chegaste a tempo
Pra dizer neste momento
Como podemos vencer
Me sinto mais animado
A Mangueira a seus cuidados
Vai à cidade descer

Um fato interessante nos ajuda na compreensão da articulação desses dois territórios (Cidade Nova/Praça Onze e Subúrbio). O primeiro samba gravado “Pelo Telefone” de Donga, foi lançado numa das festas da Igreja da Penha. Era costume dos sambistas usarem os Festejos de Outubro (Mês de Festa no Santuário da Penha) para promoverem suas composições. Ali era o local para firmarem parcerias entre compositores de regiões diferentes da Cidade, de troca de experiências musicais, de contratação para gravações, programas de rádio, de contratação para apresentações, consumo de quitutes das Baianas (A festa era da igreja católica, mas a umbanda e o candomblé estavam presentes), lugar de presença confirmada dos políticos de então...A festa da Penha no Início de século XX tinha mais público e importância financeira que o carnaval. Aquele que obtivesse sucesso ali estaria com os ganhos do carnaval garantidos. E foi o que aconteceu com Donga em outubro de 1916. O samba foi o maior sucesso e, em 1917, foi gravado com a parceria de Mauro de Almeida.

Pelo Telefone – Donga e Mauro de Almeida

O chefe da polícia pelo telefone manda me avisar
Que na Carioca tem uma roleta para se jogar
O chefe da polícia pelo telefone manda me avisar
Que na Carioca tem uma roleta para se jogar
Ai, ai, ai,
Deixa as mágoas para trás ó rapaz
Ai, ai, ai,
Fica triste se és capaz, e verás.
Ai, ai, ai,
Deixa as mágoas para trás ó rapaz
Ai, ai, ai,
Fica triste se és capaz, e verás...

3.2 Festa da Penha - O encontro da diáspora africana em comunhão com o sincretismo

Figura 12 – Imagem dos 382 degraus da escadaria da Igreja da Penha



Fonte: Blog Histórias do Samba e do Choro.

Para iniciar, temos que explicar como a Igreja foi parar lá em cima do penhasco. Tudo se deve a uma cobra e à devoção do Capitão Balthazar de Abreu Cardoso, que, em 1635, com o intuito de ver as terras de sua fazenda Nossa Senhora da Ajuda (que chegavam até Bonsucesso e na ocasião pertenciam à Freguesia de Irajá) do alto da pedra foi atacado por uma serpente e diante do inesperado apelou para Nossa Senhora da Penha de França, da qual era devoto. Então surgiu um lagarto e devorou a serpente. Em agradecimento, o Capitão resolve erguer uma capela no alto da pedra e para lá seguia sempre em um ritual de fé. Os vizinhos começaram a fazer o mesmo e a tradição foi se perpetuando, até que com a morte do Capitão, as terras são doadas à igreja católica, que, em 1728, cria a venerável Irmandade da Penha para administrar o santuário.

Em 1819, a Igreja ganha a escadaria de 382 degraus construída por uma devota em agradecimento a uma graça recebida. A Festa começa oficialmente em 1816, por orientação de Dom João VI. A capela, que nasceu modesta, passou por uma série de ampliações e modificações de estilos, até ganhar o atual estilo eclético. O Padre português Ricardo Silva, que era vigário da Igreja, foi o responsável pelas obras que deram o atual estilo. Mas ele que era abolicionista e homem de negócios, exerceu outro papel importante na região: abrigou muitos escravos fugidos em sua chácara, que ficou conhecida como “Quilombo da Penha” (Fonte: www.rioquepassou.com).

Com o fluxo da aristocracia para os festejos de outubro, a Igreja inaugura uma das mais tradicionais festas da Cidade. Os nobres, com seus escravos, seguiam para a Igreja. Enquanto os nobres subiam a escadaria para purgarem seus pecados, os escravos permaneciam na parte baixa participando da parte profana do evento, que consistia nas rodas de pernada e batuque. Muitas escravas, com a permissão de seus donos, comercializavam quitutes, o que deu início à tradição das barracas de culinária na festa. O caldeirão cultural que representava a festa da Igreja da Penha fez com que se tornasse natural para os sambistas se dirigirem a ela como ponto de encontro, criando uma naturalização e pertencimento diante de um evento em que os negros transformaram sua participação coadjuvante em evento principal.

A Festa da Penha se transforma num marco cultural do subúrbio e da Cidade do Rio de Janeiro e, por muito tempo, acaba por ofuscar outras manifestações culturais na região como nos apresenta Nei Lopes:

Eu acho que os outros subúrbios, as outras estações, bairros da Leopoldina quase não tem músicas porque a Penha absorveu tudo! O Noel Rosa escreveu mais sobre a Penha do que sobre Vila Isabel, então a Penha era um negócio avassalador (Observatório das favelas).

A respeito da manifestação de Nei Lopes, podemos dizer que a Festa da Penha poderia ter uma discografia própria, tamanha a quantidade de composições e sua referência. Podemos citar de “Baião na Penha⁴⁴”, consagrada na voz do rei do baião Luiz Gonzaga. A composição de David Nasser e Guio de Moraes ganhou dezenas de regravações e aparece hoje no repertório de Gilberto Gil, Grupo Semente, Caetano Veloso entre outros.

As referências musicais à Festa da Penha, à Igreja e ao bairro não param por aí. Em 2002, Mart'nália lança o seu terceiro disco e uma das faixas de maior sucesso é “Pé do Meu Samba” música de Caetano Veloso que dá nome ao disco. Nessa música, Caetano Viaja pelos pontos de referência turística da Cidade e não esquece a Igreja da Penha. Quem também não se esqueceu de falar da Penha, foi a dupla Aldir Blanc e João Bosco, que, em 1975, lança o disco “Caça à Raposa” e nele está a faixa “Escadas da Penha⁴⁵”, em que a dupla descreve múltiplas histórias de religiosidade e da vida cotidiana que se passam durante a festa. Cartola, o poeta de Mangueira, também prestou sua homenagem, em “Festa da Penha”, gravado por Padeirinho da Mangueira no disco “Entre Amigos⁴⁶”, de 1984. Outro Mangueirense que

⁴⁴ Ver anexo II.

⁴⁵ Ver anexo III.

⁴⁶ Ver anexo IV.

gravou um samba em que um dos versos fala da Penha, foi Tatinho da Mangueira no disco de Toninho Geraes “Tudo que sou”, de 2015. Tatinho, num verso de dar inveja, mostra porque é considerado um dos mestres na arte do improviso no partido alto e manda:

“Vou arrumar um churrasco no Morro onde a Penha enxerga Irajá”!

Mas existe uma história que envolve grandes instituições do samba no subúrbio da Leopoldina: Cacique de Ramos, Beth Carvalho, Fundo de Quintal e a própria Igreja da Penha. Trata-se do processo de seleção para o disco de Beth Carvalho de 1986, “Beth”. Ela que é considerada a Madrinha do Samba, sendo responsável por revelar diversos sambistas como: Zeca Pagodinho, Luiz Carlos da Vila, Jorge Aragão, Sombrinha e o grupo Fundo de Quintal, entre outros, logo reuniu dezenas de sambistas para uma audição na quadra do Cacique de Ramos, e foi ouvindo um por um, até ouvir “A Padroeira⁴⁷”, de Ricardo Rachado e Vaguinho. Quem conta o resto da história é o próprio Ricardo:

Minha primeira composição foi gravada em 1986 pela madrinha Beth Carvalho, "Padroeira", um partido alto que fala sobre Nossa Senhora da Penha. Numa noite de quarta feira na quadra do bloco Cacique de Ramos, foi aonde tudo começou. A Beth foi ate lá, para colher sambas para o seu "LP 1986" a ser gravado, então entramos numa fila de compositores, para mostrar a ela o samba, estavam na mesa com ela, Arlindo Cruz, Cléber Augusto, Ubirany, tocando acompanhado os sambas para ela madrinha ouvir, quando chegou a nossa vez, perguntaram qual é o tom? Eu falei não sei, faz o seguinte eu canto daqui e você pela minha voz ver qual é, e vamos que vamos (kkkk) nervosismo em pessoa mas quando começamos eu e meu parceiro na música começávamos a cantar. A madrinha Beth ficou louca com o samba, mandou a gente cantar três vezes, a fila parou, os outros compositores ficarão, "p" da vida pois perceberam que aquele samba, estava sendo escolhido. E foi para o estúdio gravou e até hoje eu pago a promessa de subir a Igreja da Penha, por esta vitória, pois foi coisa divina, éramos compositores sem expressão na mídia, poucos conhecidos e o nosso primeiro samba gravado ser escolhido pela Beth Carvalho, foi demais, aí hoje me emociono a falar sobre isso (Fonte: <https://www.facebook.com/ricardomonteiro.rachado>).

A partir do vigor da discografia que continua a ser enriquecida, ano após ano, a Penha sinaliza que o hibridismo de Canclini é uma das razões da sua resistência como bairro produtor de cultura. E, aqui gostaria de reafirmar que o conceito de cultura que busco explorar nesse trabalho é aquele que supera as atividades artísticas e aborda as questões comportamentais e de costumes. Portanto, tem uma abrangência maior sobre a vida cotidiana,

⁴⁷ Ver anexo V.

sobre o espaço vivido, suas territorialidades e temporalidades. Que respeita a construção coletiva como patrimônio que deve ser preservado e aberto para novas incorporações, num permanente movimento de renovação e preservação.

Outro elemento que importa, é o processo contínuo de globalização da economia que transformou o mundo numa aldeia global, num processo acelerado pelos novos canais de comunicação digital. E a cultura não ficou à parte desse movimento. Ela também sofre os efeitos da globalização. E, nesse processo contínuo de mutação das culturas contemporâneas, um dos que se destacam é a culturalização das mercadorias e produtos, onde componentes simbólicos da cultura determinam o valor do produto. “A cultura passa efetivamente a ser reconhecida, como uma dimensão simbólica que dá sentido ao mundo e que impregna todo o universo de produtos, comportamentos, estilos de vida etc” (CHAUÍ, 2011).

Mas enquanto a cultura se vê perpassada de elementos de exploração do capital, desterritorializando produtos e em fluxos contínuos, numa conexão entre capital, comunicação, entretenimento e lazer; por outro lado, surgem as formas de resistência reagindo ao processo de globalização através de fluxos e estoques culturais locais, num processo de reterritorialização contemporânea, que agem em contrapartida da emergência cultural de cidade e regiões, criando assim um panorama, mesmo que desigual, daquilo que Milton Santos chama de Globalização⁴⁸ (SANTOS/2004).

⁴⁸ Refere-se a produção local na dimensão de uma cultura global.

Figura 13 – Sambistas do Estácio na Festa da Penha



Fonte: Rádio Batuta

Agora, gostaria antes de prosseguir apresentando a geografia cultural da Leopoldina e sua cartografia musical, fazer um parêntese para falar do duro trabalho de organização das políticas culturais no Brasil. Porque a ação recente, empreendida pelo ministro Gilberto Gil, vai ter um impacto bastante positivo para o objetivo deste trabalho, na observação do cenário contemporâneo da cultura no território.

3.3 A Política De Pedra e Cal e o nosso atraso institucional na formulação de Políticas Públicas para a Cultura

A revolução de 1930, que provocou rupturas entre a velha oligarquia dominante e a burguesia emergente, também promoveu uma transição importante no trato com a cultura nacional. O novo país que emerge com a industrialização; urbanização e a construção de um Estado nacional centralizado, também se propõe a adotar o modernismo cultural. Essas mudanças, ainda que carregadas de limitações, fundam as políticas culturais institucionais no Brasil (RUBIM, 2009).

A fundação do Ministério de Educação e Saúde, comandado por Gustavo Capanema (entre os anos de 1934 e 1945) e a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de cultura da Cidade de São Paulo, são dois importantes marcos desses novos tempos. As ações amplas e inovadoras de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, acabam por criar um paradigma a ser seguido, instituindo uma nova visão (revolucionária para a época) de como fazer cultura, que se expande e ultrapassa as fronteiras de São Paulo, sendo adotadas nacionalmente.

Mas o que há de tão inovador na ação de Mário de Andrade? Em primeiro lugar, é necessário observar o que havia até então: desde 1808, com a chegada da Família Imperial ao Brasil, para além de qualquer expectativa que pudesse haver, pouca coisa se alterou nesse cenário. As ações tinham um caráter de mecenato e eram realizadas pelo Império de maneira descontinuada, sem nenhum compromisso com o desenvolvimento de ações que pudessem apontar para uma política mais consistente e duradoura, em busca da catalogação das manifestações culturais já existentes no vasto território brasileiro e em ações de incentivo à produção cultural. O que havia eram atividades para o entretenimento da Corte em atendimento a alguma demanda personalista, específica de interesse da Família Imperial ou de algum apaniguado.

Para Durval Muniz de Albuquerque Junior (2007), para abordar a relação entre Estado e cultura é preciso analisar primeiro o surgimento desse conceito em conjunto com a origem patrimonialista do Estado. O conceito de cultura que emerge da Revolução Francesa e do pensamento liberal é introduzido por pensadores românticos como Herder e Goethe e passam a estar associados à questão nacional e a estarem associados a elementos que dariam uma identidade própria a cada nação, a cada povo. Esse conceito, por muito tempo, foi apropriado pelo Estado patrimonialista, senhorial, como forma de distinção entre cultos e incultos. E foi com esse pensamento difundido pela aristocracia europeia que a Família Imperial chega aqui. É baseado nesse conceito, que é fundado em 1838, o IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro), destinado aos letrados de então, do qual o Imperador era mecenas e que tinha por objetivo criar uma identidade nacional, mas assentada numa produção erudita.

Somente em 1870 surgirão os primeiros movimentos em favor de uma cultura popular, a partir de dos pioneiros Mello Moraes Filho e Silvio Romero, que se colocaram contra as elites governantes, adotando o lado do povo marginalizado, para denunciarem a própria marginalização que impedia o espaço no aparelho estatal. Surge aí, o movimento Republicano, que busca valorizar a gente que vive nos sertões, entregues a outros ritmos

temporais e a outros complexos culturais, e que seria o genuíno povo brasileiro que guardaria nossas tradições e que necessitavam de políticas urgentes do Estado.

Mas mesmos esses pioneiros imaginavam que esse povo precisava ser resgatado da ignorância e da inferioridade, inclusive racial. Surge aí uma tensão por parte dos pensadores que vai a atravessar reflexões sobre a cultura popular daí por diante. Ou seja, nossas elites gostam da cultura popular, mas não nutrem afinidade com que as produz. O povo mestiço, atrasado, amolecido pelo clima dos trópicos, que necessita de políticas eugênicas urgentes para resgatá-los de sua indolência e de seu atraso racial e civilizacional (*É triste constatar que esse discurso continua atual*⁴⁹).

Essa tensão cultural entre a lógica autoritária civilizatória e os agentes produtores de manifestações culturais nas camadas populares, pode ser observada na forma como o Estado se comportou em relação a episódios como Canudos⁵⁰, a Revolta da Chibata⁵¹, a Revolta da Vacina⁵², a repressão a Capoeira⁵³, ao Samba⁵⁴ e aos cultos religiosos de origem Africana⁵⁵, assim como outras tantas manifestações de origem popular.

O Brasil ainda viveu 40 anos da Velha República, tentando apagar as marcas da monarquia e nosso período colonial, sem, no entanto, desenvolver nada que pudesse apontar no sentido da construção de uma política pública de cultura que desse conta de recuperar o nosso longo atraso em relação as demais nações latinoamericanas. Somente com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, segundo Rubim, “Até a chegada de Vargas ao poder, só tivemos manifestações dispersas, sem um caráter organizativo e o pouco que havia, tinha um caráter personalístico e pontual, sem, no entanto, constituir uma política efetiva” (RUBIM/2007).

Segundo Carlos Nelson Coutinho (2000), confirma-se aí uma primeira triste tradição no país, em decorrência do seu perfil elitista e autoritário: “O árduo desenvolvimento cultural e o caráter tardio das políticas culturais no Brasil”. Diante do histórico apresentado, uma política cultural que proponha uma intervenção estatal ampla, que abranja diversas áreas da cultura; pensa a cultura de maneira tão importante quanto o alimento; amplia o espectro cultural para além das belas artes e que abranja a cultura popular; amplia a visão sobre o patrimônio, superando a lógica da Pedra e Cal, que se proponha a interagir particularmente

⁴⁹ Itálico meu.

⁵⁰ Ver anexo VI.

⁵¹ Ver anexo VII.

⁵² Ver anexo VIII.

⁵³ Ver anexo IX.

⁵⁴ Ver anexo X.

⁵⁵ Ver anexo XI.

com os mais variados estratos sociais; forma missões de pesquisa etnográfica ao Nordeste e Amazônia para observar e documentar como vivem suas populações; enfim, uma série de iniciativas que diante do que era feito, parecem ser revolucionárias. Mas ainda assim haviam tensões provocadas pelas disputas entre Modernistas, expressão de um projeto das elites paulistas e os Regionalistas e Tradicionalistas, que se articulavam em torno de uma ideia da cultura do Nordeste que representava a pluralidade de visões e se desentendiam em relação ao papel do Estado no reconhecimento da diversidade regional das culturas.

Entretanto, com a construção do monumental prédio do Ministério, exemplo da arquitetura modernista, essa contenda indicou simbolicamente qual o lado saiu vitorioso. Esse período também foi muito fértil na produção literária, com muitos pensadores publicando trabalhos sobre suas interpretações do Brasil, que se transformaram em textos obrigatórios para a compreensão do Brasil e até hoje são responsáveis pela formação de muitos antropólogos, sociólogos e outros intelectuais.

Esses avanços prosseguem independente da ação do Governo Vargas, conservadora em relação a muitos aspectos da política, e que tentava através do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), utilizar de forma dirigista a política cultural para difundir uma imagem mais humana do Governo. Entre os anos 1940/60, iniciativas empresariais com a criação da Vera Cruz e Atlântida, impulsionam a nossa produção cinematográfica, assim como na museologia é criado um marco nacional, nasce o MASP. Experiências teatrais de grupos de esquerda são colocadas em prática com o surgimento dos Grupos Arena, Oficina e Opinião. Surge o contestador Cinema Novo, e a Tropicália questiona o papel comercial das artes.

Paradoxalmente, é quando o país se reencontra com a democracia, entre os anos 1945 e 1964, independente do dinâmico desenvolvimento de importantes setores das artes e da cultura, que a organização por parte do Estado não alcança a mesma dinâmica. Como pontos relevantes podemos citar ainda, a criação ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros – (órgão paraestatal vinculado ao MEC) formador de políticas desenvolvimentistas, a criação do Ministério da Educação e Cultura, os CPC's (Centro Popular de Cultura) da União Nacional dos Estudantes (UNE), que juntamente com o ISEB agitam a juventude; o Movimento Cultural Popular em Recife e, depois, em todo Pernambuco, nos governos de Miguel Arraes na Prefeitura, e, depois, no Estado de Pernambuco, no qual se destaca a figura de Paulo Freire, instituindo um novo método pedagógico, que conjuga educação e cultura e acaba por ser assumido pelo MEC como instrumento de transformação (SCHELLING, 1991).

Em artigo crítico ao nosso desenvolvimento tardio de políticas culturais, Alexandre Barbalho (2000), aponta o fato de termos sido durante, quase todo o período colonial,

impedidos por Portugal de desenvolvermos instrumentos e instituições que permitissem uma reflexão crítica e independente, e, que, por consequência, inspirassem o espírito libertador que pudesse dar conta da nossa hibridização, miscigenação, sincretismo, e transculturalidade.

Somente de maneira muito tímida, isso foi se revertendo com a chegada da Família Imperial ao Brasil. Mas aí, o nosso atraso em relação às diversas outras nações Latino Americanas já estava dado e era secular. Ele também aponta que, para além dos avanços alcançados pela organização cultural da Era Vargas, no período do Estado Novo, tentou se apropriar da cultura de forma ideológica, no que Marilena Chauí (1986) batizou de “Mitologia Verde-Amarela”, que se transverte em palavras de ordem a cada contexto histórico. No período Vargas é explorado com o lema do “Projeto de Construção Nacional”, é reapropriado durante a ditadura militar de 1964 com o lema da “Integração Nacional”. E, como vemos recentemente, é reapropriado sobre o mito do “Perigo Comunista”.

Durante a ditadura militar, o evento destacado por Barbalho (2007) como o mais relevante para a consolidação de uma política pública de cultura, foi o lançamento em 1975 do PNC (Plano Nacional de Cultura) sob a coordenação de Ney Braga, Ministro da Educação e Cultura durante o Governo do General Ernesto Geisel (1974/1978). A redemocratização traz consigo um modelo neoliberal para o financiamento do setor. É criada a Lei Sarney de incentivo à cultura, onde o governo abdica de parte dos impostos devidos pela iniciativa privada, em detrimento de investimentos em projetos culturais, abrindo dessa forma também, de seu papel protagonista na orientação de políticas públicas para o setor.

Durante o Governo Collor de Mello, essa política foi aprofundada e criou-se a lei 8.313 de incentivo à cultura, também conhecida como lei Rouanet, em referência ao Secretário Nacional de Cultura (durante o governo Collor o Ministério da Cultura, criado no Governo Sarney, deixou de existir, dando lugar à Secretaria Nacional de Cultura), Sérgio Paulo Rouanet. O Governo de Itamar Franco amplia essa ação mercantil na cultura, possibilitando a criação de agências de captação especializadas em marketing cultural, que passam a exercer uma ação monopolizadora desse mercado.

O governo de Fernando Henrique Cardoso lança o *slogan* “Cultura é um bom negócio para todos”, indicando que a política mercadológica permaneceria em sua gestão. A ação protagonista do Estado só volta a acontecer no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Sob o comando do ministro Gilberto Gil, o Ministério retoma a sua função de revelar os Brasis. O objetivo passa a ser nas palavras do Ministro: “Trabalhar com as diversas manifestações culturais, em suas variadas matrizes étnicas, regionais etc”. Numa ação que envolva as transversalidades institucionais, com a participação de outros Ministérios. É essa ação, que possibilita que

diversos grupos culturais no Brasil inteiro possam agir de maneira autônoma em relação à tutela Estatal e, mais que isso, em relação à ditadura imposta pelo modelo de financiamento privado da cultura. A criação do projeto que cria e financia os pontos de cultura Brasil afora, funciona como uma carta de alforria para o movimento cultural.

A partir da ação dos diversos pontos de cultura do subúrbio da Leopoldina, os coletivos de cultura passam a ter autonomia para o contraponto da cultura global, se utilizando do conceito de Glocal⁵⁶ (SANTOS/2004) para a produção e fortalecimento da cultura do território. Embora desigual, a busca pela superação da força motriz de atuação do capitalismo na aplicação do excedente de capital em produtos culturais e na acumulação de capital, tem encontrado saídas. E elas estão expressas na produção cultural da região através dos múltiplos agentes que integram os coletivos de cultura, que hoje fazem acontecer a cultura no subúrbio e utilizando-se das ações expressas pelo conceito de glocal, caminham na contra mão da globalização, produzindo cultura da periferia para o Centro, num processo de emancipação que atende o chamamento feito pelo Ministro Gilberto Gil:

Mário de Andrade foi quem desenhou nosso Iphan nos anos 30, que deu às suas ideias míticas uma forma institucional. Foi ele quem estabeleceu as balizas antropológicas e estéticas para a preservação da diversidade cultural brasileira. Pensou um modelo de conservar a memória que tornava viva, tirando o patrimônio das gavetas e botando nas ruas, no atrito vivo da multidão, fazendo objetos sagrados experimentarem da incerteza do cotidiano. Autor de teorias e peças literárias que mostraram à nossa imaginação como poderíamos nos tornar aquilo que já éramos. E éramos, sem saber, uma cultura verdadeiramente brasileira. Mas tínhamos receio e preconceito de ser, medo da nossa afirmação, de nossa identidade de muitas identidades. Foi Mário, com suas fantasias, que nos libertou de nosso complexo de inferioridade simbólica. Grande abridor de trilhas.

E foi justamente como Mário de Andrade, agindo como um libertador, que, em 2005, o Ministro incentivou uma intensa mobilização nacional em torno da 1ª Conferência Nacional de Cultura para substanciar o Sistema Nacional de Cultura, que permite um diálogo permanente entre as diversas instâncias governamentais que envolvem a cultura nacional, possibilitando a otimização de recursos dos entes federados, possibilitando uma ação estruturante que permite uma melhor ação intragovernamental e de cogestão com os movimentos sociais.

Hoje, todos os equipamentos culturais no subúrbio são operados por coletivos de cultura. Essa frase está carregada de sentidos. Em primeiro lugar, demonstra a falência de ente

local (prefeitura) em formar mão de obra para operar os equipamentos; em segundo, coloca o Estado adotando uma postura de mercado e terceirizando a ação para se livrar dos encargos com a contratação de pessoal e, ao mesmo tempo, enxugar a máquina pública como expresso na cartilha liberal de gestão do Estado; em terceiro, demonstra que a adoção de políticas públicas emancipatórias na gestão do Ministro Gilberto Gil e de seu sucessor, Juca Ferreira, possibilitaram ao movimento social se capacitar e tomar as rédeas como protagonistas da nova cena cultural na Cidade, onde mais que cultura eles, estão produzindo cidadania.

Num mundo com a economia globalizada e a cultura sendo um importante agente na aplicação de excedente de capital, vale lembrar o papel que a cultura brasileira exerce no conjunto de bens e serviços produzidos no Brasil. Segundo dados do Atlas Econômico da Cultura Brasileira, de 2017, a cultura no Brasil é responsável por 4% do PIB (produto interno bruto) nacional, tomando por base o PIB de 2017 (6,6 trilhões de reais). Estamos falando em 26 bilhões e 400 milhões de reais. E, considerando que com toda a crise econômica, nós ainda nos mantemos entre as 10 maiores economias do mundo, estamos falando de um mercado que atrai o interesse de grandes grupos corporativos globais.

3.4 O Subúrbio mostra que vai além da batucada dos tantãs

Figura 14 – Imagem da roda de samba no Cacique de Ramos



Fonte: Metadata.

O conceito de cultura alargado com que trabalhamos nos obriga à observância das questões cidadãs que envolvem o território, do conflito permanente, das trocas e, sobretudo, das disputas de narrativas que elegem heróis e vilões. Para o geógrafo Nelson da Nobrega Fernandes (2008), as diferenciações entre o subúrbio carioca e de cidades europeias e norte-americanas dá a dimensão do estigma criado em relação ao subúrbio carioca. Enquanto a primeira se origina no espaço do entorno das cidades, desprovido de uma ocupação contínua e com aparência rural, composta de espaços que a separam da vida urbana, os *Suburbs* norte-americanos são tratados como uma expansão da fronteira urbana para habitação e consumo das classes médias, com a divisão urbana sendo delimitada por estradas. Nenhum desses dois territórios sofre qualquer tipo de preconceito. Muito pelo contrário, são planejados e cuidados pelo poder público. Enquanto que no Brasil e em outros países sul-americanos a concepção de subúrbio é do não lugar.

No caso do Rio de Janeiro, especificamente, os subúrbios antes da sua expansão, no final do século XIX, já tinham uma morfologia definida e uma geografia complexa, pois na verdade tratam-se de subúrbios, com composições e bairros diferentes, muitos com fortes influências do ramal ferroviário a que pertenciam⁵⁷. Portanto, uma única classificação, que reduza o todo complexo em uma imagem, é errônea.

Desde o início de sua ocupação, o subúrbio abrigou operários das pequenas indústrias que ali se instalaram. Também atraiu muitos militares, funcionários públicos e comerciantes, que viam na grande oferta de terrenos uma oportunidade para moradia. Portanto, já havia em diversos bairros uma atividade urbana pulsante e, em muitos, com habitações luxuosas e confortáveis, como atestado em periódicos da época e nas cônicas de Lima Barreto:

A polícia suburbana

Noticiam os jornais que um delegado inspecionando, durante uma noite destas, algumas delegacias suburbanas, encontrou-as às moscas, comissários a dormir e soldados a sonhar. Dizem mesmo que o delegado-inspetor surripou objetos para pôr mais à mostra o descaso dos seus subordinados. Os jornais, com aquele seu louvável bom senso de sempre, aproveitaram a oportunidade para reforçar as suas reclamações contra a falta de policiamento nos subúrbios. Leio sempre essas reclamações e pasmo. Moro nos subúrbios há muitos anos e tenho o hábito de ir para a casa alta noite. Uma vez ou outra encontro um vigilante noturno, um policial e muito poucas vezes é-me dado ler notícias de crimes nas ruas que atravesso. A impressão que tenho é de que a vida e a propriedade daquelas paragens estão entregues aos bons sentimentos dos outros e que os pequenos furtos de galinhas e

⁵⁷ A cidade do Rio de Janeiro já teve 4 ramais ferroviários. Hoje restam 3, pois o ramal de Rio D'Ouro foi desativado. Ficaram os ramais da Central do Brasil (e seus troncos), da Via Auxiliar e da Leopoldina.

coradouros não exigem um aparelho custoso de patrulhas e apitos. Aquilo lá vai muito bem, todos se entendem livremente e o Estado não precisa intervir corretivamente para fazer respeitar a propriedade alheia. Penso mesmo que, se as coisas não se passassem assim, os vigilantes, obrigados a mostrar serviço, procurariam meios e modos de efetuar detenções e os notívagos, como eu, ou os pobres-diabos que lá procuram dormida, seriam incomodados, com pouco proveito para a lei e para o Estado. Os policiais suburbanos têm toda a razão. Devem continuar a dormir. Eles, aos poucos, graças ao calejamento do ofício, se convenceram de que a polícia é inútil. Ainda bem (Vida urbana, 28-12-1914).

Trata-se, portanto, de uma ocupação contínua e que foi acelerada com a instalação das linhas de bonde, que serviam como troncos capilarizadores dos trens, possibilitando que a teia urbana fosse se moldando e que as pessoas pudessem ir residir em locais que, a priori, não eram atendidas pelo transporte público. Em muitos bairros, os bondes faziam as ligações diretas com regiões centrais da Cidade. Segundo Fernandes (2008), diante desse fato, a afirmação de que os bairros do subúrbio estavam à margem, à espera da civilização, está deslocado da realidade concreta. Até porque os bairros do subúrbio surgiram juntos com os primeiros bairros da Zona Sul. Foram se constituindo simultaneamente às margens das fronteiras urbanas em expansão, mesmo com distinções simbólicas distintas.

3.5.1 A reprodução estereotipada do subúrbio

Não foram poucas as representações que contribuíram na mídia e em outros espaços de disputa do imaginário, para consolidar uma imagem estereotipada do subúrbio. Muitos personagens humorísticos na televisão se encarregaram dessa missão, assim como novelas (Avenida Brasil), músicas (Subúrbio, Chico Buarque) e filmes (Boca de Ouro), e, mesmo aqueles bem intencionados, muitas vezes tiveram deturpadas as suas mensagens, como o caso de Chico Buarque em Subúrbio:

Lá não tem brisa	Ruas de pó, cidade
Não tem verde-azuis	Que não se pinta
Não tem frescura nem atrevimento	Que é sem vaidade
Lá não figura no mapa	
No avesso da montanha, é labirinto	Vai, faz ouvir os acordes do choro-
É contrassenha, é cara a tapa	canção
Fala, Penha	Traz as cabrochas e a roda de samba
Fala, Irajá	Dança teu funk, o rock, forró, pagode,
Fala, Olaria	reggae
Fala, Acari, Vigário Geral	Teu hip-hop
Fala, Piedade	Fala na língua do rap
Casas sem cor	Desbanca a outra

A tal que abusa De ser tão maravilhosa	Fala na língua do rap Fala no pé Dá uma ideia Naquela que te sombreia
Lá não tem moças douradas Expostas, andam nus Pelas quebradas teus exus Não tem turistas Não sai foto nas revistas Lá tem Jesus E está de costas Fala, Maré Fala, Madureira Fala, Pavuna Fala, Inhaúma Cordovil, Pilares Espalha a tua voz Nos arredores Carrega a tua cruz E os teus tambores	Lá não tem claro-escuro A luz é dura A chapa é quente Que futuro tem Aquela gente toda Perdido em ti Eu ando em roda É pau, é pedra É fim de linha É lenha, é fogo, é foda
Vai, faz ouvir os acordes do choro- canção Traz as cabrochas e a roda de samba Dança teu funk, o rock, forró, pagode, reggae Teu hip-hop	Fala, Penha Fala, Irajá Fala, Encantado, Bangu Fala, Realengo... Fala, Maré Fala, Madureira Fala, Meriti, Nova Iguaçu Fala, Paciência...

Nasce, a partir destas distinções simbólicas, uma gama de classificações que colocam o subúrbio como o não lugar, ou seja, o lugar dos incultos, sem produção e nem fruição cultural. Um discurso que nega toda a constituição complexa do subúrbio em termos socioculturais, numa disputa permanente do imaginário, que coloca o subúrbio como território da criminalidade (Fernandes, 2008). Discurso que é agravado pelo descaso das autoridades e o processo de favelização e abandono de diversos bairros.

Por tudo isso, a urgência dos coletivos de cultura na disputa do imaginário coletivo por outras significações socioculturais do subúrbio, estabelecendo novos parâmetros estéticos que dialogam com a diversidade de expressões da vida urbana. Contribuem também para a ampliação da participação protagonista neste cenário, um considerável contingente de jovens que, com as políticas de reparação sócio racial, passaram a integrar os bancos universitários. Além disso, com a adoção do Prouni (Programa Universidade Para Todos) do Ministério da Educação, em 2004, muitas universidades privadas ampliaram seus campus universitários em direção ao subúrbio. Com isso, temos um conjunto de jovens que, em grande maioria, são os primeiros universitários da família. Muitos já formados por essa nova política inclusiva.

Existem muitas críticas ao programa, e parte significativa delas são procedentes. Mas nenhum dos críticos pode deixar de concordar que, parcela dos jovens pobres que estão nas universidades só estão por conta desse programa. Além do Prouni, muitos jovens também acessaram os bancos universitários através do SISU (Sistema de Seleção Unificada, MEC), que incorpora a política de cotas e também ajudou a ampliar a presença de pobres nas universidades públicas.

Do ponto de vista educacional, ainda se destaca a ação de três importantes instituições de ensino que ficam no subúrbio e sempre desenvolveram políticas de integração da população marginalizada em seus cursos: Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ilha do Fundão), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Maracanã) e Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz (Fundação Instituto Oswaldo Cruz/Manguinhos). Essas três instituições, além de estarem em bairros do subúrbio, desenvolvem programas de extensão e pesquisa que são responsáveis pela circulação de jovens pesquisadores pelo território, possibilitando uma troca de saberes com os nativos.

Mas, além disso, repercutindo no meio acadêmico as novas narrativas que demonstram que o subúrbio é o “Churrasco de Esquina”, como descrito por Rolf Ribeiro Souza (2003), onde a confraria masculina se reúne num ethos, que hoje fala pouco das questões da masculinidade, mas porque a mulher desempenha outros papéis. Que o subúrbio continua a se orgulhar da sua contribuição cultural nas artes, sobretudo na música, mas que não cabe mais no discurso esquemático e cartesiano.

Os coletivos de cultura no subúrbio, atualmente, exercem influências em territórios sagrados da cultura. Muitos músicos, alguns já consagrados, tomaram as rédeas de suas carreiras através dessa troca permanente com os mais jovens e, a partir de então, lançam discos independentes sem as amarras do mercado, que dita regras. Esses discos são financiados através de plataformas colaborativas. Essa também tem sido uma alternativa muito utilizada pelos Rapper’s da região, que, de forma coletiva ou em carreira solo, vão fazendo seus trabalhos circularem nas mídias digitais, ultrapassando territórios e fronteiras simbólicas. Um bom exemplo é o Funk. Nascido nos morros e favelas do subúrbio, foi se aprimorando, se hibridizando com outros ritmos e logo estava ocupando as festas da zona sul e disputando o espaço das rádios e programas de televisão com outros ritmos mais tradicionais.

Também existem exemplos de transformação na forma como a cultura é concebida hoje no subúrbio, em outros setores, que, por efeito de uma nova postura, passam a ser percebidos: a moda, as artes plásticas, o teatro, a dança, a gastronomia, a literatura e muitas outras atividades ganharam expressividade a partir das inúmeras atividades que ocorrem nos territórios do subúrbio. É como diria Milton Santos em “A Natureza do Espaço” (1996), onde a vida vai se fazendo e se moldando em meio às tensões e conflitos do território, tudo isso ocorrendo em meio à rugosidade, às construções que vão ganhando outros usos, mas que ficam como marcas de um tempo vivido.

Esse novos formatos de construção da vida e de concepções de mundo adotados pelos atuais protagonistas da cultura do subúrbio, estão presentes nos novos espaços de inteiração que vão surgindo. Podemos citar como exemplo: o Museu da Maré⁵⁸, o Grupo Cultural do Jongo da Serrinha⁵⁹, a Escola de Música de Manguinhos⁶⁰, a Orquestra Maré do Amanhã⁶¹, o projeto No Palco da Vida, em Olaria⁶², Instituto Raízes em Movimento⁶³, Suburbagem⁶⁴, Loucura Suburbana⁶⁵, Subúrbio em Transe⁶⁶... Todos esses espaços são administrados por coletivos de cultura, que se financiam com atividades culturais, disputando editais públicos, em parceria com instituições de ensino, buscando plataformas de financiamento colaborativo. Enfim, variadas formas de financiamento, que acabam por retirar do Estado o papel de tutor e condutor das manifestações culturais (Dirigismo).

Hoje, na Cidade do Rio de Janeiro, podemos dizer que todos os equipamentos públicos de cultura que estão instalados no subúrbio da Cidade, são administrados por coletivos culturais. Eles vão da Arena Fernando Torres, em Madureira à Lona cultural de João Bosco, em Vista Alegre e à Arena Dicro na Penha... Aqueles que ficaram sob a responsabilidade da administração da Prefeitura estão tendo o mesmo destino da Biblioteca Escolar Municipal João Ribeiro (Ramos) e o Grêmio Recreativo e Esportivo dos Industriários da Penha (GREIP), que foram fechados.

Levando em consideração a desigual distribuição espacial dos bens culturais na cidade, a ação dos coletivos ganha mais importância. Para citar um dado, a Cidade do Rio de

⁵⁸ Ver anexo XII.

⁵⁹ Ver anexo XIII.

⁶⁰ Ver anexo XIV.

⁶¹ Ver anexo XV.

⁶² Ver anexo XVI.

⁶³ Ver anexo XVII.

⁶⁴ Ver anexo XVIII.

⁶⁵ Ver anexo XIX.

⁶⁶ Ver anexo XX.

Janeiro dispõe de 57 museus⁶⁷, com múltiplos formatos de administração (públicos, terceiro setor e instituições de ensino e pesquisa). Destes, somente três estão no subúrbio da Leopoldina: Museu da Maré, Museu Dom João VI (Fundão) e Museu da Vida (Fiocruz, Manguinhos). E nenhum pertence à administração municipal.

Essa discrepância também pode ser observada na distribuição dos Centros Culturais administrados pela municipalidade. Nesse sentido, pode-se afirmar que, para uma cultura que foi sendo forjada à revelia dos poderes constituídos, a cultura do subúrbio mostra-se muito vigorosa e com grande poder de assimilação das novas linguagens, mas sem perder a referência em seus ícones, como: o maestro Paulo Moura, Pixinguinha, Laudir de Oliveira⁶⁸, Clementina de Jesus, Paulo da Portela, Cartola, Silas de Oliveira, entre outros. Também se mantêm vivos no imaginário, espaços de representação da cultura suburbana como: Cacique de Ramos, Suvaco de Cobra, Beto's Bar⁶⁹, Cine Guaracy (Rocha Miranda), Cine Olaria, Cine Rosário (Ramos), Cine Vaz Lobo, Boêmios de Irajá, entre outros. Assim como os banhos de mar à fantasia na praia de Ramos e os bailes de carnaval no Olaria Atlético Clube e no Greip da Penha.

Diante do descrito acima, percebemos que estamos diante de uma cultura viva em transformação permanente, que resolveu tomar a rédeas de seu destino. Esse comportamento hibridizador (CANCLINI) não contempla a passividade dos corpos dóceis (FOUCAULT) e daí pode surgir uma tensão com a ampliação do novo modelo de representação sócio espacial do subúrbio. Mas, por enquanto, são só percepções, que espero não se confirmem, e que esse modelo fechado arquitetonicamente se abra para a suburbanização.

⁶⁷ Ver anexo XXI.

⁶⁸ Percussionista com carreira internacional tocou no Grupo Chicago e também com Carlos Santana, Joe Cocker, Sergio Mendes, Nina Simone, Jackson Five, Airtton Moreira, Hermeto Paschoal entre outros. Viveu dezoito anos nos EUA, cinco na Europa e um no México. Morava em Olaria e em parceria com Paulo Moura, fundou a velha guarda musical da Imperatriz Leopoldinense.

⁶⁹ Bar de Olaria que aos domingos realizava um encontro de chorões capitaneados por Zé da Velha e Silvério Pontes.

CAPÍTULO IV – COMO O SUBÚRBIO PASSOU DE PATINHO FEIO, A IMPORTANTE ATIVO ECONÔMICO PARA O MERCADO IMOBILIÁRIO

Papo no Play: Pretendo neste capítulo, analisar as transformações ocorridas no território do subúrbio, a partir das mutações operadas por seus múltiplos atores, que num movimento de inteiração e repulsa, vão tecendo relações e interferindo na geografia e na morfologia do território.

4.1 A Trajetória do mercado de terras na cidade do Rio de Janeiro

Nossa desigual política de distribuição de terras começa com as Capitâneas Hereditárias⁷⁰, cujo primeiro Capitão foi Martin Afonso de Souza. Por compromisso, em carta com a Coroa, os donatários das capitâneas poderiam ficar com 20% das terras. As demais deveriam ceder em Sesmarias⁷¹, com o compromisso dos beneficiários as cultivar, não as alugar e nem as vender. O objetivo era o cultivo das terras e povoamento do vasto território que dificultassem a invasão por outros povos. Esses instrumentos foram adotados por Portugal na transição da idade média para idade moderna. Podemos afirmar, que adotamos como solução para a questão agrária e de segurança, um instrumento que já estava superado em Portugal e que renasce no Brasil com a marca do atraso.

Mas a distância entre aqueles que deveriam fiscalizar e os beneficiários, impedia um maior controle da situação e, quando foi instituída a lei de terras em 1850, já no período do Brasil independente, muitas das terras já haviam sido comercializadas a posseiros, configurando a desigual distribuição de terras no país. Isso pode indicar, em grande parte, que nascemos sob o signo da desigualdade e do descumprimento as leis.

4.1.1 A Lei de Terras como instrumento de fortalecimento do poder oligárquico

A Lei de Terras, instituída em 1850, que deveria regular a posse de terras no país, nasce com o objetivo de capitalização do Império. Portanto, seu objetivo principal não é a regulação, nem a criação de parâmetros para a comercialização de terras. Ao estabelecer a

⁷⁰ Foram um sistema de administração territorial criado pelo rei de Portugal, D. João III, em 1534. Esse sistema consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas e entregar a administração para particulares (principalmente nobres, com relações com a Coroa Portuguesa)

⁷¹ Medida administrativa adotada por Portugal nos períodos finais da idade média, consistia na ocupação do território para fins cultivo e defesa.

compra como única forma para aquisição de terras o Império, dificulta a posse de terras para as pessoas pobres (sobretudo, negros libertos), impede que diversos pequenos produtores continuem em suas terras e, com isso, aumenta a concentração de terras com os grandes proprietários. Também tem como objetivo financiar a imigração estrangeira para o trabalho na lavoura cafeeira, considerando que o tráfico de escravos diminuía e havia a necessidade de suprir a mão de obra na agricultura.

Figura 15 – Imagem da Hospedaria dos imigrantes no Porto de Santos



Fonte: revistapesquisa.fapesp.br

As consequências da Lei de Terras são sentidas até hoje, pois ela aumentou a concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários, impediu o acesso dos pobres à terra, estabeleceu um valor comercial à terra e retirou o seu papel social como fonte geradora de alimentos para subsistência e comércio. Aumentou sua relação com o poder oligárquico, favoreceu a expansão das lavouras de café na região sudeste, ampliando a concentração econômica na região e favoreceu a entrada de mão de obra estrangeira, sobretudo, europeia no Brasil, dando início a uma política de branqueamento da nossa sociedade. Enfim, uma política marcada pelo símbolo da desigualdade (SILVA, 1996). O Jornal O Globo em 06/12/2016 noticia que:

Acaba de ser lançado um relatório feito pela Oxfam Brasil - organização que tem como principal objetivo estudar a desigualdade social - onde os números não deixam dúvidas. Com dados do Censo Agropecuário de 2006,

já que não existem registros mais novos, o estudo mostra o desequilíbrio da sociedade brasileira também no meio rural. Grandes propriedades somam apenas 0,91% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros, mas concentram 45% de toda a área rural do país. Por outro lado, os estabelecimentos com área inferior a dez hectares representam mais de 47% do total de estabelecimentos do país, mas ocupam menos de 2,3% da área total.

Há uma desproporção gigantesca também quando se analisa a questão de gênero no setor rural. São os homens que controlam a maior parte dos estabelecimentos rurais e estão à frente dos imóveis com maior área: eles possuem 87,32% de todos os estabelecimentos, que representam 94,5% de todas as áreas rurais brasileiras. No outro extremo, as mulheres representam quase o dobro do número de produtores rurais sem posse da terra em comparação aos homens – 8,1% frente a 4,5%, respectivamente (Caderno Razão Social, Jornal O Globo).

As transformações ocorridas na área urbana não foram menos dramáticas e desiguais, com a terra passando a ter valor de troca. Cria-se um mercado que transforma os detentores de sesmarias em prósperos homens de negócio (como o Capitão Balthazar, dono de uma gleba de terras, que ia de Bonsucesso à Penha), mesmo aqueles que, em cujas terras não havia um pé de alface.

Na Cidade do Rio de Janeiro a situação já era marcada por uma divisão sócio espacial que delimitava o lugar da população pobre. Desde a chegada da Família Imperial à Cidade e a cada ano, com o crescimento da população, a situação foi se agravando. O Rio, em 1888 (ano da abolição), já tinha mais de 600 mil habitantes que, em função das suas características de Cidade de serviços, concentrava a maioria na região central, obrigando negros e pobres a viverem nas encostas dos morros e em cortiços, onde viviam cerca de 45 mil pessoas (MARICATO, 1997).

A alta concentração de população na área urbana, vivendo em condições insalubres, com aumento da violência, sem saneamento e infraestrutura básica, já davam sinais daquilo que seria o futuro da cidade no século XX. Considerando que a elite econômica sempre ditou as normas de delimitação sócio espaciais, as dinâmicas de segregação ganham o atributo de políticas públicas de urbanização.

Figura 16 – A imagem denuncia as desproporções do IDH e nossas desigualdades, nascidas com a dificuldade de acesso à terra



Fonte: alunosonline.uol.com.br

Como os valores atribuídos ao solo urbano não dependem do que é produzido por ele, como na teoria Marxista de renda da terra, mas de fatores objetivos como localização (acessibilidade), infraestrutura e demanda. E também por fatores subjetivos, que são construções idealizadas de acordo com o imaginário e fatores sócios culturais. É fácil de adivinhar onde foram parar os ricos. Se eles é que tinham o poder de orientar as políticas de infraestrutura e desenvolveram o rapto da categoria subúrbio, logo, a parte da Cidade que passou a contar com maior infraestrutura foram os Arrabaldes, para onde se dirigiram as elites econômicas. Exatamente como nos fala o professor da FAUUSP⁷², João Sette Whitaker em artigo acadêmico:

Assim como supostamente ocorreria no âmbito econômico da regulação dos preços e do emprego, as cidades teriam a capacidade de crescer espontaneamente, equilibrando-se naturalmente, pela lei da oferta e da demanda, em um sistema no qual os mais privilegiados encontrariam seus espaços, assim como os mais pobres acabariam achando o seu, com as diferenciações “naturais” de qualidade inerentes à própria lógica do capitalismo. Evidentemente, parece-nos que as coisas não ocorreram, e ainda não ocorrem, exatamente assim. E nas nossas cidades, a intervenção estatal foi capaz de produzir recorrentemente a diferenciação espacial desejada pelas elites, e a disputa pela apropriação dos importantes fundos públicos

⁷² Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

destinados à urbanização caracterizou – e caracteriza até hoje – a atuação das classes dominantes no ramo imobiliário (Blog Cidades para que (M)?)

No caso da Cidade do Rio de Janeiro, essa dinâmica pode ser percebida em diversos movimentos, que vão da definição da utilização do solo nas áreas no entorno das vias férreas (o que impacta somente o subúrbio), assim como na localização para a instalação das recentes indústrias, no nosso processo tardio de industrialização, que também impacta mais o subúrbio; considerando que no Jardim Botânico foram instaladas algumas indústrias, e, que, com a valorização da área saíram de lá, restando apenas as casas das vilas operárias e uma disputa permanente com a administração da Fundação Jardim Botânico/Ibama com os moradores. Até a urbanização das praias (que se tornaram a marca da cidade), onde a orla da Glória a Grumari recebe historicamente um tratamento diferente das orlas de Paquetá, Ilha do Governador e demais praias da Baía de Guanabara, embora essas tenham uma extensão maior e atenda uma população maior. As praias da Baía de Guanabara que banhavam o subúrbio foram sofrendo transformações de acordo com os interesses de expansão da área urbana da cidade. Foram sendo transformadas em aterros e o exemplo mais trágico é a praia de Mariangu, que tinha suas areias até a Penha:

A região praieira da Penha, próxima aos mangues do Saco do Viegas (Na altura dos viadutos Lobo Júnior e Luzitânia), era chamada de “MARIANGU”, nome indígena de uma ave abundante no recôncavo da Baía de Guanabara. Nela surgiu o Porto de “Maria Angu” (Que ficava em Olaria, no final da rua Pirangi), do qual partiam embarcações para o centro do Rio de Janeiro colonial. A boa parte do litoral da Penha era composto por um grande manguezal, principalmente na altura da Lobo Júnior até o mercado São Sebastião. Antes dos grandes e sucessivos aterros, que se intensificou no final da década de 1950 e começo dos anos 60; era conhecido como a região a praia da moreninha e comunidade de pescadores. Nos dias de hoje este mesmo local é conhecido como favela de Vila Kelson's ou como Favela da Moreninha (Caminhos de Cascadura).

Na praia de Mariangu havia um porto que servia de ponto de embarque de mercadorias que eram produzidas na Freguesia de Irajá⁷³. Também nesse porto, eram escoados os produtos produzidos pelo Cortume Carioca e pelo Matadouro da Penha. A construção da ligação rodoviária do Centro do Rio com Rio/Petrópolis, iniciada em 1940, determina uma série de desapropriações que põe fim ao balneário da Penha.

⁷³ A Penha pertenceu a Freguesia de Irajá até 1919, se emancipou a partir da edição do decreto nº 1376.

Figura 17 – Imagem da Praia de Mariangu



Fonte: Arquivo “Um Rio que passou”.

A construção das subjetividades vai moldando o território e criando estigmas, e, nesse contexto, chegamos à cidade contemporânea, marcada pela desigualdade sócio espacial e pela conhecida concentração econômica. O reflexo dessa concentração de terras nas mãos de uns poucos proprietários, é o elevado custo da terra, onde a subjetividade foi criando condições materiais objetivas e moldando o imaginário de lugar idealizado. Ou seja, as regiões da orla da Zona Sul até o Recreio dos Bandeirantes.

4.2 A Forte ação das Empresas Imobiliárias junto aos poderes constituídos

O capital imobiliário sempre soube como atuar no sentido de exercer a sua influência sobre as políticas públicas e direcionar as ações de acordo com seus interesses. Isso vem ocorrendo na Cidade do Rio de Janeiro desde os primeiros projetos sob inspiração Haussmaniana⁷⁴, que transformaram a paisagem do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, até os muitos outros projetos urbanísticos, já citados nesse trabalho. A Cidade vai se moldando em grande medida, de acordo com o planejamento que sai das empresas imobiliárias, que

⁷⁴ Barão Georges-Eugène Haussmann, foi prefeito de Paris e ficou conhecido como o artista demolidor. Serviu de fonte de inspiração para as reformas promovidas na cidade do Rio de Janeiro na gestão do Prefeito Pereira Passos.

influenciam e tencionam os poderes constituídos. Uma relação iniciada pelo compadrio e que depois evoluiu para o financiamento de campanhas eleitorais, os inúmeros escândalos envolvendo agentes públicos e empreiteiras pululam as manchetes dos jornais e revistas.

Essas forças estratificantes, acabam por delimitar os usos do solo urbano, promovendo segregação e, é esse modelo que molda a arquitetura da Cidade, que cresce desigual, não acolhedora. Nesse contexto, o subúrbio vai se constituindo sem planejamento governamental, mas vai criando culturalmente uma forma muito própria de vivência na Urbi, tendo a solidariedade como marca fundamental. Enquanto a cidade formal vai experimentando os avanços tecnológicos na construção civil, como o uso do elevador, que possibilitam as empreiteiras maior utilização do espaço construindo verticalmente um maior número de unidades e alterando de maneira subjetiva a forma de morar. Em 1942, a Lei do Inquilinato, mais uma vez, mostra a força das empreiteiras, pois a lei altera de maneira significativa a forma como as pessoas residiam. Até então, a maioria da população vivia em casas de aluguel e, a partir de sua promulgação, o custo dos aluguéis sobe de maneira exponencial, conduzindo as pessoas a comprarem residências financiadas. E, com o advento do elevador, as pessoas passam a residir em apartamentos, a se acostumarem a dividir espaços em comum nos prédios.

Enquanto isso, o subúrbio continua a viver os efeitos do rapto ideológico da categoria subúrbio. Surgem os IAPS (Institutos de Assistência e Previdência Social), vinculados às categorias profissionais. Esses institutos são responsáveis pela construção de inúmeros conjuntos de apartamentos no subúrbio e estes, assim como as vilas industriais, ficaram como marcas tatuadas na geografia do subúrbio, onde até hoje podem ser encontrados em diversos bairros.

Na Penha, o IAPI (Instituto de Assistência e Previdência dos Industriários), ainda hoje abriga milhares de famílias. Ele foi construído num dos terrenos da fazenda de Custódio Nunes, o proprietário do Matadouro da Penha. Seus 1248 apartamentos estão distribuídos em 44 blocos, constituindo quase um bairro no entorno da Praça Santa Emilianiana e do Greip da Penha, onde se concentram uma rede de serviços com padarias, pizzarias, farmácias, supermercados, barzinhos, posto policial, escola e muitos quiosques no entorno da praça (que é a maior do bairro da Penha). Ao contrário do que surgiriam depois, esses edifícios são planejados, com bom arruamento, que garante a privacidade das famílias. No caso específico desse IAPI, é tombado pelo seu valor arquitetônico.

Figura 18 – Imagem aérea do IAPI da Penha e da Fazendinha Ambiental da Penha, ao fundo o canal do Fundão o Aeroporto Tom Jobim e a Ilha de Pedra



Fonte: Halley Pacheco de Oliveira em 11/12/2011.

Ao contrário do planejamento e modelo de financiamento para a aquisição (Feito através dos Institutos de Previdência), o Governo do Estado na Gestão do Governador Carlos Lacerda, inicia uma política ofensiva de habitação social, sem nenhuma diversidade arquitetônica e urbanística, cujo objetivo era afastar a população pobre que vivia no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas e em outras áreas nobres da Zona Sul da Cidade (Bonduki, 2015)⁷⁵.

Na década de 1970, a classe média descobre a vida condominial na Baixada de Jacarepaguá e o mercado imobiliário encontra uma área de expansão, com muita terra para construir. Daí para a o condomínio clube, foi rápido. Enquanto isso, no subúrbio nos anos 1980, com o fim do BNH e o conseqüente financiamento para aquisição de imóveis populares, se inicia um processo acelerado de favelização das comunidades⁷⁶. Mas os anos que poderiam determinar o ocaso do subúrbio, na verdade aparecem como uma possibilidade

⁷⁵ Aqui a pesquisa tem um encontro marcado com o pesquisador, pois os meus pais se conheceram em uma dessas comunidades (favela da Praia do Pinto), ou seja, de certa forma sou fruto da política de remoção.

⁷⁶ Aqui ocorre outro encontro do pesquisador com a pesquisa, pois trabalhei na prefeitura na SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social), que tinha a atribuição de construir habitações para a população favelada e lá desenvolvemos um projeto que com financiamento do BID, pretendia erradicar as favelas transformando-as em bairros populares. O prefeito decreta a falência do município e o projeto só foi colocado em prática em 1995 com o nome Favela Bairro.

de revigoração. A chamada década perdida dizimou empregos na indústria no subúrbio, mas os vazios urbanos se transformaram num ativo importante. A solução dos condomínios de Jacarepaguá e Barra da Tijuca foram reformuladas para serem usadas por um padrão de classe média baixa, dessa forma o mercado imobiliário foi se adequando à realidade. A crise inflacionária é controlada e nos anos 1990 a economia volta a dar sinais de vitalidade.

Aqui é importante ressaltar as passagens do ex-governador Leonel Brizola pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Ele monta um primeiro Governo baseado no respeito aos direitos humanos e, nesse sentido, impede a incursão de policiais em comunidades e favelas, reduzindo o número de tiroteios e vítimas, melhorando a sensação de segurança nas ruas. Também investe em educação e cultura, com a presença de Darcy Ribeiro⁷⁷ como vice-governador, tocando o projeto dos CIEPs⁷⁸. Essa passagem vai ser sentida mais a frente com o aumento do capital cultural de uma parcela significativa de jovens suburbanos.

Nesse período, os primeiros shoppings centers já estão instalados no subúrbio, criando um novo padrão de consumo e desenvolvendo em parte da população o interesse em consumir esse estilo de vida, que, aos poucos, vai sendo idealizado como um padrão que confere prestígio e status. A inauguração do Norte Shopping faz com que o pacato bairro do Cachambi, no coração da Zona Norte, entre os ramais da Linha Auxiliar e da Central do Brasil, situado na principal artéria de ligação rodoviária com o Centro (Avenida Suburbana, hoje é Dom Helder Câmara), desperte o interesse da indústria imobiliária, tamanha as outras atividades de serviço que se instalaram no seu entorno. A indústria imobiliária que, até então, tinha uma atuação tímida nos bairros do Méier e Madureira, passa a enxergar em outros bairros do subúrbio um potencial até então pouco explorado.

Mas, havia um entrave a ser superado: a legislação de ocupação do solo em diversos bairros limitava as construções multifamiliares a poucos andares, o que não tornava rentável o negócio. E, nesse momento, a força da indústria imobiliária é sentida, na sua relação com os poderes da municipalidade, no sentido de alterar as leis de parcelamento do solo e permitir que se pudessem construir com uma quantidade de andares que transformassem o negócio rentável para as empresas do ramo imobiliário. Nesse período, podemos verificar a alteração no PEU⁷⁹ de diversos bairros da Cidade. Após a criação do Ministério das Cidades, esse instrumento passa a ser atualizados a cada 10 anos, a partir da atualização do plano diretor da

⁷⁷ O antropólogo e intelectual Darcy Ribeiro foi ministro de educação no governo de João Goulart, deposto pelo golpe militar de 1964. Exilou-se no Chile, onde colaborou com o governo de Salvador Allende.

⁷⁸ Centro Integrado de Educação pública, popularmente conhecidos como Brizolões, pretendiam alfabetizar em tempo integral um milhão de Jovens e adultos.

⁷⁹ Plano de Estruturação Urbanística é o instrumento normativo básico de intervenção urbanística para um bairro ou conjunto de bairros.

Cidade, possibilitando que as normas de controle e fiscalização urbanística estejam permanentemente atualizadas em relação aos avanços das cidades.

Os vazios urbanos, provocados pela fuga das empresas do subúrbio carioca em busca de outras paragens, oferece a outros bairros a oportunidade de experimentar o sucesso de Cachambi. E assim nascem: Os *Shoppings* Nova América, Carioca *Shopping* e Via Brasil. É interessante observar um aspecto em comum a todos eles. Pouco tempo depois dos *shoppings* estarem construídos, surgem no entorno um conjunto de novos empreendimentos imobiliários, ocupando o lugar das antigas fábricas. Com isso, a Geografia de bairros como: Del Castilho, Vicente de Carvalho, Irajá e Vista Alegre (Onde estão situados os *shoppings centers*) ganham nos contornos.

Figura 19 – Imagem aérea do Note Shopping, onde pode-se perceber a quantidade de empreendimentos imobiliários e de serviço no seu entorno



Fonte: esperienza.com.br

A força da indústria imobiliária também trabalha a construção do imaginário popular, moldando estilos de vida a partir de campanhas publicitárias e de forte atuação no *merchandising* de novelas e outros programas de grande audiência. Vai-se criando um mundo idealizado, a partir da realidade local. E assim, as pessoas descobrem que é charmoso morar no território do culto ao chorinho⁸⁰, nos bairros onde as rodas de samba acontecem em cada esquina, onde o papo na calçada vira um churrasco, onde sua indumentária vale menos do que você é. Enfim, uma série de atributos utilizados pejorativamente contra o suburbano, são transformados pela subjetividade publicitária em elementos constituintes de um estilo de vida único lúdico e aprazível.

⁸⁰ Primeiro gênero musical genuinamente brasileiro (sob a ótica do homem branco).

Figura 20 – Imagem de diversos condomínios que surgem no subúrbio da Leopoldina



Fonte: material publicitário das empresas.

Essa mudança de paradigma social promove também uma transformação no território. As mudanças na forma de vivência sócio espacial, colocam como preocupação a baixa participação dos moradores na vida cotidiana dos bairros, pois por economia das empresas imobiliárias os condomínios têm pouca compatibilidade urbanística com o entorno (DUARTE, 2006), o que gera um clima de apartação da população em que neles moram do restante dos moradores já estabelecidos no restante do bairro.

4.3 As Mutações no Subúrbio que transformam o território de fábricas, no território onde se fabrica o Imaginário

Essas mutações, como obedecem ao movimento de aplicação do excedente de capital globalizado, evidentemente não têm compromisso com o bem-estar do cidadão. Elas servem para gerar lucro, estão embutidas na lógica que move o mercado (SASSEN, 2016). Com isso, vão ajudando a criar novas periferias na Zona Oeste da Cidade, em bairros e outras localidades sem a infraestrutura adequada, mas que ainda podem absorver os pobres que não encontram mais abrigo nas ruas do subúrbio. Esse comportamento reforça a tese de que as

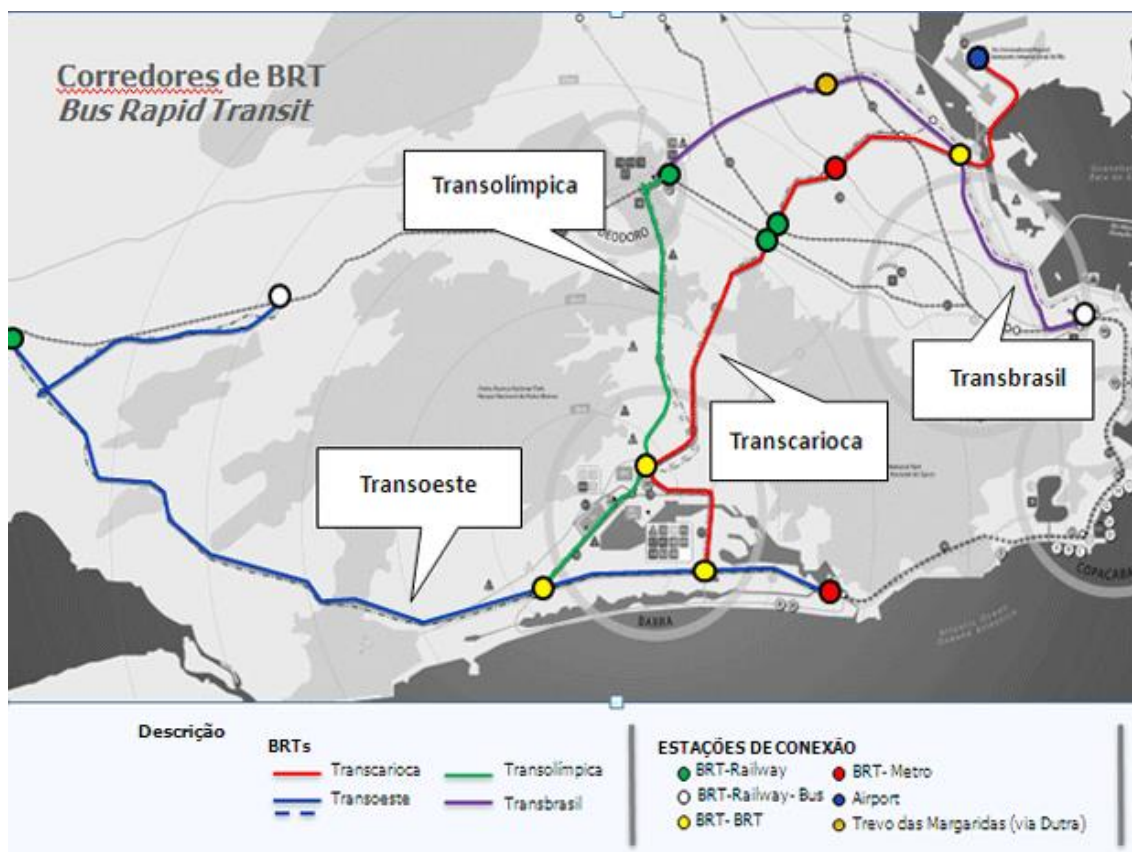
empreiteiras do ramo imobiliário é que vão moldando o tecido urbano de acordo com seus interesses.

Na Cidade que se fabricava produtos manufaturados, o esvaziamento econômico e tudo que ele gera, sempre traz transtornos, como mudança de qualificação da mão de obra, adequação dos vazios urbanos para novos usos, implantação de uma nova infraestrutura urbana para esses novos usos, enfim, uma série de transformações que demanda tempo e muito dinheiro. E como fechar essa equação no país que cresce abaixo do necessário, com as contas públicas sempre em *déficit*? Esses foram alguns dos desafios a serem enfrentados para a transformação do subúrbio em um ativo importante.

Em busca da resolução do dilema apresentado acima, sucessivas administrações da Cidade buscaram transformá-la em cidade global, se submetendo a um conjunto de encargos que, por muitas vezes impuseram ao conjunto da sociedade a sacrifícios, e que reforçaram a tese de má distribuição dos recursos da administração em obras e serviços que reforçassem para os analistas dos cadernos de encargos de diversos eventos internacionais, a viabilidade da Cidade em sediar estes eventos.

Sediamos nos últimos onze anos os maiores eventos internacionais: Jogos Pan-Americanos, Jogos Mundiais Militares, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo de Futebol, Jogos Olímpicos, Jogos Paraolímpicos, dois Rock in Rio, entre outros. Todos esses eventos demandaram enormes quantias de dinheiro público e mesmo o subúrbio não sendo prioridade, ele acabou sendo beneficiado por algumas obras de infraestrutura de transporte, projetos urbanísticos, postos de saúde e ampliação da segurança pública. E esse legado, embora aquém das necessidades, e muito inferior ao deixado na região da Baixada de Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Zona Sul, contribuíram para melhorar a infraestrutura local e mobilidade urbana.

Figura 21 – Imagem ilustrativa do sistema *Bus Rapid Transit*



Fonte: RioOnWatch

Embora a adoção dos BRTs (Bus Rapid Transit) tenha sido contestada por muitos engenheiros de trânsito e urbanistas, por não apresentar uma opção mais confortável e duradoura, e por atender ao interesse dos empresários de ônibus, ela, para o subúrbio, representou um avanço em termos de mobilidade e contribuiu para ir moldando de maneira objetiva um discurso de que é possível viver no subúrbio e trabalhar em outros centros urbanos, se deslocando com rapidez.

4.3.1 A chegada da Pós-Modernidade ao subúrbio

A perda de hegemonia do trabalho fabril e o aumento do capital cultural de parcela significativa da população do subúrbio vão introduzindo no território hábitos de consumo e comportamentos que, aos poucos, alteram a paisagem do lócus. Saem os barbeiros e chegam

as *barbeshops*, assim como as *delicatessen* substituem as padarias, os empórios aos mercadinhos, as grandes lojas de rede ganham espaço e convivem com quiosques, com o amolador de facas, o tintureiro e outros personagens do subúrbio. Numa simbiose que altera a morfologia da região e cria um espaço novo, permeado pelas rugosidades do território vivido (SANTOS/1996). Neste sentido, o velho e o novo convivem num mesmo espaço, se reinventando e se reinterpretando mutuamente. Esse também é um dos efeitos da perda de hegemonia do trabalho fabril no território. Ele vai sendo substituído por novas atividades imateriais no setor de serviços.

O Rio de Janeiro que correu atrás da modernidade, entra na contemporaneidade experimentando efeitos da pós-modernidade, ou como diria Bauman (1999), na modernidade líquido. Esse conjunto de efeitos da morfologia local é gerado a partir do interesse global como abordados por David Harvey (2011):

Estudos preliminares das pessoas apanhadas na onda de execuções hipotecárias indicam, por exemplo, que muitas deles culpam a si mesmas em vez de às condições sistêmicas por não serem capazes, por qualquer motivo, de viver de acordo com a responsabilidade pessoal implicada na casa própria. A visão do papel apropriado do Estado e do poder estatal se deslocou dramaticamente durante os anos neoliberais, e só agora está sendo desafiada na medida em que o Estado foi obrigado a intervir, após a falência do Lehman Brothers em setembro de 2008, com um apoio financeiro maciço para resgatar um sistema bancário à beira do fracasso.

Esses efeitos, gerados a partir da ideologia neoliberal, produzem um caldo de cultura que permite que os condomínios se apresentem como solução para os dilemas criados pela sociedade moderna. Como viver na Urbis em segurança? Como dispor de um conjunto de serviços sem pagar uma fortuna por eles? As respostas para esses e outras perguntas são exploradas pelas estratégias publicitárias da indústria imobiliária, que, através da eficiência das assessorias de imprensa, moldam as abordagens na mídia e levam as pessoas a optarem pelos condomínios. Segundo Harvey, as estratégias de acumulação do capitalismo dependem da ação crescente e perpétua da indústria do consumo. Então não se trata apenas da aquisição do imóvel. O estilo de vida alterado leva à necessidade de aquisição de outros produtos que a tornem compatível com esse novo padrão de vida, num ciclo contínuo e virtuoso.

Isso ajuda a explicar esse formato urbanístico que coloca, lado a lado, *shoppings centers* e condomínios, pois se trata de pessoas que já estão pré-dispostas pela ação publicitária a consumirem num padrão condomínio, com muros para o entorno, fechados num

circuito pseudamente seguro e com muitas opções a sua disposição. Corrobora também para esclarecer a questão do medo líquido de Bauman⁸¹ (2008), pois não são sensações dispersas e sem ação concreta, mas uma estratégia bem estruturada de publicidade que, aos poucos, vai construindo um padrão de vida desejável, que, em muitos casos, somados à falência das políticas públicas mais básicas, contribui para ampliar o medo das pessoas em desenvolverem uma vida fora dos muros e da vigilância. Transformando-se, segundo Foucault (2008), em “corpos dóceis, aumentando as forças do corpo em termos econômicos de utilidade para o bom rendimento (e aproveitamento do homem na fábrica, na escola etc.). Entretanto, diminuindo em termos políticos de resistência, o exercício do poder”⁸².

Uma das descobertas da pesquisa é que, a maioria dos habitantes desses novos condomínios é constituída de jovens casais, que são oriundos do próprio subúrbio e que, pelo aumento de capital cultural, também aumentaram suas rendas. Mas, a cooptação feita pela indústria imobiliária e sua máquina publicitária é o dado preocupante, pois esses jovens como sua capacidade de formulação teórica e nível de formação poderiam, conjuntamente, com outros estabelecidos no território, lutar pela ampliação de políticas públicas de qualidade para o subúrbio, junto aos órgãos de Estado.

4.4 Jogos e Diversão entre a Tradição e o Contemporâneo

Na categoria de jogos, o subúrbio é um parque de diversão para os observadores mais atentos. Nele, é possível presenciar a disputa de uma partida de Porrinha⁸³ ou palitinho num boteco valendo uma cerveja, uma partida de sinuca, de carteados em diversas modalidades de jogos, que vão de copas fora, buraco, até pôquer. Sem falar do velho esporte bretão. A “pelada”, continua a ser jogada, mesmo que os campos estejam em extinção. Elas ocorrem em dezenas campos de grama sintética, que se espalham pelo subúrbio e também nas quadras espalhadas pelas praças, onde também se joga vôlei e basquete.

Até aquela roleta (Alô polícia!), cantada por Donga, pode ser encontrada. O jogo do bicho há muito já faz parte do cotidiano suburbano, sendo uma das instituições mais

⁸¹ Bauman, Z. Medo Líquido (2008)

⁸² Foucault, M. microfísica do Poder (2012), Apud. Conceição, Wellington da Silva. Sossega, moleque, agora você mora em condomínio (2018).

⁸³ Porrinha, Purrinha ou Palitinhos, jogo brasileiro que remonta ao Brasil colonial. É praticado com cada jogador de posse de três moedas, palitos ou bolinhas de papel escondidas nas mãos, tentar adivinhar o somatório de todos os palitos na mão dos apostadores, que podem ser dois ou trinta. É o jogo oficial dos botecos.

respeitadas. Hoje, ele pode ser feito via *Whatsapp* (o quê diria o Barão de Drummond⁸⁴). Também têm as maquininhas de caça níquel (escondidas, é verdade. Mas elas existem aos montes em quase todos os bares). As rifas continuam a ser feitas com diversos objetivos: ações de caridade, ajudar a pagar uma laje, comprar um novo uniforme para o time de pelada, ou, simplesmente, para arrumar uma grana. Assim também ocorre com os bingos. Tem bingo para tudo e com os mais variados prêmios: carros, televisores, aparelho de ar condicionado, cesta básica, churrasco...

As crianças continuam a brincar nas ruas e praças de pique em variadas modalidades: pique alto, esconde gelo e pique tá. Brincam de adoleta, queimado, de bola, skate, patins, patinete, bicicleta e over board, carrinhos eletrônicos por controle remoto e carrinhos de rolimã. As praças continuam a ser o lugar de encontro das crianças com seus brinquedos. Lá, ainda são encontrados os tradicionais balanços, gangorras, escorrega e trepa-trepa, que hoje convivem com as camas elásticas e os brinquedos infláveis (escorregas, castelos, touro mecânico). Também existem os quadriciclos de aluguel e os vendedores de balão, estalinho, bola de sabão, amoeba ...Uff!!!, cansa só de falar!

⁸⁴ João Batista Viana Drummond foi um empresário abolicionista e progressista que gostava muito de animais, possuindo diversos espécimes. Tinha autorização para importá-los e criou o primeiro Jardim Zoológico do Rio de Janeiro, em Vila Isabel, em 1888. Colocava em uma gaiola coberta por um pano, um animal (bichos de porte pequeno) e dependurava no alto do portão do jardim zoológico. Eram feitas as apostas para descobrir qual o animal, parte do dinheiro arrecadado era revertido para a compra de mais animais para o zoológico e a outra para o apostador. Aí nasce o jogo do bicho.

Figura 22 – Imagem da Praça Santa Emilianiana na Penha



Fonte: Casé RJ Bio em 03/08/2013.

A praça também virou academia. As antigas barras de halteres e pranchas abdominais ainda estão lá, mas ganharam a companhia de outros equipamentos mais modernos das academias da terceira idade (programa da Prefeitura) e também a presença dos *personais trainers*, que formam turmas de alunos para treinos funcionais na praça. A praça também é o local de concentração da gastronomia de rua para todos os gostos e possibilidades de recursos. É possível encontrar do X-Tudão da madrugada a crepes, hamburguês artesanais, açaí, churrasquinho, cachorro quente, caldos, pizzas, tortas e doces variados.

Nas ruas da Penha também têm a opção da culinária japonesa em diversos restaurantes, assim como o Espeto Carioca, rodízios de massas, restaurantes *self service* e *a la carte*, especializados em cervejas artesanais, restaurantes com música e os indefectíveis botecos, que continuam a honrar a tradição carioca. Eles existem aos montes, dos limpinhos ao cospe grosso. E sempre possível uma cachaça, um pedaço de carne, uma cerveja gelada e um caldo de segura malandro antes de partir para casa. E, em muitos deles, tudo isso embalado pelo samba. Mas também estão pelo território espaços como o Deck 7 em Olaria (boate), o Espaço Mix na Penha (funk, samba e sertanejo universitário), Boteco do Junior's (samba e MPB), Caneco Dourado (sertanejo, MPB e samba) e Raboni distribuidora de bebidas (funk e samba).

Figura 23 – Imagem do *Deck 7 Beer Club* em Olaria



Fonte: d.facebook.com

A constatação que fica é que as mutações vão ocorrendo, mas ao mesmo tempo, convivendo com as manifestações do tempo vivido, numa simbiose diária, que muda a geografia do território, assim como as pessoas. Mas não deixa de ser interessante perceber no dia a dia o cruzamento de tribos diferentes no mesmo território, muitas vezes convivendo no mesmo espaço, senhores de chapéu coco ou Panamá ao lado de jovens tatuados, de *piercing* e blusas florais. São tempos distintos, dividindo o mesmo espaço e construindo uma nova imagem do que é o subúrbio.

Por fim, gostaria de destacar uma das características marcantes do suburbano, que é a capacidade de rir da própria má sorte, de fazer piada com o próprio infortúnio. Destaco nesse quesito, duas crônicas. Uma delas de Luizinho Toblow, transformada em música e sucesso na voz de Zeca Pagodinho; a outra, de um jovem professor de história, onde conta diariamente seu percurso pelas ruas da Cidade. Começo pelo jovem Phillipe Valentim Malizia:

De óculos na cabeça e queimadinho de sol” Mermão: é temporada de calor na cidade, e no Subúrbio ele é mais quente parceiro - tá ligado que praia por aqui só a boa Ramos e o Balneário Eduardo Paes em Madureira..... O resto: piscina Toni, chuveirão e outras malandragens do pós-tijuquistão Mas o bagulho aqui nem é praia, é os pilotos dos busão e o modo verão ativado Primeiro: óculos de sol é peça obrigatória! Os coroas lança os “Raibans”; os mais modernos no estilo Salgadinho do Katinguelê - ou no rosto ou na cabeça. Pronto pro trampo ou para cantar: “Inara, Inara, inaraí,... Inara, Inara, inaraí”.... (Tu fez a dancinha que eu sei, eu sei que fez!) Segundo: camisa é quase colete.. os 3-4 primeiros botões abertos.... A calça puxada até os joelhos... pelo menos E num reclama não! Se houvesse justiça nessa

porra, o uniforme dos pilotos era bermuda Cyticol e camiseta furadinha do calçadão de Bangu. Terceiro: pelo menos meia viagem é esquema dois pra um. Já te explico: 2 passageiros pro patrão e um pro piloto. É jovem o bagulho é louco e água num é de graça, fora aquele salve pro latão de descarrego quando levar o carro pra Garagem... Cês tão ciente, né? Sempre perto de uma garagem de busão tem uma boquinha de álcool. Lugar humilde com a simples missão de aliviar os “Pedro's & Bino's” da Cidade. E num faz beicinho, dizendo: “Ain, mas eu num sou carga” Caralho! A missão do piloto é levar o carro até o ponto final, a sua é se segurar! Tá ciente? Na disposição de cada a segurança de todos! (Esse é lema secreto dos pilotos & de todo Subúrbio) Pro piloto só tem dois sujeitos: passageiros e cliente.... A cliente é a donzela que vai ali no capô trocando aquela resenha com o piloto.... Já passageiro.... Os demais... Quer amor? Anda de Uber Black mermão! Mas verão, sol, temperatura de Bangu em cada busão.... As Suburbanetes Clientes, tudo some e os parça fica na solidão. Porquê ali no capô é uma brasa pra cada um! Aliás: já está na hora de alguém falar da solidão do piloto sem as clientes. #ficaadica E sem o velho parça - "trocador" Então jogador se liga na ideia, ali duladinho do motor, é tipo rolézinho no inferno ao som de Jorge Vercilo - uma merda! Fortalece o motor, mandou subir por trás, dá o tapa e pede aquele desconto na passagem, pra firmar na água e na contribuição do latão de cada dia. Não banca o comentarista de moda, reclamando que o piloto tá de camisa aberta. Se tiver fodaci.... A função dele é dirigir, quer elegância pega um helicóptero... O decreto tá dado e no calor cada um precisa se virar... (#CrônicasSuburbanas)

A seguir segue o sambe de Luizinho Toblow, mais irreverência impossível:

Tem sempre tudo no trem que sai lá da central

Baralho, sorvete de coco, corda pro seu varal

Tem canivete, benjamim, tem cotonete, amendoim

Sonho de valsa... e biscoito integral

Tem sempre tudo no trem que sai lá da central

Chiclete, picolé do China e guaraná natural

Tem agulheiro, paliteiro, desodorante, brigadeiro

E um bom calmante quando a gente passa mal

E quem quiser pode comprar

O shopping móvel é isso aí

É promoção desde a Central a Japeri

E quem quiser pode comprar

Um bom pedaço de cuscuz

E mastigar desde a Central a Santa Cruz

CD pirata do Frank Sinatra a Zeca

Pagodinho

E até aquele veneno pra rato chamado chumbinho

Bala de coco, pirulito, suco de frutas no palito

Cuscuz, cocada... pasteizinhos de palmito

Despertador, rádio de pilha

Ventilador e sapatilha

Até peruca é possível se encontrar

O pagamento é no cartão, vale-transporte ou refeição

Qualquer pessoa jamais fica sem comprar

E, rindo da própria má sorte, o suburbano segue transformando o preconceito e o estigma contra ele, em chacota e divertimento, e devolvendo em ironia para os seus detratores. “Não é tão mole andar de Pingente no trem”⁸⁵.

⁸⁵ Samba enredo da Escola de Samba Em Cima da Hora de 1984, no enredo “Destino D. Pedro II”. Autores Guar e Jorginho das Rosas.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A conclusão desse trabalho de pesquisa coincide (será) com uma das datas mais importantes do nosso calendário cultural. O carnaval: Que deu os seus primeiros passos, tal como o conhecemos hoje, ainda em meados do século XIX, nos arredores da Praça Onze. Transformou-se, virou uma das engrenagens da indústria cultural, mas teve um crescimento de resistência e afirmação muito semelhante aos subúrbios. Cresceu formando e influenciando, se hibridizando num processo de trocas. Tão grande, que até ícones de formação clássica foram beber nessa fonte, como o maestro Villa Lobos e Tom Jobim. Cartola, Bide e Marçal, os Nelsons (Cavaquinho e Sargento), Silas de Oliveira, Dona Ivone Lara, Bacalhau, Casquinha, Paulo da Portela, Candeia, Zuzuca, Wilson Batista, Geraldo Pereira, Martinho da Vila e muitos outros, contribuíram para o carioca se orgulhar de ser quem é e para a construção da nossa singularidade. (CABRAL 1996).

Essa superação, da perseguição policial, do estigma social, me fez pensar no conceito de estigma de Goffman (1963) para analisar o desenvolvimento das regiões dos subúrbios, como elas foram resistindo ao estigma de que eram regiões habitadas pelos “infames”⁸⁶ (Silva/2015). É essa população que, com o processo de urbanização na região dos Mangais de São Diogo, vê a comodidade de morar perto do Centro, próximo ao local de trabalho, ficar mais distante, sendo empurrada pouco a pouco num primeiro processo de gentrificação⁸⁷ da Cidade do Rio de Janeiro. Processo esse que se evoluiu com as obras de construção da Avenida Presidente Vargas, urbanização da Praça Onze de Junho e com as inúmeras companhias sanitaristas e os projetos de modernizações urbanísticas na região Central da Cidade.

Essa ação deixa evidente uma disputa desigual entre sociedade e poder constituído, onde as forças do capital sempre levam vantagem sobre o cidadão (Santos/2017). Na Cidade do Rio de Janeiro, esse estigma impulsionou a construção de uma sociedade suburbana estruturada em múltiplas territorialidades (Saquet/2015), vítima do esvaziamento econômico, da perda do protagonismo político, com a transferência da capital para Brasília e do “Chaguismo”⁸⁸ (DINIZ, 2016).

Esse preâmbulo serve como reflexão para que eu possa emitir uma crença e uma percepção. A crença é que todo o processo de luta não tenha sido em vão, que essa formidável construção cultural de mais de dois séculos, iniciada por esse agrupamento humano de excluídos (primeiramente na Pequena África), continue a prosperar. E a percepção é que, por mais que o poder do capital continue a fazer das populações marginalizadas suas principais vítimas, o samba de Nelson Sargento (compositor

⁸⁶ Como eram conhecidos os negros, ciganos e judeus, que, junto às prostitutas, punquistas e malandros compunham as populações indesejadas na Cidade Nova do século XVII

⁸⁷ Processo de transformação na estrutura urbana, que envolve a remoção da população originária do território, abrindo espaço para a atuação do mercado, garantindo a aplicação do excedente de capital.

⁸⁸ Movimento inserido no Rio, sob a inspiração do Governador de São Paulo Adhemar de Barros e que introduz na política carioca elementos populistas de caráter não republicanos, que vigorou do fim dos anos 50 até o processo de redemocratização e que deixou suas marcas na atuação política no subúrbio até os dias atuais.

Mangueirense), “Encanto da Paisagem”, que denuncia o destino de crianças e jovens, negros e pobres nos morros, seja apenas fruto da capacidade criativa do poeta e não mais da realidade concreta.

Morro és o encanto da paisagem
Suntuoso personagem
De rudimentar beleza
Morro, progresso lento e primário
És imponente no cenário
Inspiração da natureza

Na topografia da cidade
Com toda simplicidade
És chamado de elevação
Vielas, becos e buracos
Choupanas, tendinhas, barracos
Sem discriminação

Morro, pés descalços na ladeira
Lata d’água na cabeça
Vida rude alvissareira
Crianças sem futuro e sem escola
Se não der sorte na bola
Vai sofrer a vida inteira

Morro, o teu samba foi minado
Ficou tão sofisticado, já não é tradicional
Morro, és lindo quando o sol desponta
E as mazelas vão por conta do desajuste social

Pois, a convivência num mesmo território de múltiplas expressões culturais durante décadas, o advento das mais modernas técnicas de comunicação que criam novos canais de expressão, sem as amarras do mercado e o acesso de milhares de jovens da periferia aos programas oficiais de inclusão no mundo acadêmico, indica que estamos diante de um novo cenário. Onde, por mais que a indústria imobiliária altere a geografia do território, criando facilidades para a proliferação de uma cultura que valoriza a meritocracia individualista. Ainda assim, a cultura encontrará caminhos nas frestas e se manterá permeável às manifestações dos grupos com atuação identitária que são a chave para a identificação das redes de apoio, que possibilitaram o surgimento dos atuais coletivos de cultura no subúrbio da *zona da Leopoldina e que hoje atuam com muita competência na construção de uma cultura glocal e que se expressa com muito vigor, altivez e originalidade, mostrando que hoje, no subúrbio, as “Margens Falam”*.

Portanto, os destinos culturais na região estão entregues em boas mãos. Axé!

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IplanRio, 1997.**
- ANDRADE, C, F. **Rio de Janeiro: Urbanismo em Tempos de Retração:** Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), 2009.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D, M. **Algumas Reflexões Sobre o Papel do Estado na Produção Cultural Contemporânea** – In políticas Culturais no Brasil: Bahia, Editora da Universidade Federal da Bahia, 2007.
- AZEVEDO, A. N. **A reforma Pereira Passos:** uma tentativa de integração urbana In: revista Rio de Janeiro, nº 10, 2003.
- BARBALHO, A. **Cultura e Imprensa Alternativa:** Ceará, Editora UECE, 2000.
- BARBALHO, A. **Identidade e Diversidade sem Diferença:** In políticas Culturais no Brasil: Bahia, Editora da Universidade Federal da Bahia, 2007.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R.. **A Estabilidade inaceitável:** desigualdade e Pobreza no Brasil. IPEA, Textos para discussão n. 800, jun. 2001, 24p.
BRASIL; em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas; sumário analítico / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: IPEA, 2009.
- BRAGA, da CRUZ. M. **Teoria Sociológicas I** – Os Fundadores e os Clássicos – Antologia de Textos. Fundação Caluste Gulbenkian, 2004.
- BAUDELAIRE, C. **Sobre a modernidade. São Paulo:** Paz & Terra 1996. Poe, Edgar Allan. **O homem na multidão.** In: Contos. São Paulo: Cultrix, 1987.
- BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som.** Disponível em pdf.
- BAUMAN, Z. **Globalização: As Consequências Humanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BAUMAN, M. **Medo Líquido.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- BAUMAN, M. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BONDUKI, N. **Origens da Habitação Social no Brasil.** São Paulo, Editora ELB Estação, 2015.
- CALDEIRA, T. P. **Enclaves Fortificados:** a nova segregação urbana. Revista Novos Estudos, nº 47, Cebrap. São Paulo: 1997.
- CLADEIRA, T, P. **Cidade de Muros, Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34/ edUSP, 2011.
- CANCLINI, N. **Culturas híbridas, Estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo. Editora USP, 1990.

CANCLINI, N. El patrimonio cultural de México y la construcción imaginaria de lo nacional. In: FLORESCANO, E. (Coord.) **El patrimonio nacional de México**. México: FCE, CONACULTA, 1997. p. 57-86.

CAPARRÓS, M. **A Fome**. Ed. Bertrand Brasil, 2016.

Careta. Rio de Janeiro. 1915 – 1922, **Acervos Periódicos**, Fundação Biblioteca Nacional.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do trabalho. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia, o Discurso Competente e Outras Falas**: São Paulo, Cortez Editorial, 1989.

CHAUÍ, M. **Cidadania Cultural o Direito à Cultura**: São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COMPANS, R. O Paradigma das Globais Cities nas Estratégias de Desenvolvimento Local. Campinas: **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, 1999.

DRAIBE, S. M.; RIESCO, M. **Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina**: um novo desenvolvimentismo em gestação. **Sociologias**, vol.13, nº 27, p.220-254. 2011.

DUARTE, Cristóvão Fernandes. **Forma e movimento**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Ed. PROURB, 2006.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 17. ed. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

FERNANDES, N. da N. **O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio**: Rio de Janeiro (1858-1945). Editora: Apicuri, 2011.

FERNANDES, N. da N.; OLIVEIRA, M. **P.150 Anos de Subúrbio Carioca**: Faperj, Editora UFF, Niterói, 2008.

FERREIRA SANTOS, C. N. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GAFFNEY, C. **Forjando os Anéis**: a paisagem imobiliária pré-olímpica no Rio de Janeiro. Revista Eletrônica Metrópolis nº 15. UFRJ.

GOFMAN, E. **Estigma**: Notas Sobre a Manipulação da identidade Deteriorada: Rio de Janeiro, LTC, 1988.

- GOMES, L. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. Editora Planeta do Brasil, São Paulo, 2007.
- HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as crises do Capitalismo**: São Paulo, Editora Boi Tempo, 2011.
- HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**: crise e reabilitação de espaços urbanos. Annablume, São Paulo, 2005.
- HOBBSBAWN, E; RANGER, T. **A Invenção das Tradições**: Paz e Terra, São Paulo, 1983.
- LEITE, M, P. Da “Metáfora da Guerra” ao Projeto de “Pacificação”: favelas e políticas segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, V6, nº 2, Rio de Janeiro, 2012.
- MACHADO DA SILVA, L. A. Quarenta anos de sociologia das Classes Populares, In: CARNEIRO, S. S.; SANT’ANNA, M. J. G. (org.). **Cidade**: olhares e trajetórias. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- MARICATO, E. **Habitação e Cidade**: São Paulo, Editora Atual, 1986.
- MARX, K. O Processo de Produção do Capital, In: **O Capital**: crítica da Economia Política. Editora Boi Tempo, São Paulo, 2013.
- MERCADANTE, A; ZERO, M. Governos do **PT**: Um legado para o Futuro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2018.
- PATRIOTA, C D M. **Vivendo Entre Muros**: O Sonho da Aldeia In: VELHO, G; KUSCHNIR, K. Pesquisas Urbanas. Desafios do Trabalho Antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- PERLMAN, J, E. **O Mito da Marginalidade, Favelas e Política no Rio de Janeiro**: Editora Paz & Terra, São Paulo, 1976.
- RIO, J. D. **A Alma Encantadora das Ruas**. **Belo Horizonte**: Martin Claret, 2005.
- RODRIGUES. Antônio Edmilson M. **História da Urbanização no Rio de Janeiro -2009**
- RUBIM, A, A, C. Tristes Tradições Enormes Desafios In **Políticas Culturais no Brasil**: Bahia, Editora da Universidade Federal da Bahia, 2007.
- RUBIM, A, A, C. **Cultura e Políticas Culturais**. Rio de Janeiro, Azougue Editorial, 2011.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção – São Paulo, Editora USP, 1997.
- SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização, do Pensamento Único à Consciência Universal**: Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- SASSEN, S. **Expulsões** – brutalidade e complexidade na economia global: Rio de Janeiro / São Paulo: Paz & Terra, 2016.

SCHELLING, F. W. **A essência da liberdade humana** – Investigações filosóficas sobre a essência da liberdade humana e das questões conexas. Petrópolis: Vozes, 1991.

SILVA, B. C. **Negros e Judeus na Praça Onze**. A história que não ficou na memória. Rio de Janeiro: Bookstart, 2015.

SIMMEL, G. **El Pobre**: Ediciones Sequitur, Madrid, 2014.

SIMÕES, S. S. Ser, Estar e Escrever – Traçar uma Linha – O papel do Etnógrafo e da Etnografia das Margens – Campos dos Goytacazes: **Seminário CCH/ UENF**, 2015.

SOUZA, R. R. **Etnografia de um churrasco de Esquina no Subúrbio Carioca**. Rio de Janeiro: Bruxedo, 2009.

SOUZA, J. **A Elite do Atraso** – Da Escravidão à Lava Jato – Rio de Janeiro: Leya, 2017.

WHYTE, W. F. **Treinando a observação participante**. In: ZALUAR, A. (Org.). Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

VAINER, C. **Cidades de Exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Anpur(UFRJ), 2011.

VALLADARES, L. D. P. **A Gênese da Favela Carioca**: a produção anterior às ciências sociais. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15 nº 44, 1994.

VALLADARES, L. D. P. **A Invenção da Favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro FGV, 2011.

VILHENA, B.; CASTRO, M. B. **Vidas e Obras Estácio, Cidade Nova e São Carlos**. Rio de Janeiro: Regata Produções, 2013.

ZALUAR, A.; ALVITO, M. (orgs.) **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

YOUTUBE, Conversa com Luiz Antônio Simas sobre o bairro do Estácio na Casa Comum. **Casa Comum**. Publicado em 11 de jul. de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v:Rg0W27phAas>>. Acesso em 22 abr. 2018.

ANEXOS I

Entrudos

Entrudos eram bonecos grandes de madeira e tecido. Esses elementos, trazidos pelos portugueses pelo século XVI, deram nome ao folguedo, que se iniciou como um conjunto de jogos e brincadeiras em tempos de carnaval. Havia o entrudo popular, uma guerra de água suja, urina, ovos e frutas podres, que acontecia em bairros populares com caráter bem desrespeitoso; também havia o entrudo familiar, das famílias dos centros urbanos, onde ocorriam guerras de limões, com o intuito de socialização. Pensando bem, o povão sempre leva a fama de selvagem. Embora ainda haja, muito raro, a tradição do entrudo chegou a ser proibida, na sua forma popular. Mas ainda existe, com muito menos força e em locais isolados.

Foi substituído pelos bailes de máscaras, óperas e teatro com influência em cidades, formalmente conhecidas como sofisticadas, como Veneza e Paris. O carnaval da elite se modificou ao passo que o popular fora proibido, nesses moldes. O interessante é que máscaras, para os escravos, eram proibidas no carnaval, mas a segurança pública era ostensiva, a fim de garantir a folia da elite nas ruas, coisa que não o faziam, pois o carnaval popular era tido pela classe dominante como selvageria e imoralidade. Ficavam no salão ou iam com a promessa do governo de ‘ambiente familiar’. Não é de hoje que só as máscaras da elite são permitidas, por segurança.

Ranchos

Ranchos era um tipo de folguedo originário da Bahia e que saía no período entre o Natal e a Folia de Reis (tipo, o período pra se deixar a decoração de natal armada, rá!). Trazia uma estrutura musical com sopros, percussão, apresentavam um lundu sapateado. Também trazia balizas e os contornos iniciais de mestre-sala e porta-estandarte (que recolhiam doações pelas casas por onde passavam). Isso, no início.

Depois que Hilário Jovino, em 1872, transferiu seu rancho, Rei de Ouros, para sair no carnaval, os ranchos passaram a ser associados à festa de Momo e foram descritos como óperas populares. Ô Abre Alas é o mais famoso exemplo de marcha-rancho, típico ritmo que embalava os foliões. Diz-se que os casais de mestre-sala e porta-bandeira começaram ali a

defender seus pavilhões. Inclusive, o mestre-sala chegava a portar uma navalha para que sua bandeira não fosse roubada por um rancho rival.

Ranchos foram base para as atuais escolas de samba, por exemplo. A famosa primeira escola de samba Deixa Falar, nunca foi escola, e sim, rancho. Escola era apenas uma conceituação cultural. Só depois disso se transformou nas agremiações que conhecemos.

Sociedades

Sociedades ou clubes carnavalescos eram o carnaval da elite, que importavam os bailes de máscaras e bailes à fantasia da Europa. Foliões de elite também saiam às ruas em suas carruagens bem enfeitadas e disputavam guerras com limões de cheiro, confetes e serpentinas. Era a maneira de a elite curtir o carnaval, mas sem se misturar com o carnaval popular, sempre tido por eles como agressivos, selvagens, e tudo mais relacionado ao conceito etnocêntrico de primitivo/sofisticado.

Podemos notar que tão simples quanto separar as origens populares e elitistas dessas manifestações em apenas dois pontos de partida, é a prática delas – na medida do possível, dada a pesquisa “por alto”. Digo, tantos nomes diferentes e, no fim das contas, são duas manifestações básicas que foram se influenciando, o resto é necessidade de se rotular as coisas, pois, é só reparar bem: se a origem é de classe média/alta, tanto faz. Entrudos familiares, sociedades ou corsos, são a mesma manifestação de gente abastada. Já, quando se fala em origem negra e pobre, ranchos, blocos e cordões estão lá, no imaginário popular. E há o momento em que começaram a se modificar em características do outro até que nada disso mais pode ter um nome hoje, chamam de bloco e pronto.

Fonte: Fernando Sagatiba/Raiz do samba em foco.

ANEXO II**Letra: Baião na Penha**

Demonstrando a minha fé
Vou subir a Penha a pé
Pra fazer minha oração
Vou pedir à padroeira
Numa prece verdadeira
Que proteja o meu baião
Penha! Penha!
Eu vim aqui me ajoelhar
Venha, venha,
Trazer paz para o meu lar.
Nossa Senhora da Penha
Minha voz talvez não tenha
O poder de te exaltar
Mas de bênção padroeira
Pressa gente brasileira

Compositores: Guio de Moraes / David Nasser

ANEXO III**Letra: Escadas da Penha**

Nas escadas da Penha. Penou
No cotoco da vela. Velou
A doideira da chama. Chamou
O seu anjo-de-guarda. Guardou
O remorso num canto. Cantou
A mentira da nêga. Negou
O ciúme que mata. Matou
O amigo da ala. Tá lá
Tá lá o valete no meio das cartas,
No jogo dos búzios, tá lá
No risco da pomba,
No giro da pomba,
No som do atabaque, tá lá
E tá no cigarro, no copo de cana, na roda de samba, tá lá
Nos olhos da nega, na faca do crime, no caco do espelho,
no gol do seu time...
Tá lá o amigo de ala
O amigo de ala. Matou
O ciúme que mata. Negou
A mentira da nêga. Cantou
O remorso num canto. Guardou
O seu anjo-de-guarda. Chamou
A doideira da chama. Velou
No cotoco da vela. Penou
Nas escadas da Penha...

Compositores: Aldir Blanc Mendes / Joao Bosco de Freitas Mucci

ANEXO IV**Letra: Festa da Penha**

Uma camisa e um terno usado
Alguém me empresta
Hoje é domingo
E, eu preciso ir à festa
Não brincarei
Quero fazer uma oração
Pedir à santa padroeira proteção
Entre os amigos
Encontrarei algum que tenha
Hoje é domingo
E, eu preciso ir à Penha
Levarei dinheiro pra comprar
Velas de cera
Quero levar flores
Para a santa padroeira
Só não subirei
A escadaria ajoelhado
Pra não estragar
O terno que foi emprestado

Compositor: Cartola

Fonte: www.lettras.mus.br

ANEXO V**Letra: A Padroeira**

Que santa é aquela Que fica no alto da pedra
Que santa é aquela Que fica no alto da pedra
Tem a capela, é lindo o visual
Tem a capela, é lindo o visual
Mas quem tem fé, sobe na igreja
Por mais alto que seja
De joelho ou de pé
Mas quem tem fé, sobe na igreja, por mais alto que seja
De joelho ou de pé

Santa Penha padroeira
No alto da pedreira
Santa Penha padroeira
No alto da pedreira

Santa Penha padroeira
Em cima da pedreira, nos abençoando
O povo subindo, pagando promessa
Lá no alto da colina
Ilumina o subúrbio da Leopoldina
Ilumina o subúrbio da Leopoldina

Ricardo Rachado e Vaguinho
Fonte: www.vagalume.com.br

ANEXO VI

Guerra de Canudos

Em 1890, pouco tempo após a Proclamação da República, a fazenda Canudos, da família de Garcia d'Ávila, foi abandonada. Ficava no Sertão Baiano, às margens do rio Vaza-Barris, próximo a Monte Santo, a 410 km de Salvador. O nome Canudos deriva de uma planta local, com haste oca. Muitos anos antes, em 1861, Antônio Vicente Mendes Maciel, um professor primário e advogado prático, passou a vagar pelos sertões, após ser abandonado pela esposa. Tornou-se conhecido como Antônio Conselheiro, por causa de suas pregações.

Muitos pobres, flagelados da seca e ex-escravos passaram a segui-lo. Alguns diziam que ele fazia milagres. Peregrinava pelo sertão com seus seguidores, restaurando capelas, cemitérios e divergindo dos republicanos e dos padres. Acreditava que a Igreja Católica servia aos ricos. Sua aparência despojada e maltratada contribuía para que muitos o repudiassem. Em 1876, foi preso e solto após constatarem sua inocência.

Em 1893, Conselheiro e seus seguidores foram atacados pela polícia, devido a pregações contra a cobrança de impostos. Houve mortes dos dois lados. No mesmo ano, esses peregrinos fundaram um arraial na fazenda Canudos, chamado Belo Monte. Com o tempo, milhares de sertanejos estabeleceram-se no arraial do novo "messias", chegando a ter cerca de 25 mil habitantes, segundo algumas estimativas. Lá, todos tinham abrigo, alimento, trabalhavam e contribuía para a comunidade. Seus habitantes acreditavam estar em um lugar santo.

Antônio Conselheiro não reconhecia o novo Governo da República e pregava o fim do mundo para breve (o conceito de Juízo Final ainda é comum entre os evangélicos). Essa comunidade religiosa, que apenas desejava viver de acordo com suas crenças e recursos próprios, não tinha a simpatia da Igreja Católica, nem de parte da imprensa. Muito menos dos governantes.

Cesar Zama, observou em artigo de 1899: *Ninguém ignora que gênero de vida levavam os canudenses: plantavam, colhiam, criavam, edificavam e rezavam. Rudes, ignorantes, fanáticos talvez pelo seu chefe, que reputavam santo, não se preocupavam absolutamente de política.*

Canudos não era um "arraial desgraçado" como entendido por muitos historiadores, que tiram conclusões com base no "míope" Euclides da Cunha e em fotos da Canudos arrasada pela guerra. Canudos era, na verdade, uma próspera e organizada comunidade

igualitária. Eram pobres sim, mas não buscavam riqueza, apenas uma "vida de Deus". Na Bahia, sua população era superada apenas pela da Capital. Criavam gado, vendiam couro, tinham fábrica de rapadura, plantavam frutas e legumes. Todos contribuía, todos usufruíam.

Em 1896, o Exército foi chamado para dissolver a comunidade. Conselheiro só atacou em defesa de seu povo. As forças republicanas subestimaram o poder de resistência de Canudos, a perspicácia e determinação de seus guerrilheiros. Os militares foram derrotados nas três primeiras tentativas. A primeira expedição militar foi surpreendida e derrotada em Uauá, em novembro de 1896. A segunda foi derrotada em Tabuleirinho, em janeiro de 1897.

Para a terceira expedição, foi nomeado o paulista Moreira César, tenente-coronel de infantaria, conhecido como o *Corta-Cabeças*, pois o Exército não queria ser humilhado novamente. O coronel foi abatido pelos guerrilheiros logo no primeiro dia de combate e sua tropa debandou, com muitas baixas.

Em abril de 1897, organizou-se a quarta expedição. Dessa vez, o Exército enviou dois generais, que cercaram Canudos. Em setembro, Conselheiro morreu, possivelmente de doença, talvez de ferimentos. No início de outubro, Canudos foi cruelmente dizimada. Estima-se que morreram cerca de 15 a 25 mil pessoas na Guerra de Canudos. Mas esses números são bastante imprecisos.

Antônio Conselheiro era um homem culto (como mostrou o escritor carioca Roberto Vertura) e fervorosamente místico. Importava-se com a injustiça social e buscava contribuir para reduzi-la. Suas palavras refletiam seu ódio contra aqueles que se aproveitavam da fragilidade dos desfavorecidos. Durante a guerra, o engenheiro espanhol *Morales de los Rios*, que fazia estudos para uma estrada de ferro, foi feito prisioneiro em Canudos por alguns dias pelos seguidores de Antônio Conselheiro. Nesse tempo, ele fez alguns desenhos e aquarelas do arraial e ganhou o apreço do pessoal, sendo libertado. Dois desses desenhos foram doados ao Museu Histórico Nacional.

Para se entender Canudos é preciso voltar no tempo. Os valores de então eram diferentes e a desigualdade, gritante. O Sertão Nordeste era uma região inóspita, dominada por cangaceiros e coronéis de branco. Seus conflitos reais superavam as ficções dos filmes de *Western*.

ANEXO VII

Revolta da Chibata

A Revolta da Chibata ocorreu durante o governo de Hermes da Fonseca, em 1910. Foi um levante de cunho social, realizado em subdivisões da Marinha, sediadas no Rio de Janeiro. O objetivo era por fim às punições físicas a que eram submetidos os marinheiros, como as chicotadas, o uso da santa-luzia e o aprisionamento em celas destinadas ao isolamento. Os marinheiros requeriam também uma alimentação mais saudável e que fosse colocada em prática a lei de reajuste de seus honorários, já votada pelo Congresso. De todos os pedidos requeridos, o que mais afligia os marujos eram os constantes castigos a que eram sujeitos. Esta situação revoltou os marinheiros, que eram obrigados, por seus comandantes a assistir a todas as punições aplicadas, para que elas servissem de exemplo. Os soldados se juntavam e, ao estampido de tambores, traziam o rebelado despido na parte de cima e com as mãos atadas, iniciando o castigo.

A sublevação deu-se quando um marinheiro de nome Marcelino Rodrigues levou 250 chicotadas por ter machucado um companheiro da Marinha no interior do navio de guerra denominado Minas Gerais, que se encontrava a caminho do Rio de Janeiro. Os rebeldes assassinaram o capitão do navio e mais três militares. Enquanto isso, na Baía de Guanabara, os insurgentes conseguiram a adesão dos marujos da nau São Paulo.

O condutor da insurreição, João Cândido – o célebre Almirante Negro –, foi o responsável por escrever a missiva com as solicitações exigidas para o fim da revolta. O presidente Hermes da Fonseca percebeu que não se tratava de um blefe e decidiu ceder diante do ultimato dos insurgentes. Os marinheiros confiaram no presidente, entregaram as armas e os navios rebeldes. Mas com o término do conflito, o governante não cumpriu com a sua palavra e baniu alguns marinheiros que haviam feito parte do motim. Os marinheiros não se omitiram diante deste fato, estourando outro levante na Ilha das Cobras, o qual foi severamente abafado pelas tropas do Governo. Muitos marujos morreram, outros tantos foram banidos da Marinha. Quanto a João Cândido, foi aprisionado e atirado em um calabouço na Ilha das Cobras. Quando se livrou da prisão, encontrava-se emocionalmente amargurado, considerado até mesmo meio alucinado. Em 1912, ele foi julgado e considerado inocente. Historicamente ficou conhecido como o Almirante Negro, aquele que aboliu o uso da chibata na Marinha brasileira.

ANEXO VIII

A Revolta da Vacina

A Revolta da Vacina está inserida nas Revoltas Populares da República Oligárquica (1894-1930), das quais também fazem parte a Revolta da Chibata e a Revolta de Juazeiro, e consistiu em um levante popular contra a campanha de vacinação pública, tendo durado de 10 a 16 de novembro de 1904. A campanha de vacinação foi pensada e articulada pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz e tinha como alvo, a varíola. Ao contrário de outras doenças que acometiam a população do Rio de Janeiro e de outras cidades brasileiras, como a febre amarela, a varíola não pôde ser erradicada por métodos higienistas, como a limpeza e a reforma urbana, o cuidado com a ingestão de alimentos e o extermínio de agentes transmissores, como os mosquitos.

A solução proposta por Cruz e pelos políticos que o apoiavam, como o Prefeito do Rio, Pereira Passos, o Presidente da República, Rodrigues Alves, e o senador da república, Manuel Duarte, era a vacinação obrigatória. No ano anterior, 1903, Pereira Passos já havia aplicado à capital federal uma reforma urbana de proporções grandiosas, em grande parte guiada por preceitos sanitaristas e higienistas, que gerou enorme tensão social, haja vista que muitos casebres instalados no centro da cidade tiveram que ser destruídos, e seus moradores tiveram que evacuar para os morros adjacentes da cidade.

Em 1904, Manuel Duarte apresentou um projeto de lei para tornar obrigatória a vacina contra a varíola (medida que já vigorava em outros países, como a Alemanha). Alguns dos principais jornais da época, como o *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Comércio*, estavam a favor da medida, enquanto o *Correio da Manhã*, que se opunha ao governo de Rodrigues Alves, mostrava-se ferrenhamente crítico à proposta.

A discussão sobre a vacinação repercutiu em vários campos da sociedade. Até mesmo intelectuais ligados às Igrejas Positivistas, como Raimundo Teixeira Mendes, envolveram-se nessas discussões. Teixeira Mendes publicou, em 1908, cinco ferrenhos artigos no *Jornal do Comércio* intitulados: “*A política republicana e a tirania vacinista*”, “*Ainda a vacinação obrigatória*”, “*Em defesa da sociedade, e especialmente em defesa do culto aos mortos, contra o despotismo sanitário*”. Todos se apoiavam nas pesquisas do bacteriologista francês Antoine Béchamp, professor de química e farmácia.

As teorias de Béchamp versavam sobre microbiologia e agentes causadores de doenças. Entretanto, a ciência da época não endossou as pesquisas desse cientista, preferindo as de Pasteur, o famoso higienista do qual Oswaldo Cruz era, em dada medida, discípulo. Muitos daqueles que eram contrários à vacinação também a criticavam argumentando que muitos dos vacinados faleceram após as injeções dos profiláticos.

Apesar dos levantes populares, a campanha prosseguiu nos anos posteriores e o discurso da medicina sanitarista afirmou-se nas outras décadas também.

Fonte: Cláudio Fernandes / Brasil Escola. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/revolta-vacina.htm>.

ANEXO IX

A Repressão a Capoeira

Pressões internacionais pelo fim da escravidão no Brasil, vindas principalmente da Europa, e articulações internas de natureza política, religiosa, econômica e social, precipitaram os acontecimentos, e, em 1888, a Princesa Imperial do Brasil, Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon, ou simplesmente princesa Isabel, assinou a Lei Áurea; oficializava-se o início da Abolição da Escravatura Negra no Brasil.

Mas os problemas dos negros não terminam com a assinatura da Lei Áurea. A falta de oportunidades de trabalho, o difícil acesso à moradia, à saúde e à educação, e mesmo a exploração sobre os que conseguiam alguma forma de emprego, continuaram existindo e marcam a história do Brasil até os dias de hoje.

Os capoeiristas, após a abolição, encontraram na capoeira seu meio de sustento e instrumento de educação dos seus filhos e apadrinhados. Faziam assim exposições públicas, participavam de apostas e desafios nos quais sempre se podia ganhar algum dinheiro. Continuou também como uma arma de defesa de uma camada social explorada e discriminada.

Por outro lado, foi difícil impedir o surgimento de grupos que colocavam a capoeira a serviço de grupos inescrupulosos, que sabiam muito bem usar o povo contra o próprio povo. As "malts" menos esclarecidas acabaram sendo instrumento de manobra para perseguições e crimes de toda natureza.

A capoeira, perseguida a ferro e fogo, agora era com leis que tentavam dar-lhe um fim. O Código Penal de 1890, instituído durante o governo do 1º Presidente do Brasil, o Marechal de Exército Deodoro da Fonseca, que proibia a prática da capoeira em todo o território nacional. A proibição por lei vigorou de 1890 a 1937.

O código foi reforçado com decretos que especificavam penas pesadas contra capoeiristas, ainda que eles a praticasse visando dar um sentido real de liberdade.

E foi em nome da liberdade – agora não somente para o negro, mas para toda pessoa que pratique a capoeira no Brasil – que a luta continuou. E, mesmo sob repressão, a capoeira não foi extinta.

Nos terreiros, nos quintais, no mato, ela continuou sendo transmitida de geração a geração, foi aperfeiçoada, capaz de dotar o corpo humano de condições necessárias para

diversos tipos de enfrentamento. Sobreviveu e passou para a história como instrumento de afirmação cultural, mas também de defesa do trabalhador, de combate às autoridades corruptas, de proteção à mulher e à criança, da sanha de ladrões e exploradores.

Em 1932, no governo do então presidente da República Getúlio Dorneles Vargas, a capoeira deixou de ser proibida no Brasil, sob a condição de que a sua prática fosse apenas considerada como folguedo, como folclore, que perdesse, assim, sua condição de cultura popular aberta a todo o povo.

Foi a partir da sua liberação oficial, que a história de capoeira sofre uma profunda transformação no Brasil. Continuou sendo praticada nas suas origens, ainda com o nome de capoeira de Angola, mas adotava outras formas e outros costumes que visavam atender a interesses regionais de natureza econômica, política e social.

Um nome dedicou a vida toda pela preservação da capoeira como cultura popular, como herança histórica. Foi Vicente Ferreira Pastinha, conhecido como mestre Pastinha. Para ele, a capoeira era muito mais que uma luta, que um esporte, era uma filosofia de vida.

Fonte: <https://sigajc-com1.webnode.com/products/a-historia-da-capoeira-no-brasil/>

ANEXO X

A Repressão ao Samba

Nas primeiras décadas do século passado, o simples ato de caminhar pelas ruas carregando instrumento musical poderia levar uma pessoa para a cadeia – sobretudo se o indivíduo fosse negro e se vestisse como sambista ou como “capoeira”. Apesar de a legislação não detalhar as tipificações penais, a detenção pela polícia geralmente atingia grupos bem determinados, majoritariamente negros, sambistas, praticantes de capoeira e adeptos de religiões afro-brasileiras.

Essa é a premissa geral da pesquisa de doutorado do advogado Reinaldo de Almeida Júnior, que será desenvolvida junto à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). “Na verdade, não havia na legislação da época tipos específicos, nem existe hoje. O Direito Penal utiliza uma norma de criminalização primária, mais geral. A forma como esses tipos penais serão utilizados na criminalização secundária, por exemplo, na seleção policial, pode ser completamente diferente. No caso dos sambistas, era muito usada a tipificação de vadiagem criada no Código Penal de 1890, que existe ainda hoje com outra descrição, não mais como crime e sim como contravenção penal”, explica Reinaldo.

A pesquisa vai investigar aspectos da legislação penal e sua relação com o samba e outros elementos da cultura e das religiões afro-brasileiras, da primeira metade do Século 20 até os dias atuais, mostrando as permanências e rupturas do Direito Penal nesse período. “Além do valor histórico, que é importante, o estudo também pretende estabelecer relações com a atualidade.

Atualmente, a perseguição ao funk e às religiões afro-brasileiras, a truculência policial nesses casos, tudo isso são mostras da permanência dessa repressão dirigida. A criminalização pela polícia segue dados objetivos. Permanece, até hoje, a perseguição a determinados grupos sociais”. O Direito Penal, em geral, é racista e classista”, afirma.

Muitas vezes, a perseguição tinha também cunho ideológico. “Quem portava um instrumento musical ou fazia samba, podia ser enquadrado como vadio, porque a ideologia dominante na época era Varguista, voltada para a ética do trabalho. Os sambas sofriam uma espécie de patrulhamento, no sentido da não exaltação dessa figura do malandro que despreza o trabalho”, diz Reinaldo. Um exemplo é Bonde São Januário, de Wilson Batista, que teve a letra modificada por intervenção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo – a original falava que o bonde “leva mais um sócio otário /só eu não vou trabalhar”, foi

alterada para “leva mais um operário / sou eu que vou trabalhar”. Reinaldo cita outros casos, como Lenço no pescoço (Wilson Batista), que fala da figura do malandro-vadio; Delegado Chico Palha (Nilton Campolino e Tio Hélio), Olha o Padilha (Moreira da Silva, Bruno Gomes e Ferreira Gomes) e Batuque na cozinha (Martinho da Vila), em que se encontram trechos sobre a repressão por parte dos delegados de polícia; e também exemplos mais recentes, como Homenagem ao Malandro e A Volta do Malandro, ambas de Chico Buarque, e que mostram que hoje, o malandro é um personagem exaltado de maneira positiva. Aquela tal malandragem não existe mais, como atesta o próprio Chico.

A repressão ao samba e a outras manifestações culturais refletia também uma forma de controle do comportamento. “Se alguém jogava capoeira, era tido automaticamente como vadio. A própria vestimenta entrava na seleção policial, o tamanco, as calças folgadas, os cabelos diferentes. Há registros de delegados que eram bastante violentos e seletivos na perseguição aos sambistas, de quem raspavam a cabeça e mandavam trocar as roupas, no sentido de um controle ideológico da forma de vestir e agir”. Reinaldo defende que o processo de criminalização da figura do malandro carioca (que englobaria não apenas o samba, mas também outras manifestações a ele interligadas, como a capoeira e as religiões afro-brasileiras), foi muito específico e seletivo no período da República Velha, mas até hoje se verifica a permanência dessa criminalização seletiva.

Fonte: <http://www.oabrj.org.br/materia-tribuna-do-advogado/17720-Aquela-tal-malandragem-nao-existe-mais>

ANEXO XI

A Perseguição às religiões de matriz Africana

Sob a égide de confrarias e irmandades de negros “católicos”, protegidos pelo sincretismo com os santos da igreja, os primeiros terreiros foram aparecendo e se firmando. Na Igreja da Barroquinha, em Salvador, nasceu o Ilê Axé Airá Intilé, provavelmente no início dos anos 1800, do qual se originou o Ilê Iyá Nassô Oká, primeiro terreiro oficialmente registrado no Brasil.

Desse importante terreiro, saíram outras duas grandes casas: o Gantois, da célebre Mãe Menininha, e o Opô Afonjá, de Mãe Aninha e Mãe Senhora. O terreiro do Alaketu, de Mãe Olga, e a Casa de Oxumarê, de Mãe Cotinha de Ewá, também são casas centenárias e fundamentais na história de resistência e luta do candomblé.

Nesses terreiros, as famílias de santo criaram uma rede de proteção essencial para a preservação dos valores e tradições, costumes e fé desses povos, além de possibilitar a reconstrução de identidades e a manutenção da cultura, filosofia e visão de mundo africana, sem as quais o negro não teria sobrevivido à escravidão.

As religiões de matrizes africanas, em geral, e o candomblé, em particular, nunca viveram dias de paz e tranquilidade. Durante e depois da escravidão, a perseguição, tanto da sociedade quanto do Estado, foi implacável. Sobretudo nas primeiras décadas do século XX, com o claro projeto de exclusão da população negra, todos os traços culturais africanos foram duramente reprimidos, entre eles a capoeira, o samba e o candomblé, que sempre estiveram profundamente imbricados.

Os fatos romanceados por Jorge Amado em “Tenda dos Milagres” foram realmente vividos por negros e negras, não só na Bahia, mas em todas as regiões do país. Terreiros invadidos e saqueados, sacerdotes presos e torturados, objetos de culto apreendidos e destruídos. Anos e anos de luta até que o Estado assumisse a laicidade e implementasse em sua Carta Magna a liberdade religiosa. Na prática, a perseguição continuou e até os últimos anos da década de 1970 os terreiros da Bahia necessitavam de autorização da Delegacia de Jogos e Costumes para realizar seus rituais, correndo o risco de ser interrompidos pela polícia a qualquer momento.

As décadas de 1960 e 1970 marcam a expansão do candomblé baiano para estados do Sul e Sudeste, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro. Nessa época, o famoso pai de santo

Joãozinho da Gomeia implantava seu terreiro na Baixada Fluminense, onde atendia gente importante da sociedade carioca, incluídos artistas e políticos. Mãe Menininha era aclamada nos versos de Dorival Caymmi e nas vozes de Maria Bethânia e Gal Costa. Sua fama corria o mundo, e o mundo queria conhecer o Gantois. Mas a perseguição continuava.

A igreja católica se abria para o diálogo com as religiões afro-brasileiras. Contudo, o advento das igrejas evangélicas neopentecostais renovava a ideia de demonização dos orixás e das entidades da umbanda. Com a força da mídia, a perseguição ganha novos componentes. Jornais, revistas, livros, programas de televisão escolhem como alvo o candomblé e iniciam uma campanha de intolerância tão ou mais perigosa que a própria perseguição policial dos anos 1920.

Mesmo as garantias da Constituição de 1988 não foram suficientes para barrar ataques de toda ordem, alguns bem graves. Um deles levou à morte Mãe Gilda, uma sacerdotisa de Salvador, e, em sua homenagem, 21 de janeiro foi instituído como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.

A trajetória do negro no Brasil sempre foi de luta. Resistência, preservação e sobrevivência são conceitos indissociáveis na obra religiosa de matriz africana. Os terreiros devolveram ao negro a noção de família, possibilitaram a reconstrução de identidades e a manutenção de sua cultura.

O terreiro, o quilombo, a roda de capoeira e a escola de samba são, acima de tudo, estratégias de resistência. Lembremos os versos de Luiz Melodia: “Cantando samba a noite inteira, eu sou mais forte, eu sou mais gente, eu sou um rei”.

A cultura negra, da qual o candomblé e o samba são expressões máximas, tem sido nossa arma para lutar e sobreviver. Se a escravidão nos arrancou a realeza, o orixá nos devolveu.

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/dialogos-da-fe-2/candomble-religiao-de-resistencia/>

ANEXO XII

Museu da Maré

O Museu da Maré é um conjunto de ações voltadas para o registro, preservação e divulgação da história das comunidades da Maré, em seus diversos aspectos, sejam eles culturais, sociais ou econômicos. As ações propostas no Plano Museológico, contemplam o programa institucional de acervos, de exposição, educativo cultural, de pesquisa e de divulgação da iniciativa.

O Museu da Maré envolve vários núcleos de ação que têm como centro a exposição permanente, mas que se desdobram em outras ações como a organização de acervo documental; a realização de pesquisa em história oral; o desenvolvimento de atividades lúdicas e educativas, como o grupo de contadores de histórias; além da realização de outros eventos diversos como exposições itinerantes, seminários, oficinas e produção de material temático.

Os projetos desenvolvidos pelo programa visam favorecer a criação de canais que fortaleçam os vínculos comunitários entre os moradores, orientados principalmente pela identidade histórica e cultural

Uma Proposta Inovadora

O Museu da Maré, fundado no dia oito de maio de 2006, surgiu a partir do desejo dos moradores de terem o seu lugar de memória, um lugar de imersão no passado e de olhar para o futuro, na reflexão sobre as referências dessa comunidade, das suas condições e identidades, de sua diversidade cultural e territorial.

A intenção do Museu da Maré é romper com a tradição de que as experiências a serem lembradas e os lugares de memória a serem lembrados, são aqueles eleitos pela versão oficial, “vencedora”, da história e, por isso, uma versão que limita as representações da história e da memória de grandes parcelas da população. Por isso, o Museu da Maré, como uma iniciativa pioneira no cenário da cidade, se propõe a ampliar o conceito museológico, para que este não fique restrito aos grupos sociais mais intelectualizados e a espaços culturais ainda pouco acessíveis à população em geral. A favela é lugar de memória e, por isso, nada mais significativo do que se fazer uma leitura museográfica a partir de tal percepção.

Fonte: <http://www.museudamare.org.br/>

ANEXO XIII

Grupo Cultural Jongo da Serrinha

O Grupo Cultural Jongo da Serrinha é uma organização social, com cerca de 50 anos, criada no bairro de Madureira, Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro, que promove ações integradas entre cultura, arte, memória, desenvolvimento social, trabalho e renda. Há 13 anos se tornou oficialmente uma Associação Sem Fins Lucrativos e vem atuando em parceria com o poder público, privado e instituições internacionais para a promoção do jongo como patrimônio imaterial do Sudeste e seus desdobramentos sociais para desenvolvimento humano.

Sua principal missão institucional é preservar o jongo como Patrimônio Imaterial do Sudeste, *tombado* em 2005 pelo IPHAN, como o primeiro da região. Seguindo sua missão, desenvolve ações em dois grandes eixos: educação, através da Escola de Jongo, e Cultura, pelo grupo musical Jongo da Serrinha. Os programas de trabalho acontecem de forma integrada e complementar, e seus projetos estão ligados, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento local do Morro da Serrinha e à preservação da memória do Jongo.

O grupo Jongo da Serrinha foi criado por Mestre Darcy Monteiro e sua mãe, a famosa Vovó Maria Joana Rezadeira, no fim dos anos 60, para conter a extinção do jongo na cidade. Ambos criaram um grupo musical e transformaram a antiga dança de roda dos escravos, então praticada nos quintais da comunidade, num show que pudesse circular por diversas regiões. O Mestre Darcy do Jongo também quebrou “tabus” do jongo ensinado crianças a dançar e tocar, tradicionalmente permitido apenas aos mais velhos e incluiu instrumentos de harmonia na roda. Do convívio com crianças e jovens que participavam dos shows, houve um desejo do grupo de desenvolver um projeto socioeducativo e de formação profissional na comunidade que valorizasse a cultura tradicional local e criasse alternativas de trabalho e renda. Assim, foi fundada, em 2000, a Associação Grupo Cultural Jongo da Serrinha e, em 2001, o projeto Escola de Jongo (EJ) que, desde sua elaboração, obteve forte apoio de moradores, lideranças comunitárias, empresas, organizações da sociedade civil e órgãos governamentais.

Fonte: <http://jongodaserrinha.org/ong/>

ANEXO XIV

Escola de Música de Manguinhos

O Espaço Casa Viva, desde o seu início em 2003, trabalha com oficinas de música (percussão e cordas). Desta experiência, surgiu o Grupo Música na Calçada, composto por jovens moradores da comunidade de Manguinhos e alunos das oficinas do Casa Viva.

“Em 2006, percebemos que poderíamos ousar e constituir uma escola de música em Manguinhos competente na formação de referenciais e, por isto, idealizamos parcerias com a Fiocruz e a UFRJ, que daria o suporte pedagógico nas ações. Com muita alegria, iniciamos em novembro de 2007 com a parceria da Fiocruz e meses depois contamos com aprovação do projeto como Programa de Extensão da UFRJ”.

CURSOS

- Aulas de musicalização infantil e conjunto de flauta doce
- Análise da música na sociedade
- Oficinas por instrumentos: sax, guitarras, contrabaixo, violão, percussão, bateria e cavaquinho
- As aulas de percepção e teoria musical
- Oficina de construção de instrumento
- Teatro e movimento
- Canto Coral

Já contamos com diversas expressões musicais surgidas da escola: Coral de Música, Grupo R1.42, “Toada do Maranhão” – Oficina de Construção de instrumentos e outros. Estes grupos têm se apresentado nas atividades da Fiocruz, como: Fiocruz Pra Você, 52º Aniversário da Ensp, Festival de Música promovido pelo COEP no Centro Cultural do Banco do Brasil e no Seminário Internacional de Educação em Distância no Centro de Convenções Sul América.

Fonte: <http://redeccap.org.br/blogcasaviva/escola-de-musica-de-manguinhos/>

ANEXO XV

Orquestra Maré do Amanhã

Dezesseis de janeiro de 1999, um carro azul com marcas de sangue é abandonado em uma rua próxima ao Complexo de Favelas da Maré. Os investigadores da DAS (Divisão Antissequestro) concluem, depois de alguns dias, que ali, naquela região, viveria o assassino do Maestro Armando Prazeres, que dirigia o veículo na véspera e havia sido sequestrado no bairro de Laranjeiras, Rio de Janeiro.

O que ninguém poderia imaginar é que este episódio doloroso traria para a Maré um homem que mudaria a vida de crianças e adolescentes da região. Carlos Eduardo Prazeres, filho do maestro, decidiria começar ali um dos mais importantes projetos de transformação de vida através da música, inspirado no trabalho do pai.

A escolha da região foi a forma que Carlos Eduardo encontrou de virar a página dolorosa de sua vida. Onde interromperam o sonho de Armando Prazeres de levar música às comunidades, Carlos Eduardo Prazeres o fez renascer.

Criado em agosto de 2010, o Projeto Orquestra Maré do Amanhã ensina música clássica a crianças e adolescentes de uma das mais violentas favelas do Rio de Janeiro.

O começo

Seu primeiro núcleo foi criado no Complexo da Maré, no CIEP Operário Vicente Mariano, preparando 26 crianças no ensino de teoria musical, violino, violoncelo e flauta.

Com apenas três meses de trabalho, as crianças apresentaram um resultado fantástico, realizando seis apresentações no final do ano de 2010. Nascia a Orquestra Maré do Amanhã, braço profissionalizante cujo diferencial é não ser apenas um projeto social, mas oferecer uma oportunidade real de mudança de vida para seus alunos, preparando cada um deles para o mercado de trabalho, enquanto evita que sejam arregimentados pelo tráfico de drogas.

Ajuda dos patrocinadores

“Com a chegada da STATE GRID BRAZIL HOLDING em 2012, aumentamos o número de crianças atendidas, de 40 para 320, abraçando a Maré de ponta a ponta, Norte a Sul, atingindo as 16 comunidades do Complexo.

Em seguida viriam o apoio da Assim Saúde e da Vivo/Telefônica, permitindo que o projeto se expandisse de forma a não deixar uma só criança matriculada em uma pré-escola sem atendimento.

Hoje, com o apoio destas e mais da Cielo, da TV Globo, da Technip, da Ecofonte e da ONS, musicalizamos cerca de 3.500 crianças, adolescentes e jovens, atendendo todos os Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDIs) da Maré.”

Metodologia

Estes EDIs desembocam em 2 escolas primárias, onde existem orquestras mirins Maré do Amanhã (Escola Primária Escritor Bartolomeu Campos de Queirós e Escola Primária Medalhista Lucas Saatkamp).

Estas, por sua vez, são direcionadas a uma escola de ensino fundamental, onde temos uma orquestra infanto-juvenil. Durante este processo, vamos identificando os talentos e vocações genuínas, que são convidados a integrar o braço profissionalizante do projeto: a Camerata Jovem Maré do Amanhã.

Nela, os alunos recebem bolsa auxílio no valor de um salário mínimo, bolsas de estudo em escolas particulares, aulas particulares de seus instrumentos e atendimento psicossocial.

Além disso, são capacitados como professores, tanto que, o que aprendem repassam aos pequenos das orquestras mirins e dos EDIs, multiplicando o exemplo que receberam.

Ao longo destes oito anos, mantivemos no coração o sonho de mudar o parâmetro de admiração destas crianças. Uma criança em uma comunidade busca o mesmo que qualquer criança: ser respeitada, ser reconhecida, obter respeito, status, além de ganhar dinheiro. Quem numa comunidade alcança este status facilmente? Nem precisamos dizer em quem os pequenos se espelhavam para atingir estes objetivos.

Começamos a mudar isso. Os pequenos hoje se espelham nos “tios”, que são respeitados na comunidade, têm status, estão sempre na televisão e já recebem por seu trabalho como professores.

Fonte: <http://maredoamanha.com.br/>

ANEXO XVI

Projeto No Palco da Vida

O projeto No Palco da Vida veio da iniciativa do Wal Schneider, o cearense que saiu de Tabuleiro do Norte – Ceará, em cima de um caminhão de melão em busca do sonho de ser ator no Rio de Janeiro aos 17 anos. Ao chegar no Rio teve que lavar pratos, fazer faxina e ser atendente em padaria para pagar sua faculdade de ator. Fez novelas como “Páginas da Vida”, “Escrito nas Estrelas” e “Amor Eterno Amor”. Em 2007 foi convidado para dar oficina de teatro para 50 meninos e meninas do Complexo do Alemão, no SESC de Ramos. Foi ali que viu novas possibilidades para a arte. Com o término das oficinas, uma das alunas ofereceu o quintal de sua casa para dar continuidade às aulas. Em 2011, veio a conquista da sede fixa em Olaria, Zona Norte do Rio, sendo a primeira escola de arte da região da Leopoldina. O projeto consiste na realização de oficinas de artes integradas e produção teatral como ferramenta para o desenvolvimento humano e artístico. Já foram atendidas mais de 3.000 mil pessoas, entre elas crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com necessidades especiais, com aulas gratuitas de teatro, dança, música e literatura.

Abrigamos em nossa sede uma biblioteca (Biblioteca Padre Pio), com mais de 7 mil livros de arte, auto ajuda e conhecimentos gerais; uma videoteca com mais de 8 mil DVDs com programas gravados, filmes e documentários; um acervo com mais de 3 mil revistas, 400 cds e discos vinil, 6 mil jornais e outros itens ramos que através de pesquisa, garimpamos e deixamos a disposição dos alunos para pesquisa.

MISSÃO

O No Palco da Vida tem como missão, despertar o talento de cada indivíduo, servindo de ponte para o crescimento coletivo e para a transformação social. Através do projeto pessoas desenvolvem o lado humano, pois convivem com outras de realidades, idades diferentes.

BENEFICIÁRIOS

Atendemos pessoas com no mínimo 7 anos de idade, sem limite de faixa etária (crianças, jovens, adultos e idosos). De qualquer origem, localidade do Rio de Janeiro, etnia, escolaridade e orientação sexual. Também recebemos pessoas com deficiência (física ou mental). Trabalhamos com todos os tipos de pessoas.

Fonte: <http://nopalcodavida.com.br/home>

ANEXO XVII

Instituto Raízes em Movimento

Nós, do INSTITUTO RAÍZES EM MOVIMENTO temos como missão promover o desenvolvimento humano, social e cultural do Complexo do Alemão e demais comunidades, por meio da participação de atores locais como protagonistas desses processos, tendo como foco o fortalecimento e ampliação do capital social dessas comunidades.

O Grupo Sócio Cultural Raízes em Movimento surgiu em outubro de 2001, no Complexo do Alemão – Região da Leopoldina, Zona Norte do Rio de Janeiro, a partir de um grupo formado por jovens e universitários moradores da área ou envolvidos em trabalhos sociais na região.

Inicialmente, o grupo contabilizou as potencialidades e recursos existentes – materiais, humanos e articulações – para traçar as primeiras estratégias de atuação. As primeiras atuações do grupo foram: trabalhar a questão ambiental, promover atividades esportivas e ações para a educação e cultura, além da capacitação constante de seus integrantes para o fortalecimento institucional.

Fonte: <http://raizesemmovimento.blogspot.com>

ANEXO XVIII

Suburbagem

Fundação em 1º de maio de 1998

Missão: engajar, lutar, poetizar, cantar, atuar, declamar, tudo junto ao mesmo tempo!

Sobre a arte pela ótica do subúrbio movimento cultural organizado para desorganizar invadindo espaços, criando elos, criando redes.

Suburbagem: A Arte pela Ótica do

Subúrbio – Ação Local chancelada e premiada pela Secretaria Municipal de Cultura, o Projeto Suburbagem é um projeto residente na Lona João Bosco que acontece todo último sábado do mês, com bandas de rock, dando oportunidades e revelando os artistas independentes da região.

Fonte: /www.facebook.com/Suburbagem/

ANEXO XIX

Loucura Suburbana

Criado em 2001 como parte do processo de desconstrução do modelo asilar do Instituto Municipal Nise da Silveira, o Bloco Carnavalesco Loucura Suburbana rompe os muros do hospício e resgata o carnaval de rua do Engenho de Dentro, reunindo usuários, familiares e funcionários da rede de saúde mental, além de moradores do bairro e adjacências, criando um movimento de integração com a comunidade tendo como motivação a maior festa popular brasileira. Desde então, abre o carnaval do bairro, arrastando foliões contribuindo para transformar o preconceito contra a loucura em admiração, respeito e desejo de integrar-se.

Recebeu algumas premiações durante sua trajetória: duas vezes o Prêmio Cultura e Saúde, concedidos pelos Ministérios da Cultura e da Saúde (*edições 2008 e 2010*); duas vezes o Prêmio Serpentina de Ouro, concedido pelo jornal O Globo - na categoria Destaque, em 2013, e Organização, em 2016, o Prêmio Ações Locais, conferido pela Secretaria Municipal de Cultura, em 2015, e, no mesmo ano, o Prêmio Cultura de Redes, concedido pelo MINC, reconhecendo nossa forma de atuação através de parcerias e redes com dispositivos de arte e cultura e de saúde mental. Em 2017, foi concedida pela ALERJ, através do mandato coletivo do Deputado Flavio Serafini (PSOL), a Moção de Congratulações e Reconhecimento pelos relevantes serviços prestados na propagação da cultura antimanicomial.

Em 2010, constituiu-se no primeiro Ponto de Cultura em saúde mental da Cidade do Rio de Janeiro, com apoio da SEC/RJ: Ponto de Cultura Loucura Suburbana: Engenho, Arte e Folia, passando a oferecer atividades permanentes abertas à população, gratuitas, que resgatam a memória do *samba* e do *carnaval*, a cidadania, incorporando a cultura aos dispositivos de saúde mental e a população ao criativo e inovador mundo da loucura. Funcionando em instalações do Instituto Municipal Nise da Silveira, dispõe ainda da *Sala D. Ivone Lara*, para espetáculos, *Sala de Dança*, *Barracão de Fantasias*, que recebe doações de fantasias desde a fundação do Bloco e que, durante o desfile, são emprestadas para os foliões, além de *oficinas musicais*, *ateliê de fantasias* e a *Encantarte Editora*.

Os encontros entre a loucura e a cidade acontecem com efeitos tanto para vidas individuais como para a própria cidade, pela construção de novas redes afetivas e simbólicas.

Além disso, o acesso gratuito à cultura e ao lazer responde à necessidade da população de uma região da cidade com poucos equipamentos culturais.

O desfile anual do *Bloco Loucura Suburbana* pelas ruas do Engenho de Dentro acontece toda 5ª feira antes do carnaval, acompanhado da bateria A Ensandecida, formada por alunos da *Oficina de Percussão e amigos*. Diversos desfiles e apresentações têm sido realizados pela cidade, a partir de convites, nesses 18 anos de existência.

Fonte: www.loucurasuburbana.org

ANEXO XX

Subúrbio em Transe

Fundado em 2007, completaremos 11 em 07 de julho de 2018 registrando a realidade do Subúrbio Carioca sobre vários aspectos, o Cineclube Subúrbio em Transe é um coletivo formado por fãs do cinema, e do fazer cultura do que consideramos, em certo aspecto de resistência. Como o nome, já sugeri, acreditamos e valorizamos a realidade e acreditamos importante registrar isto para as gerações futuras, bem como, a importância de um registro historiográfico da periferia, que muitas vezes é negligenciada, desde seus aspectos geográficos (envolve patrimônios históricos físicos) até das lutas sociais e em defesa de direitos. Nosso nome carrega uma singela homenagem a Glauber Rocha, cineasta brasileiro que nos inspira com o Cinema Novo que revolucionou o modo de pensar e fazer cinema. Realizamos sessões oficinas em escolas públicas da Rede Municipal, bem como, em bairros e locais que sempre que possamos levar os trabalhos não só nossos, mas de todos que possam suscitar os debates e o encontro das pessoas. Temos uma sessão ordinária que ocorre uma vez por mês na Lona Cultural João Busco, situada no bairro de Vista Alegre, sucedida de debate.

Fonte: prosas.com.br/empreendedores/

ANEXO XXI

Lista de Museus e centros culturais da cidade do Rio de Janeiro, identificados por bairro e área de planejamento

Instituição	Localização	Inauguração	Área de interesse	Ref.
Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular	Catete		Arte	[1]
Fundação Eva Klabin Rapaport	Lagoa	1990	Arte	
Museu da Geodiversidade	Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro	2008	Ciência	[2]
Museu do Açude	Alto da Boa Vista	1964	História	[3]
Museu Aeroespacial	Campo dos Afonsos	1976	História militar	
Museu do Amanhã	Centro	2015	Arte	[4]
Museu Amsterdan Sauer de Pedras Preciosas	Ipanema		Arte	[5]
Museu Arquidiocesano de Arte Sacra	Centro	1950	Arte sacra	[6]
Museu de Arte Moderna	Flamengo	1948	Arte	
Museu de Arte do Rio	Centro	2013	Arte	[7]
Museu de Astronomia e Ciências Afins	São Cristóvão	1985	Ciência	
Museu do Bonde	Santa Teresa	1950	História	
Museu Casa de Benjamin Constant	Santa Teresa	1982	História	
Museu Carmen Miranda	Copacabana	1976	História (Música)	
Museu Cartográfico do Serviço Geográfico do Exército	Morro da Conceição, Saú	1977	História (Cartogra	
Museu Casa de Rui Barbosa	Botafogo	1924	História	
Museu Casa do Pontal	Recreio dos Bandeirantes	1992	Arte popular	
Museu de Ciências da Terra	Urca	1909	Geologia	
Museu da Chácara do Céu	Santa Teresa	1972	História	
Museu Dom João VI	Ilha do Fundão	1979	Arte	[8]
Museu de Farmácia da Santa Casa de Misericórdia	Castelo		Ciência	
Museu de Favela	Morro do Cantagalo		Arte	[9]
Museu da Fazenda Federal	Centro	1970	História	
Museu do Horto	Horto Florestal, Jardim B	2010	Memória Social	[10][1
Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro	Gávea	1934	História	[12]
Museu Histórico e Diplomático	Centro	1955	História	[13]
Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana	Copacabana	1987	História militar	
Museu Histórico Nacional	Centro	1922	História	[14]

Instituição	Localização	Inauguração	Área de interesse	Ref.
Museu da Imagem e do Som	Copacabana	1965	Música	[15]
Museu de Imagens do Inconsciente	Engenho de Dentro	1952	Medicina	
Museu da Imperial Irmandade de N. S. da Glória	Glória		Arte sacra	
Museu do Índio	Botafogo	1953	História	[16]
Museu Internacional de Arte Naïf do Brasil	Cosme Velho	1995	Arte	[17]
Museu Judaico do Rio de Janeiro	Centro	1977	História	[18]
Museu da Justiça	Centro	1988	História	
Museu da Limpeza Urbana	Caju	1996	História	[19]
Museu da Maré	Maré	2006	Memória Social	[20]
Museu Militar Conde de Linhares	São Cristóvão		História militar	
Museu Nacional	Quinta da Boa Vista	1818	História natural	[22]
Museu Nacional de Belas Artes	Cinelândia	1937	Arte	[23]
Museu Naval e Oceanográfico	Centro	2006	História militar	
Museu do Negro	Centro	1969	História	[24]
Museu de Odontologia Professor Salles Cunha	Rio Comprido	1977	Ciência	
Museu do Primeiro Reinado	São Cristóvão	1979	História	[25]
Museu do Rádio Roberto Marinho	Centro		História	
Museu da República	Catete	1960	História	[26]
Museu Sankofa Memória e História da Rocinha	Rocinha	2003	Memória Social	[27][2]
Museu da Segunda Guerra Mundial	Glória	1960	História militar	[29]
Museu do Sítio Arqueológico Casa dos Pilões	Jardim Botânico	1984	História	[30]
Museu dos Teatros do Rio de Janeiro	Botafogo	1949	Artes cênicas	[31]
Museu de Tecnologia Educacional	Botafogo		Educação	
Museu do Trem	Engenho de Dentro	1984	História	[32]
Museu da Vida	Manguinhos	1999	Ciência	
Museu Villa-Lobos	Botafogo	1960	História (Música)	